



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VICTÓRIA PEDRO CORRÊA

**NO OLHO DA RUA: DESEMPREGO, EXCLUSÃO SOCIAL E
INVISIBILIDADE**

Impressões Sociológicas sobre a População em Situação de
Rua

VICTÓRIA PEDRO CORRÊA

**NO OLHO DA RUA: DESEMPREGO, EXCLUSÃO SOCIAL E
INVISIBILIDADE**

Impressões Sociológicas sobre a População em Situação de
Rua

MONOGRAFIA, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ângela Maria de Sousa Lima

Londrina
2018

VICTÓRIA PEDRO CORRÊA

**NO OLHO DA RUA: DESEMPREGO, EXCLUSÃO SOCIAL E
INVISIBILIDADE**

Impressões Sociológicas sobre a População em Situação de
Rua

MONOGRAFIA, apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais, da
Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial para a obtenção do título de
bacharela em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a Dra. Ângela Maria de
Sousa Lima

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Ângela Maria de Sousa Lima
(Orientadora)
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a Dra. Angélica Lyra de Araújo
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a Dra. Regina Clivati Capello
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Londrina
Professora Aposentada

Prof^a Dra. Margarida de Cássia Campos
Departamento de Geografia
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 08 de fevereiro de 2018.

Não somos lixo

Não somos lixo.

Não somos lixo nem bicho.

Somos humanos. Se na rua estamos é porque nos desencontramos.

Não somos bicho e nem lixo.

Não somos anjos, não somos o mal.

Nós somos arcanjos no juízo final.

Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos.

Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos.

Não somos lixo.

Será que temos alegria? Às vezes sim...

Temos com certeza o pranto, a embriaguez,

A lucidez e os sonhos da filosofia.

Não somos profanos, somos humanos.

Somos filósofos que escrevem

Suas memórias nos universos diversos urbanos.

A selva capitalista joga seus chacais sobre nós.

Não somos bicho nem lixo, temos voz.

Por dentro da caótica selva, somos vistos como fantasma.

Existem aqueles que se assustam,

Não estamos mortos, estamos vivos.

Andamos em labirintos.

Dependendo de nossos instintos.

Somos humanos nas ruas, não somos lixo.

Carlos Eduardo Ramos (Morador das Ruas de Salvador)

Dedico este trabalho a todas as pessoas em situação de rua, com o desejo e compromisso de que sejam cada vez menos invisíveis e invisibilizadas, particularmente nas Ciências Sociais.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho me proporcionou conhecimentos além das pesquisas e análises realizadas. Possibilitou que eu conhecesse e aprendesse a lidar com sentimentos e situações que ainda não tinha experimentado. Aconteceu durante um período conturbado, mas provou que a vontade de tornar uma cientista social é maior do que as adversidades que possa encontrar.

Agradeço a Deus e a todas as pessoas que me enviaram boas energias para a construção dessa monografia, para a superação das angústias e inseguranças.

Agradeço aos meus pais por terem me incentivado na escolha do curso de Ciências Sociais, pois, apesar das crises existenciais causadas principalmente pelo olhar treinado e apurado que não cansa de problematizar, que exauri o emocional, não faria outro.

Agradeço aos meus irmãos pela compreensão em estar ainda mais distantes durante a realização dessa pesquisa. À minha bisavó e meus quatro avós, especialmente a avó Maria Gláfira, que hoje me dá forças a partir de outro plano e ao avô Cyro por terem me acolhido quando vim estudar em Londrina. À minha tia Gledenise, por também me acolher em sua casa.

Agradeço ao meu companheiro Fernando por me dar suporte nos momentos em que me senti esgotada e por fazer com que eu acreditasse em mim.

Agradeço aos queridos amigos da minha turma, mas, especialmente os que não me ouviram falar sobre outra coisa no decorrer dos últimos meses, Douglas, Jennifer, Rafaela, Tanmela, Tatiane, Aline e Poliana.

Agradeço aos professores, que ao longo desta jornada contribuíram com minha formação, não apenas através das teorias, mas das visões de mundo que se permitiram compartilhar.

Agradeço à UEL, a todos os servidores que viabilizam o dia a dia na Universidade, especialmente os trabalhadores do Restaurante Universitário, que foram fundamentais para que uma jovem trabalhadora conseguisse conciliar trabalho e estudo.

Agradeço aos entrevistados que compartilharam suas memórias, observações e que permitiram que nós refletíssemos sobre o que nos foi contado. Faço um agradecimento especial à cientista social Clarice Junges, pela disposição e colaboração desde o início desta pesquisa.

Faço um agradecimento especial à minha professora e orientadora Ângela Maria de Sousa Lima, que mesmo não pesquisando a temática deste trabalho aceitou de prontidão me orientar. Incentivou-me e esteve sempre à disposição, buscando conhecer e compartilhando seus conhecimentos.

Muito Obrigada!

Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma “morte em vida”. E a “morte em vida” é exatamente a vida proibida de ser vida. (Paulo Freire, 1978, p.201).

CORRÊA, Victória Pedro. ***NO OLHO DA RUA: Desemprego, Exclusão Social e Invisibilidade. Impressões Sociológicas sobre a População em Situação de Rua.*** Monografia. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. (Bacharelado). 2018. 161 págs.

RESUMO

O objetivo dessa monografia é refletir sociologicamente sobre o fenômeno população em situação de rua, os motivos que proporcionam esse processo de exclusão social, assim como os preconceitos e a invisibilidade sofrida por essa população diante da sociedade capitalista, da ausência de políticas públicas e das poucas pesquisas já produzidas na área das Ciências Sociais nessa região. Destacamos a centralidade do trabalho na vida das pessoas em situação de rua, mostrando que a ausência dele torna-se um condicionante para a chegada às ruas e que o direito ao trabalho pode ser uma alternativa para a superação dessa condição de extrema desigualdade. Preocupamo-nos em apontar a relevância da construção de políticas públicas voltadas ao exercício dos direitos dessa população, através da análise de leis, decretos, resoluções, diretrizes, portarias e demais normativas e documentos que tratam da problematização desse assunto. Analisamos as reivindicações e as demandas da população em situação de rua através da participação direta na “Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Segmento População em Situação de Rua”, no segundo semestre de 2017, em Londrina. Fizemos entrevistas com profissionais da prefeitura municipal de Londrina e também com uma pessoa em situação de rua. Enfim, a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a observação direta na Pré-Conferência e a aplicação dessas entrevistas nos permitiu tecer as primeiras impressões sociológicas sobre a população em situação de rua atualmente no município de Londrina. Esperamos que tais impressões, mesmo diante de todos os recortes e limites que serão demonstrados ao longo dessa monografia, inspirem novos trabalhos científicos e permitam que os cientistas sociais se preocupem mais com os direitos desses sujeitos socioculturais.

Palavras-chave: Desigualdades. Políticas Públicas. População em Situação de Rua. Desemprego. Invisibilidade.

LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS

BMTR	Benefício Municipal de Transferência de Renda
CADÚnico	Cadastro Único
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONGEMAS	Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
GM	Guarda Municipal
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MP	Ministério Público
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PM	Polícia Militar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPSR	Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua
PT	Partido dos Trabalhadores
S.O.S.	Serviço de Obras Sociais
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Fotos

Foto 1	Pedras sob viaduto.....	21
Foto 2	Bancos com divisória.....	21
Foto 3	Faixa na rodoviária.....	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	Aspectos de uma globalização excludente e perversa	14
2.1	PRÁTICA SOCIOLÓGICA: UMA METODOLOGIA MILITANTE	14
2.2	A NUDEZ DO PROCESSO GLOBALIZATÓRIO	19
2.3	A EXCLUSÃO COMO CONDICIONANTE PARA A SITUAÇÃO DE RUA.....	35
2.4	A INVISIBILIDADE DE UMA POPULAÇÃO DIVERSA.....	48
3	Caracterização Sociológica da População em Situação de Rua	61
3.1	A INDIGÊNCIA DE UMA POPULAÇÃO CRESCENTE E PRESENTE	64
3.2	A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA..	71
3.3	PROTAGONISMO E RECONHECIMENTO: DIREITOS PARA UMA POPULAÇÃO HISTORICAMENTE IGNORADA	81
3.3.1	A CONQUISTA DOS DIREITOS NA CIDADE DE LONDRINA	84
3.3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDEM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM LONDRINA	88
4	Emprego e Políticas Públicas enquanto possibilidades para uma população desacreditada	95
4.1	ARREGAÇANDO AS MANGAS: A IMPORTÂNCIA E A RIQUEZA DE OUVIR AS REIVINDICAÇÕES	96
4.2	A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO RESGATE DA AUTOESTIMA.....	107
4.3	A INSTITUCIONALIDADE E A DESCRIÇÃO DO EU: PERCEPÇÕES DE UM MESMO DEBATE.....	116
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	153
	ANEXOS	161

Carta: pedido de autorização para realização de entrevistas

1 INTRODUÇÃO

Nosso interesse em pesquisar a população em situação de rua surgiu da sensibilidade que se aguçava toda vez que nos deparávamos com esse grupo social invisibilizado e excluído. Sensibilidade essa que não sabemos assegurar desde quando nos acompanhava, pois, foi trabalhada ao longo da infância pelos pais e amadurecida posteriormente, especialmente na militância política e durante a graduação. Este sentimento não se dá exclusivamente pela população em situação de rua, mas no geral, a tudo aquilo que tange às injustiças, às desigualdades e às opressões.

Desde que entramos na Universidade, em 2013, nos deparamos com diversos temas pelos quais interessamo-nos verdadeiramente. As Ciências Sociais trazem um leque de possibilidades de pesquisa para os graduandos. Cogitamos pesquisar alguns, que também nos moviam pela indignação e senso de justiça, mas, que não nos envolveram tanto como a população em situação de rua.

Dentre os possíveis temas, e independente do escolhido, a nossa intenção sempre foi a de pesquisar a área de políticas públicas, por compreender que a teoria deve acompanhar e se comprometer com a proposição de alternativas para a superação dos problemas sociais. Do ponto de vista prático, tentamos unir o encanto pelo estudo das políticas públicas com o interesse em investigar algo relacionado diretamente à população em situação de rua. Afinal, algo que levaremos da graduação em Ciências Sociais para toda a vida, é a compreensão de que o cientista social precisa assumir compromisso com a teoria, mas igualmente com a prática, buscando conciliar esses campos, para exercer coerentemente o que foi assimilado.

A população em situação de rua deixou de ser uma preocupação geral para nós, pois nos fazia sensíveis por sofrer com as desigualdades, mas não necessariamente pelos elementos que a constituem, mas até pela ausência de conhecimento e informações. No momento em que conhecemos a música “Brejo da Cruz” do cantor e compositor Chico Buarque, ainda na escola básica, muitas coisas passaram a fazer sentido. É como se pudéssemos visualizar, materializar as pessoas em situação de rua enquanto uma população de sujeitos dinâmicos e não mais como indivíduos isolados.

Essa música é um dos fatores que contribuíram para a realização

desta pesquisa e como é possível perceber nela, as pessoas em situação de rua são invisíveis, transformam-se e ninguém se quer pergunta de onde elas vêm. Essa reflexão é importante, pois, neste trabalho abordamos a exclusão social das pessoas em situação de rua, a sua invisibilidade, o preconceito sofrido por esses sujeitos e que é inculcado e, muitas vezes, até reproduzido por nós, mesmo nas pessoas sensíveis às suas demandas.

Neste trabalho apontamos os motivos pelos quais as pessoas chegam à situação de rua e nos apoiamos especialmente em um destes aspectos, o desemprego. Para traçar o desemprego enquanto uma variável condicionante à situação de rua, fazemos um debate teórico acerca de obras sociológicas e de pesquisas na área das Ciências Sociais, às quais demos a preferência para autores brasileiros.

Deste modo, o problema de pesquisa que esta monografia tenta investigar está na busca por impressões sociológicas a respeito do fenômeno população em situação de rua no município de Londrina, identificando características dessa população, as principais circunstâncias que os levaram para o contexto das ruas, suas atuais necessidades, expectativas pessoais, demandas políticas, lutas coletivas, indignações, assim como a apreensão de suas trajetórias como cidadãos socioculturais, dotados de direitos, de potencial transformador e de vários conhecimentos relevantes. Na mesma direção, o problema de pesquisa busca dar conta de compreender, por meio de revisão bibliográfica, da observação direta em uma Pré-Conferência Municipal, da análise de documentos e da aplicação de entrevistas, a relevância da organização de políticas públicas, voltadas a garantir o exercício dos direitos dessa população. Dentre elas, as políticas que identifiquem o trabalho como elemento fundante na transformação de suas realidades.

A hipótese que apresentamos neste trabalho é de que há um processo complexo responsável pela chegada e permanência dessas pessoas em situação de rua. Geralmente, são diferentes circunstâncias socioculturais e econômicas, permeadas por privações de direitos que antecedem a vida nas ruas. Quando marcados pelo fenômeno, vivenciam ainda mais as adversidades e as invisibilidades pelas desigualdades materializadas em muitos outros marcadores sociais, como sexo/gênero, cor/raça e etnia, classe, geração, região, entre outros, que contribuem com o processo de exclusão social dessa população historicamente esquecida pelos programas e serviços governamentais. Se por um lado o

desemprego, tão presente no sistema econômico capitalista atual brasileiro, empurra cada dia mais pessoas para essa situação de vulnerabilidade social extrema, só a compreensão das pluralidades e das interfaces de diversas variáveis podem nos ajudar a compreender tal fenômeno social. E, é isso que arriscamos efetuar com essa pesquisa.

Para tanto, o primeiro capítulo aborda como o desemprego, motivado pelas crises do sistema capitalista, o neoliberalismo e a globalização, afeta diretamente a classe trabalhadora, principalmente as pessoas que já acumulam outras dificuldades que impossibilitam a vivência da organização econômica, familiar e social com dignidade. Neste capítulo o desemprego aparece como elemento central para a chegada nas ruas, mas, sem desconsiderar outros fatores, que reunidos, potencializam a vulnerabilidade social e empurram as pessoas das margens sociais para fora da sociedade, excluindo-as. No mesmo contexto, apresentamos a centralidade do trabalho e do emprego como alternativas para políticas públicas que se preocupam com o exercício dos direitos dessa população. Também nesse texto fazemos uma análise da construção das políticas públicas para a população em situação de rua, algo que começa a se dar recentemente. Buscamos fazer um levantamento cronológico dos direitos conquistados através de Planos, Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Diretrizes, entre outras Normativas e Documentos que tratam do referido assunto.

No segundo capítulo, além de análise documental e da consulta mais detalhada ao referencial teórico sobre o tema, apoiamo-nos também na análise de Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados ao Departamento de Serviço Social e um do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. A monografia do curso de Ciências Sociais é de Clarice Junges, também Mestre em Ciências Sociais pela UEL. Junges é servidora municipal e atua na área da população em situação de rua, além de ser uma das entrevistadas no terceiro capítulo desta monografia.

Fazemos uma caracterização sociológica da população em situação de rua, demonstrando as principais características que permeiam essa população. Para isso utilizamos o primeiro e único censo realizado em esfera nacional sobre a população em situação de rua que aconteceu nos anos de 2007 e 2008 e faz parte da construção de políticas reivindicadas por essa população. Também no segundo capítulo apontamos a organização da população em situação de rua em movimento

social, através da criação do Movimento Nacional da População de Rua. E nos preocupamos também em descrever os serviços referentes à população em situação de rua no município de Londrina.

Os elementos analisados e pesquisados para o desenvolvimento dos primeiros tópicos do terceiro capítulo foram fundamentais para a estruturação desta monografia. Quando ainda só sabíamos que queríamos pesquisar a população em situação de rua, mas não fazíamos ideia de qual seria a delimitação da pesquisa, tivemos a oportunidade de participar da “Pré-Conferência da Assistência Municipal no segmento População em Situação de Rua”. Essa experiência foi riquíssima e nos abriu os olhos para a temática do trabalho, através de intervenções dos participantes que serão analisadas no terceiro capítulo.

O segundo elemento que consideramos fundamental foi a leitura do livro “Trabalho e a população em situação de rua no Brasil” (2009), tivemos contato com a obra através da professora e orientadora Ângela Maria de Sousa Lima. Este livro faz a construção histórica da centralidade do trabalho na vida das pessoas e na sociedade, aponta as crises neoliberais, que segundo a autora e como acreditamos, proporciona o aumento do que ela denomina fenômeno população em situação de rua. Além disso, a autora apresenta as características da população em situação de rua e sua relação com o trabalho, que se dá através da informalidade. A partir dessa perspectiva, indicamos o trabalho como alternativa para a saída das ruas e estratégia para o resgate da autoestima. Por fim, no último tópico do terceiro capítulo, confrontamos a discussão desenvolvida neste trabalho com três entrevistas realizadas em dezembro de 2017 e em janeiro de 2018. Uma delas, como já dito acima, com a Clarice Junges, servidora municipal e Mestre em Ciências Sociais, outra com a coordenadora do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua, a assistente social Maria Lucimar Pereira e também uma entrevista em profundidade realizada com um homem em situação de rua.

No lugar de nominar qualquer outra contribuição acadêmica ou social, precisamos registrar as contribuições que essa pesquisa e a escrita desse trabalho monográfico propiciou a esta cientista social como pesquisadora principiante. Por isso, nas entrelinhas que marcam a apresentação de outras pesquisas, das teorias e dos exemplos reunidos para problematizar o fenômeno, o leitor se deparará, muitas vezes, com as impressões sociológicas que essa experiência teórico-metodológica e política causou à própria autora.

2 ASPECTOS DE UMA GLOBALIZAÇÃO PERVERSA E EXCLUDENTE

Neste capítulo fazemos uma discussão teórica acerca da população em situação de rua, buscando apontar os fatores que podem levar esses sujeitos socioculturais às ruas. Tais elementos dizem respeito à fragilização dos vínculos familiares e sociais, ao desemprego, às crises econômicas, às desigualdades que quando combinados entre si ou com marcadores sociais que são desvalorizados pela sociedade, como cor/raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dependência química, deficiência física ou mental, geração, região entre outros, pode ocasionar a exclusão social das pessoas em situação de rua. As defesas e percepções expressas neste capítulo são de extrema importância para a compreensão deste trabalho em sua totalidade.

2.1 PRÁTICA SOCIOLOGICA: UMA METODOLOGIA MILITANTE

À luz do pensamento do sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos, procuramos desenvolver uma Sociologia Prática, propositiva e que mesmo seguindo um programa previamente estabelecido e responsabilmente construído, se apresente de forma pragmática, visando não apenas teorizar e explicar a realidade, mas transformá-la, interferindo no meio social, apresentando soluções para os problemas diagnosticados pelos próprios sociólogos, que como defende o autor, devem ter o compromisso com a sociedade, a fim de construir melhores condições para os indivíduos.

A obra “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira” foi elaborada após o II Congresso Latino-americano de Sociologia que aconteceu no ano de 1953 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Guerreiro Ramos apresentou propostas na intenção de mudar o rumo da Sociologia na América Latina. Suas críticas foram duras, apresentando sua discordância quanto ao método e aos princípios sociológicos que orientavam a disciplina naquele momento. Acontece que ao apresentar críticas tão contundentes, os presentes não aprovaram sequer uma de suas propostas. Esse fato deu vida a essa obra publicada primeiramente como

Cartilha em 1954 e que tomou corpo como a conhecemos em 1957.

Dentre todas as características que podem ser atribuídas a Guerreiro Ramos ao nos depararmos com esta obra, pensamos que a mais marcante seja sua ousadia. Ousadia porque além de marcar posição e defender suas propostas vistas como polêmicas, decidiu mesmo que derrotadas em congresso, defendê-las em livro, explicando sua importância e apontando as fragilidades que a seu ver foram cruciais para a negação das mesmas. No trecho a seguir podemos ver o teor da discussão que mais tarde virou livro:

Ora, como se depreenderá da leitura das recomendações, o que se tinha em vista era encorajar os esforços para a prática, nos países latino-americanos, de uma sociologia que refletisse os seus problemas; era estimular que cortassem os cordões umbilicais que têm tornado esta disciplina um subproduto abortício do pensamento sociológico europeu e norte-americano. (RAMOS, 1957, p.107).

Entre as recomendações feitas pelo autor no Congresso e explicadas no livro, está o conceito desenvolvido pelo mesmo de “Sociologia em Mangas de Camisa” que é o método que nos incentivou na construção deste trabalho. É óbvio que não podemos deixar de lado a teoria, que se faz essencial para a elaboração e estruturação do pensamento sociológico aqui desenvolvido. Porém, buscamos valorizar também a visão das próprias pessoas em situação de rua e do ambiente que as cerca, através da participação da “Pré-Conferência Municipal do Segmento População em Situação de Rua”, das entrevistas em profundidade, da análise de documentos que dialogam ou ao menos tangenciam o debate sobre essa população, assim como consultando trabalhos mais propositivos voltados para a população em situação de rua.

Nesta monografia propomos debater as condições em que vivem e que levaram as pessoas à situação de rua. Também queremos apontar no trabalho elementos viáveis para a superação da situação de rua, a valorização e resgate da autoestima desses indivíduos. De encontro com o conceito proposto por Guerreiro Ramos, tentamos arregaçar as mangas e construir a visão sociológica a partir de “fatores reais”, das características regionais e nacional do problema, considerando que ele têm se agravado mundialmente com a globalização.

Para tanto, trazemos neste trabalho elementos particulares da população em situação de rua no Brasil e das políticas públicas ou a ausência delas,

na intenção de amarrar um debate original, sem viver em função de revisar teoria e fazer “transplantações” de diagnósticos e medidas adotadas por países europeus e norte-americanos, pois como defendia o autor, *“a essência de toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução social.”* (1957, p.107).

Nesse sentido, acreditamos que a escolha do tema deste trabalho dialoga com as recomendações e defesas de Guerreiro Ramos, pois buscamos colaborar com a discussão de um tema que não tem se mostrado relevante para as Ciências Sociais. Apesar de ser um tema diretamente ligado com os debates da exclusão social, das desigualdades, da invisibilidade, do preconceito, do desemprego, da globalização, do capitalismo e etc. O escasso debate teórico sobre a população em situação de rua, especialmente na área das Ciências Sociais, nos mostra o quanto estamos distantes das realidades e da preocupação em transformá-las, principalmente se considerarmos o agravamento desse fenômeno com a expansão do capitalismo e da globalização.

O conceito “Sociologia em Mangas de Camisa” vai de encontro com o debate que propomos de políticas públicas, pois, ao contrário do que o autor chamou de “Sociologia Enlatada”, que segundo Maria José de Rezende, *“significava um rompimento com o processo de confinamento do sociólogo aos quadros acadêmicos”* (2006, p.2), a política pública tem o papel de interferir na realidade social, contribuir com o desenvolvimento de estratégias, aproximar-se das condições e então propor mudanças reais.

O nosso interesse, desde o início deste curso, foi em desenvolver um debate acerca das políticas públicas, por reconhecer sua importância para o exercício da cidadania através da garantia de direitos fundamentais expressamente assegurados pela Constituição Federal, que podem apontar para a superação da exclusão social e a redução das desigualdades econômicas e sociais.

Não apresentamos soluções para a erradicação do fenômeno população em situação de rua, até porque compreendemos que seria de muita presunção para um trabalho monográfico. Mas, através das impressões apresentadas ao longo do trabalho, acreditamos conseguir evidenciar problemáticas que possam ser utilizadas para a busca destas soluções e análises mais aprofundadas, que tenham estrutura e condições para dar suporte aos futuros debates.

Em tempo, é importante salientar que diante das recomendações feitas por Guerreiro Ramos, houve um debate entre seus contemporâneos que contestaram altamente suas defesas, acusando-o de autoritário, porque o autor, além de propor uma delimitação mais rígida do papel do sociólogo, propôs também que os recursos para o desenvolvimento das pesquisas fossem escolhidos de forma a considerar a importância e a relevância dos problemas da sociedade brasileira. Como podemos ver em Rezende (2006), a postura do autor causou revolta por possibilitar o “sufocamento de áreas”:

Essa postura de Guerreiro Ramos foi rechaçada porque estaria dotada de um viés autoritário, uma vez que cerceava a liberdade do cientista social no que se refere à decisão de efetuar suas pesquisas em temas que, num dado momento, poderiam ser considerados de pouca ou nenhuma relevância. Esse engessamento poderia significar a morte ou o sufocamento de áreas, temas ou assuntos que pudessem vir a ser tidos como de pouca relevância para o país no que concerne aos seus problemas sociais. Esse tolhimento poderia trazer danos ao desenvolvimento da Sociologia como ciência. (REZENDE, 2006, p.7).

Levando em conta o embate gerado através da participação de Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-americano de Sociologia (1953) e suas proposições no livro aqui debatido, temos nossas dúvidas de que este trabalho acerca da população em situação de rua fosse considerado apto a dispor de recursos para pesquisas. Será que este seria considerado pelo autor de relevância social necessária para acesso de tais recursos? Pois, como pudemos perceber ao construí-lo, ele não está em pauta na Sociologia e nas Ciências Sociais, mas, ainda assim, apoiamos-nos em sua obra e conceito por entender que a Sociologia deve realmente assumir um papel militante, formulando estratégias e propondo soluções que visem a transformação social.

Guerreiro Ramos também se preocupou em defender que os sociólogos deveriam estar atentos às discussões acerca do capitalismo, de sua estrutura e condições. *“O trabalho do sociólogo em país periférico, muito menos do que qualquer outro, não pode permanecer descomprometido do processo de acumulação de capital.”* (1957, p.135). Defendia que os pesquisadores precisavam estar dispostos a propor mudanças e medidas a fim de incluir as pessoas e diminuir as desigualdades por ele motivadas.

Tal debate girou entorno da diferença de posicionamento dos

sociólogos, que na outra ponta da discussão não acreditavam que deveriam defender uma transformação inclusiva e menos desigual do capitalismo porque não aceitavam defender transformações dentro do próprio sistema, apenas negá-lo e propor sua superação:

Essa suposta omissão mencionada não pode ser aplicada a Guerreiro Ramos que, desde meados da década de 1950, se empenhava em deixar evidenciado que o desenvolvimento por ele defendido era desenvolvimento capitalista. Não havia, para ele, qualquer constrangimento em afirmar que o trabalho do sociólogo, num país subdesenvolvido, deveria estar voltado para a expansão da acumulação de capital, pois, somente assim, o país geraria empregos e rendas para operar avanços no campo do desenvolvimento social. Evidentemente, afirmava ele, esse não era um processo espontâneo, por isso havia necessidade de atuação de diversos técnicos (economistas e sociólogos, principalmente) com capacidade de direcionar o desenvolvimento capitalista para a criação das condições de melhorias sociais. (REZENDE, 2006, p.4).

Como podemos ver em Rezende (2006), no auge de sua criticidade Guerreiro Ramos, especialmente para com seus pares, acreditava que a crítica ao capitalismo de forma radical e intransigente era um erro. Pois, isso impedia que a Sociologia assumisse um papel que pudesse construir a viabilidade para um capitalismo menos desigual. Para ele, esse deveria ser um compromisso dos sociólogos, pois assim estariam agindo responsabilmente com o social e principalmente com as pessoas economicamente mais pobres e desiguais.

Em sua opinião, os sociólogos que rejeitavam esse tipo de posição eram na verdade partidários da atividade⁴ puramente acadêmica⁵. Uma parte expressiva dos cientistas sociais considerava possível exercer somente uma postura crítica diante da realidade e não uma postura propositiva. Para ele, isso era algo que destoava inteiramente das circunstâncias daquele momento. (REZENDE, 2006, p.4).

Aproveitamos a discussão de Guerreiro Ramos acerca do capitalismo, para debatê-lo amparada em outros autores, através de leituras realizadas e acúmulo obtido ao longo da graduação em Ciências Sociais e até mesmo da militância política. Neste capítulo, discutiremos as desigualdades econômicas e sociais e a exclusão enquanto condicionadas pelo capitalismo, neoliberalismo e globalização.

2.2 A NUDEZ DO PROCESSO GLOBALIZATÓRIO

A exclusão social é um dos dilemas que fazem parte da realidade enfrentada pela população em situação de rua. Quando dizemos exclusão social levamos em consideração que essa população não está sequer à margem da sociedade, mas que esta ocupa um espaço quase que inexistente, ou melhor, não ocupa espaço social significativo algum. Nesta monografia entendemos como exclusão social o resultado de um processo que combine desigualdades econômica e social, marginalização e o rompimento dos vínculos familiares. Acreditamos que a exclusão seja o estágio de privação da vida, roubando as perspectivas dos indivíduos. Ao longo deste trabalho nos apoiaremos em autores que dizem não acreditar na exclusão social, mas afirmamos compreender que ela exista para as pessoas em situação de rua.

Acreditamos que as pessoas em situação de rua sejam socialmente excluídas. E para isso é importante levar em conta que a exclusão social da população em situação de rua, ao longo dos últimos séculos, se deu pelo não encaixe à integração social. Por integração social compreendemos o estabelecimento de fortes vínculos entre indivíduo e sociedade. Compreendemos que esses vínculos podem se dar através da família, das relações definidas no âmbito do trabalho, do bairro em que residem e das instituições sociais, como escolas e igrejas. Para Robert Castel (1997) a integração social é o que impede a desfiliação social do indivíduo.

Até a metade dos anos setenta, falava-se de bom grado de exclusão para qualificar as situações de não integração social, pensadas como aquelas que ficavam fora do desenvolvimento do conjunto das sociedades modernas (CASTEL, 1997, p.30).

O que caracterizamos hoje como pessoas em situação de rua, foi em outro momento caracterizado como “andarilhos, mendigos, desafortunados, vagabundos”, pessoas que se encontravam em condição de miséria, que dificilmente possuíam trabalho e por fim, um teto para dormir. Logo, encontravam-se nas ruas, local ao qual pertenciam, apesar de não integrá-lo. Porém, tais categorias e representações usadas para nominá-los ainda persistem na linguagem popular, situação esta que contribui para excluí-los ainda mais e que dificulta o resgate da

autoestima, tornando ainda mais distante a possibilidade de superar a situação de rua.

Mas a exclusão não diz respeito apenas aos “excluídos”. Esse é, certamente o problema menor porque é o mais visível. A exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa, que Marx já apontara em seus estudos sobre o capitalismo.” (MARTINS, 2002, p. 20).

O sociólogo brasileiro José de Souza Martins traz em seu livro “A sociedade vista do abismo” (2002) um debate crítico acerca do conceito de exclusão social. Defende que este problema é como a ponta do iceberg, pois é um debate que deve ser fundamentado de modo estrutural e econômico. Além de ter a visão de que a exclusão faz parte de um processo de integração do capitalismo, a quem não é necessário excluir alguém por definitivo da sociedade, mas excluir temporariamente para incluir posteriormente. Nos atentaremos a essa discussão ao longo do texto. São várias as facetas promotoras da exclusão social quando tratamos da temática relativa às pessoas em situação de rua nos dias atuais, ainda consideradas pelo senso comum como “mendigas ou vagabundas”.

Podemos afirmar que uma dessas facetas promotoras está na ausência de políticas públicas voltadas para essa população, no Brasil tardiamente reconhecida e incluída na pauta governamental. Outro aspecto correlato está na concepção higienista e preconceituosa que ainda prepondera nas políticas municipais, como o uso de projetos¹ arquitetônicos que inviabilizam a permanência das pessoas em situação de rua embaixo de viadutos e das fachadas de lojas, como podemos ver nas fotos a seguir. Também pode ser considerada uma política hostil a disponibilização de “passagem” de ônibus para que as pessoas deixem a cidade. A política de “passagem” é interessante quando a intenção do indivíduo é voltar para casa, mas não quando os gestores buscam que as pessoas deixem as respectivas cidades.

¹ A arquitetura hostil e da violência tem sido utilizada nas grandes cidades de muitos países na intenção de impedir que as pessoas em situação de rua façam parte dos centros urbanos. Veja mais informações sobre essa prática em: <<https://www.geledes.org.br/arquitetura-hostil-as-cidades-contra-seres-humanos/>>

Foto 1: Pedras sob viaduto

(Rio de Janeiro, 2015. Fonte: www.socialistamorena.com.br)

Foto 2: Bancos com divisória

(Rio de Janeiro, 2017. Fonte: www.noticiasuol.com.br)

Outra situação curiosa, que vai além da concepção governamental e empresarial, pudemos observar nas instituições religiosas que cercam seus templos para impedir que as pessoas façam uso dele durante a noite. Essas pessoas sofrem o peso em carregar diversos estigmas sociais. Sofrem preconceitos e discriminações pela raça/etnia, pela orientação sexual, pela dependência química e pelas deficiências que, muitas vezes adquirem no próprio ambiente hostil das ruas.

Sobre estigmas sociais, nos recorremos a Goffman (1963), que explica esse conceito defendendo que estigmatizado é o indivíduo que pode ser lido como alguém desacreditado ou desacreditável. A primeira é a visão que tem sobre si mesmo e a segunda a visão que a sociedade tem dele. O estigmatizado é aquele que coleciona marcadores que não são valorizados socialmente e é colocado em oposição àquele que é considerado normal, ou seja, o que é aceito pela sociedade.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1980, p.12).

Mas não podemos desconsiderar que esses preconceitos raciais, de gênero, de classe, sociais, etc, já somados ao fato da pessoa estar em situação de rua, combinam-se e fazem reforçar os estigmas sofridos por esse ser humano,

tantas vezes também vítima da pobreza extrema, da ausência de vínculos familiares e o desemprego. A respeito dos vínculos familiares lembramos a discussão proposta por Castel (1997) que explica a sustentação social do indivíduo através de redes familiares e sugere que estas serviriam como apoio, protegendo-o, como uma instituição social capaz de assegurar a integração social do indivíduo.

Apesar de encontrarmos na história recente a existência de pessoas em situação de rua, entendemos que elas passaram a integrar o fenômeno população em situação de rua com a ascensão do sistema capitalista, momento em que o fenômeno foi constituído, de forma estrutural e que se ramificou rapidamente entre as grandes cidades, principalmente entre os polos de maior concentração das indústrias. Aqueles conhecidos como “andarilhos” passam a ser então, pessoas em situação de rua, compreendidas por nós como vítimas do sistema capitalista.

Podemos dizer que o sistema capitalista amplia as diversas desigualdades, pois através das políticas neoliberais e do uso estratégico que é a globalização, o desemprego aumenta, aprofundando ainda mais os processos desiguais já existentes. Santos (2008) acredita que isso se faz possível porque os Estados nacionais permitem, não impondo barreiras para o desenvolvimento de um capitalismo perverso. Segundo ele os estados estão em condição de “desmaio”:

Observando o funcionamento concreto da sociedade econômica e da sociedade civil, não é difícil constatar que são cada vez em menor número as empresas que se beneficiam desse desmaio do Estado, enquanto a desigualdade entre os indivíduos aumenta. (SANTOS, 2008, p.42).

Nos próximos capítulos debateremos as características da migração das pessoas em situação de rua, do rompimento dos vínculos familiares, das condições em que encontram-se nas ruas. Porém, de antemão gostaríamos de evidenciar que estas pessoas resolvem migrar porque acreditam poder encontrar nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas marcadas pela concentração das indústrias, possibilidades de emprego.

O livro “População de rua: quem é, como vive, como é vista” organizado pelas autoras Maria Antonieta de Costa Vieira, Eneida Maria Ramos Bezerra e Cleisa Moreno Maffei Rosa, de 1992, é referência entre os estudos da população em situação de rua. Por meio de pesquisas realizadas no centro da cidade de São Paulo, a fim de conhecer a quantidade de pessoas em situação de

rua e as condições de vida, as autoras afirmam que a procura pelos grandes centros está ligada tanto à oferta de emprego, quanto à logística dessas cidades que possibilita a sobrevivência dessas pessoas.

A concentração da população de rua no centro da cidade parece estar ligada às oportunidades de garantir a sobrevivência através de pequenos bicos e obtenção de alimentação gratuita, distribuída por entidades filantrópicas e por restaurantes e bares. Além disso, pelo fato de o centro da cidade vir sofrendo um processo de deterioração progressiva, torna-o também lugar de agregação da população de rua pela oportunidade de utilização de imóveis abandonados, viadutos, além dos abrigos, albergues e inúmeras marquises de lojas e prédios públicos; a grande circulação de pessoas nessa área facilita a prática da mendicância. (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1992, p.50).

Como bem assinala Martins (2002), as migrações têm uma característica degradante, pois no geral as pessoas aceitam quaisquer condições de trabalho e então aproveitamos o debate para contextualizar nele as pessoas em situação de rua, que para chegarem nessa situação, não tinham muito no que se amparar e por isso aceitam abrir mão da sua dignidade:

O principal está no fato de que migram quase sempre dispostos a aceitar condições degradantes de trabalho, humilhações e más condições de vida; de que migram temporariamente dispostos a abrir mão de concepções mínimas e básicas de decoro, dignidade e direitos. (MARTINS, 2002, p. 146).

Podemos chamá-las de vítimas se analisarmos que constituem o que Marx (1988) classificou como “exército de reserva”, ou seja, pessoas desempregas que devem estar à disposição do capitalismo. É por entender que o exército de reserva é uma condição para a viabilidade do sistema capitalista que apontamos as pessoas em situação de rua como vítimas, por estarem submetidas às regras do sistema, mesmo quando a regra os exclui do processo consciente, intencional e necessariamente.

Deixá-los de fora é então controlar o capitalismo. É incluí-los perversamente, anulando suas demandas, necessidades e vozes. A partir da exclusão dessas pessoas do meio e convívio social, alimenta-se o funcionamento também desigual do próprio sistema. É o que José de Souza Martins (2002) denomina “*exclusão includente*”, forçar a exclusão do indivíduo para reintegrá-lo

posteriormente, construindo assim a dinâmica de um processo do sistema capitalista. É fundamental compreender essa situação, pois é a partir do debate sobre o desemprego e o que ele acarreta que podemos analisar os fatores que levam as pessoas à situação de rua. O desemprego é fator central, pois ele combinado com outros problemas sociais fazem com que as pessoas não tenham perspectivas. A ausência total de perspectivas empurram-nas para as ruas.

O sistema capitalista, como podemos ver em Milton Santos (2008), é mais do que um simples sistema econômico. Para a sua instauração foi preciso difundir sua ideologia e modificar as necessidades dos indivíduos e da sociedade. Em sua ideologia e princípios, o capitalismo busca o consumismo, individualismo e o egoísmo. Essa ideologia passa a se fazer presente em toda a sociedade, colaborando com a invisibilidade da população em situação de rua, como afirma Milton Santos (2008):

A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada. (SANTOS, 2008, p.65).

Quando enxergadas, as pessoas em situação de rua são vistas como problema, como lixo nas ruas, como sujeira, como algo material que precisa ser limpo, que precisa desaparecer. Essa é uma visão que contribui para políticas higienistas, pois é este tipo de crença e pensamento individualista que dá suporte para ações discriminatórias e degradantes do Estado e da sociedade civil, especialmente as empresas que tanto se incomodam com pessoas em situação de rua dormindo sob suas fachadas. Esse fator é resultado do individualismo e da inércia social que contribui para a perpetuação do fenômeno da população em situação de rua.

As fases cíclicas de crise do sistema capitalista agravam o fenômeno população em situação de rua. Isso porque as crises têm como características o aumento do número de desempregados, o arrocho salarial e a deterioração das condições de trabalho. No interesse de garantir e ampliar maiores margens de lucro, é a classe trabalhadora que sofre as consequências das estratégias do capital, com o aumento do número de desempregados, famílias passam a ter dificuldades a ponto de chegar à condição de miséria. O desemprego aumenta não só o lucro dos capitalistas, mas a desesperança, a desumanidade e as

condições cada vez mais indignas a que as pessoas se submetem em busca de sobrevivência.

O capitalismo que se expande à custa da redução sem limites dos custos do trabalho, debitando na conta do trabalhador e dos pobres o preço do progresso sem ética nem princípios, privatiza ganhos nesse caso injustos e socializa perdas, crises e problemas sociais. (MARTINS, 2002, p.11).

Esses fatores fazem com que o fenômeno aumente, pois podem representar considerável agravamento no empobrecimento das classes economicamente baixas, levando-as ao extremo, à miséria, que conforme pensamento de Santos *“acaba por ser a privação total, com o aniquilamento, ou quase da pessoa”* (2008, p.132). A miséria é um estado extremamente degradante, que reduz a pessoa a nada, desumaniza o indivíduo e priva-o de viver.

Além da ideologia capitalista baseada no individualismo, entendemos que a globalização tende a piorar este sentimento difundido socialmente, já que ao potencializar os lucros e o consumo, ela acaba por potencializar também a ideologia que rege o sistema capitalista. Acreditamos que essa ideologia individualista pode ser explicada pela teoria desenvolvida por Max Weber em *“A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”* (2004), ideologia que contribuiu fortemente para a expansão do sistema capitalista:

No presente, com as nossas instituições políticas, jurídicas e comerciais, com as formas de gestão empresarial e a estrutura que é própria da nossa economia, esse "espírito" do capitalismo poderia ser entendido como puro produto de uma adaptação, conforme já se disse. A ordem econômica capitalista precisa dessa entrega de si à "vocação" de ganhar dinheiro: ela é um modo de se comportar com os bens exteriores que é tão adequada àquela estrutura que está ligada tão de perto às condições de vitória na luta econômica pela existência, que de fato hoje não há mais que se falar de uma conexão necessária entre essa conduta de vida "crematista" e alguma "visão de mundo" unitária. (WEBER, 2004, p.64).

Ao falar da ideologia individualista disseminada pelo capitalismo é importante falar sobre as suas consequências que vão de encontro com o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e culturais, causadas pela má distribuição de renda, o desemprego e pela busca da homogeneização cultural globalizatória que ignora as particularidades de grupos sociais.

Não podemos ignorar que vivemos uma fase de concentração de

poder, que favorece as grandes empresas. A tecnologia moderna estimula esse processo, mas não é de desconhecer que foram forças políticas que moldaram a fisionomia do mundo atual. A globalização tem consequências negativas marcantes, das quais destaco a crescente vulnerabilidade externa e a agravação da exclusão social. (FURTADO, 1998, p.74)

Segundo Milton Santos (2008), a globalização é conhecida por contrair a noção de tempo espaço e viabilizar a simultaneidade das ações. No livro “Por uma outra globalização” (2008), também vimos que a globalização é um processo que visa homogeneizar não apenas os processos produtivos e as tecnologias, mas os povos e as culturas, tornando-os “mais próximos e menos diferentes”. Essa homogeneização é interessante não apenas para sintonizar os processos de produção, mas também para facilitar a produção, pois incentiva as pessoas a consumirem as mesmas mercadorias, tornando-as consumidoras comuns, de elementos compartilhados mundialmente. Isso possibilita a maximização dos lucros, em que pese o atropelamento das características culturais e identitárias, que passam a correr o perigo de serem fragilizadas com a difusão do processo globalizatório. O que acabamos por compreender é que diferentemente do que se é difundido pelos meios de comunicação, transmissores da ideologia dominante, a globalização é na realidade um processo cruel, pois apesar das tecnologias alcançadas:

A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (SANTOS, 2008, p.20).

O processo globalizatório acentua os problemas sociais apresentados pelo capitalismo como a fome e o desemprego, tornando-os cada vez mais presentes entre todo o mundo, pois é rápido e eficiente não apenas para disseminar informações. Outra característica que homogeniza e descaracteriza as culturas é a “*produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores*” (SANTOS, 2008, p.21), visando comprimir o espaço para regular o modo de vida das pessoas, as relações sociais e utilizar-se mais facilmente da mão de obra dos trabalhadores.

O Censo de 2010 “Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgou informações sobre a realidade dos aglomerados urbanos em todas as

regiões do país e constatou que 11.425.644 pessoas vivem nesses espaços, ainda foi possível perceber que 55,5% destes aglomerados estão localizados na região sudeste.

O que é um aglomerado subnormal? É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). (site do IBGE, acessado em 05/01/2018)².

A obra de Milton Santos (2008) traz um diagnóstico crítico da globalização. Ele não nega a importância deste processo, mas defende sua utilidade desde que se faça mais humana, responsável e solidária, pois ao contrário disso, define-a como *“o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”* (SANTOS, 2008, p.23). Como sabemos, o capitalismo não é alinhado ideologicamente à solidariedade e nem pode ser considerado um sistema comprometido com a responsabilidade social, apesar dos incentivos que recebe para desempenhar tal função.

As empresas recebem incentivos fiscais, como isenções de impostos, doação de terrenos e outras iniciativas. Isso para que retribuam os incentivos recebidos para a sociedade, apoiando e desenvolvendo projetos socioculturais, ou de ensino profissionalizante. As empresas, especialmente as maiores, passam a desenvolver programas, projetos e serviços que são de responsabilidade do Estado e isso faz com que o setor privado esteja cada vez mais inserido no poder público, como podemos ver na dissertação de mestrado da cientista social Clarice Junges, *“As corporações transnacionais e sua prática de responsabilidade social: um estudo de caso em Londrina, Paraná, de 2006 a 2008”*.

Assim, pelo menos em certa medida, o conceito de ação cidadã difundido pela empresa está na contramão do pleno exercício democrático pela garantia de direitos: se dissemina a ideia de que são melhores cidadãos aqueles que resolvem sozinhos os “seus” problemas, sem cobrar do Estado o cumprimento das suas obrigações — a ele delegadas pela sociedade, e para cuja realização tem fundos próprios, provenientes dos impostos arrecadados —,

² Ver mais informações sobre os aglomerados subnormais e suas características: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>

então contribui de fato para minimizar a importância desse Estado para a população. Em contrapartida, a empresa é que está “do lado” dessa população, apoiando-a, “direcionando a luz” para que “identifique o seu caminho” e “a solução para seus problemas e conflitos”: O objetivo da Milenia com estas ações é, em última análise, incentivar as comunidades a se transformarem. Acreditamos que cada uma traz em si a solução para seus problemas e conflitos. Através do acesso à educação e da 106 análise de seus recursos e desejos, ela é capaz de traçar planos e alcançar as metas estabelecidas. E o papel da companhia neste processo não é interferir. Mas apoiar, direcionando a luz para que a própria comunidade identifique o seu caminho (MILENIA AGROCIÊNCIAS, 2004, p. 20). (apud JUNGES, 2008, p.105).

Entendemos que o debate sobre a globalização é fundamental para a introdução do tema população em situação de rua porque a globalização ao buscar a homogeneidade, assola as diversidades e acirra as desigualdades, tornando assim as pessoas em situação de rua ainda mais distantes daquilo que é socialmente aceito.

Enquanto as diversidades são representadas pela pluralidade cultural, religiosa, étnico/racial, econômica, de gênero, orientação sexual, etária, física, assim como pessoas com necessidades especiais, dependentes químicos, entre outros. As desigualdades representam a tentativa em dominar estes elementos, criando uma hierarquia que sobreponha uns em detrimento dos outros, buscando estabelecer um comportamento padrão aceitável socialmente e que torne as características plurais um processo desigual. Como podemos ver em Regina Clivati Capelo (2013), no artigo “Desigualdade, educação e inclusão: implicações e provocações”, as desigualdades são acirradas pelas diferenças culturais, especialmente se elas coexistem e se estão em oposição às características dominantes.

A pobreza refere-se a um padrão de renda que não garante o sustento básico nem o acesso aos serviços de saúde, educação, transporte e lazer. Assim como a desigualdade pode ser medida pela distância entre ricos e pobres, também os desiguais podem ser mais desiguais se forem diferentes. As desigualdades são as distâncias econômicas entre as classes sociais, distâncias que podem ser ainda mais perversas quando se trata de pessoas cujos pertencimentos culturais são diferentes do modelo que serve de norma na sociedade. (CAPELO, 2013, p.20).

Por mais que essas pessoas tenham vivido excluídas do convívio

social ao longo das décadas, e até séculos, a necessidade imediatista e porque não dizer violenta da globalização em uniformizar os processos produtivos, as culturas e as pessoas, faz com que a população em situação de rua seja considerada ainda mais distante do imaginário social reproduzido em nossa sociedade.

Isso acontece porque a globalização intensifica a uniformização proposta pelo capitalismo, reforçando o não pertencimento das pessoas em situação de rua à sociedade. Pois essas pessoas não compartilham dos mesmos signos que são tidos como essenciais para o convívio social, ao estabelecer um padrão e promover a uniformização dos indivíduos em favor desse padrão, as pessoas em situação de rua ficam cada vez mais distantes, o que acaba por fazer com que não se sintam pertencentes àquela sociedade.

A globalização, ao buscar homogeneizar os processos e técnicas de produção, prejudica e desconsidera outras vistas como atrasadas e/ou obsoletas. Técnicas e ritmos muitas vezes particulares e regionalizados, que dialogam com a realidade local, com o modo e as condições de vida de determinada população são desprezados.

Os processos não hegemônicos tendem seja a desaparecer fisicamente, seja a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria. (SANTOS, 2008, p.35).

Além de alcançar a tão desejada homogeneização, a globalização tenta alcançar também a unicidade técnica. A intenção em uniformizar os processos não é a de promover o uso de técnicas mais fáceis e inovadoras, mas porque segundo pensamento de Milton Santos, *“assegura a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico”* (2008, p.25) e também aceleram a produção e contribuem com o encurtamento de barreiras não para os cidadãos, mas para o sistema capitalista, que visa o lucro na totalidade de suas ações. A unicidade técnica é uma ferramenta do processo globalizatório que visa aprimorar e maximizar as produções, pois possibilita o maior controle das empresas multinacionais sobre a produção e também garante melhor sintonia no processo, apesar das grandes distâncias. É mais uma das ferramentas utilizadas que buscam o mesmo resultado, o lucro.

O debate sobre a globalização é fundamental porque ele traz à tona

a opção política dos governos em escolher estar ao lado das grandes empresas, em abraçar cada vez mais o neoliberalismo e abrir mão da responsabilidade social, com a promoção de políticas públicas. A globalização aprofunda as desigualdades sociais e com isso potencializa o fenômeno população em situação de rua.

Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social. As novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetivos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. (SANTOS, 2008, p.38).

Acredita-se que a globalização produz uma “cidadania universal”, ou seja, uma *“humanidade desterritorializada”* que para Milton Santos é *“apenas um mito”* (2008, p.42) e isso se dá através do que também acreditam sobre o encurtamento de barreiras, o desfalecimento das fronteiras, o conhecimento instantâneo, a difusão acelerada de notícias e a simultaneidade dos processos.

Podemos ver no artigo “Soberania, direitos humanos e migrações internacionais”, da cientista política brasileira Rossana Rocha Reis (2004), que a universalização da cidadania é também preocupação de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas, por buscar interferir junto aos Estados nacionais para tratar das políticas que se referem aos imigrantes, buscando assegurar a concessão de direitos universalizantes que garantam o respeito aos direitos humanos. Por outro lado, não é essa a cidadania universal de que Milton Santos trata ao referir-se do capitalismo, essa cidadania universal é a falsa sensação de liberdade que o sistema capitalista vende aos seus membros, para que acreditem que está cumprindo com seu papel de encurtar as barreiras e tornar as pessoas cada vez mais iguais.

Mas se analisarmos, não existe uma humanidade desterritorializada, mas seres humanos sem emprego, sem habitação, sem moradia e que enfrentam problemas gravíssimos de especulação imobiliária. Afinal, acreditamos que como expresso no pensamento de Santos, a globalização desorganiza os territórios. A questão é: qual é a humanidade desterritorializada que a globalização afirma ter produzido? A quem interessou, para além do grande capital, a instantaneidade das

notícias ou a competitividade generalizada? Quem conseguiu se valer desses benefícios? Essas são indagações feitas por Milton Santos (2008). Tais questionamentos nos chamam. E aí: para a população em situação de rua, quais as fronteiras que a globalização conseguiu encurtar?

A classe trabalhadora no Brasil, em específico as camadas mais baixas, não são bem-vindas para desfrutarem as benesses da globalização e do sistema capitalista, mas são elas que mais sentem a pressão das crises sofridas e das desigualdades produzidas por esse sistema. Se pensarmos nas pessoas em situação de rua, esse caso é mais emblemático ainda, pois estas, além de não alcançarem os benefícios, também não são sequer parte da sociedade capitalista, encontram-se excluídas apesar de sofrerem cotidianamente com as regras por ela impostas. Nesta perspectiva, as pessoas em situação de rua sofrem ainda mais a pressão já sofrida pelas classes economicamente mais baixas, pois são as pessoas em situação de rua que estão à espera de uma integração social.

O “excluído” é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade contemporânea é uma sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua reelaboração das identidades. (MARTINS, 2002, p.46).

José de Souza Martins (2002) desenvolveu o pensamento de uma exclusão includente por entender que o capitalismo apesar de excluir as pessoas, procura em algum momento reintegrá-las, pois assim elas não deixam de estar à disposição do sistema. Apesar de considerarmos que essas pessoas estão excluídas, reconhecemos que de fato, por essa perspectiva elas estão incluídas, pois, buscam em algum momento voltar a fazer parte da sociedade capitalista. Enfatizamos que essas pessoas não estão à margem, pois, elas não fazem parte, elas estão fora. Porém, compreendemos que mesmo excluídas elas estão inseridas de forma tangencial no sistema capitalista, mesmo que não estejam incluídas, ou falsamente incluídas como discorre Martins (2002) sobre as classes médias.

O que procuro mostrar, no fundo, é que exclusão não diz respeito aos “excluídos”. É, antes, uma impressão superficial sobre o outro por parte daqueles que se consideram “incluídos” (humanizados) e não o são de fato. (MARTINS, 2002, p.43).

A ideologia capitalista difundida entre o senso comum e essencial

para a manutenção do sistema é baseada pelos princípios da competitividade, do individualismo e do consumismo. Está impregnada no imaginário social a ponto de reger as relações indivíduo/sociedade, estende-se da opção política do Estado em não promover políticas sociais que assegurem os direitos civis da população até o sentimento de que as pessoas devem competir entre si, o que causa um empobrecimento do intelecto e da visão de mundo, colocando-se uns contra os outros, pensando apenas nos próprios umbigos. Essa ideologia pode ser vista como um processo de desumanização e que prejudica principalmente a autoestima e autoconfiança das pessoas em situação de rua.

A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não tem trabalho e, sobretudo, não tem esperança. (MARTINS, 2002, p.21).

Para contribuir e reforçar com o sentimento individualista necessário para a manutenção e ascensão do sistema capitalista, Milton Santos (2008) acredita que no Brasil nunca tivemos a figura do cidadão, para ele *“as classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos”* (2008, p.50).

Buscar privilégios em detrimento dos direitos já não assegurados às classes mais baixas é uma atitude extremamente individualista, é anti solidário. Podemos ver em Martins (2002), que a busca por privilégios em detrimento dos direitos está relacionado à herança das sociedades estamentais, que diverge da concepção de classes sociais, que é a que vivemos. O autor compreende que a busca por privilégios é o entendimento de que apenas alguns têm a possibilidade de acessá-los.

Em uma sociedade de classes, entendemos tais necessidades como direitos civis, aos quais todos devem ter acesso, principalmente os que mais sofrem com as desigualdades sociais. Para Martins *“A sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos”*. (2002, p.50). O Brasil tem um histórico no que se diz respeito à não identificação das classes médias enquanto membros das classes trabalhadoras e também por não se

importarem com as condições de vida que as classes baixas enfrentam. Esse sentimento, já historicamente individualista, se acirra com a globalização:

A exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmática individualista. É dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus à generosidade, à solidariedade e à emoção com a entronização do reino do cálculo (a partir do cálculo econômico) e da competitividade. (SANTOS, 2008, p.54).

Somadas às classes pobres que nunca conseguiram desempenhar seu papel de cidadãos — por mais que assim sejam reconhecidos legalmente — estão as pessoas em situação de rua, que devido às condições de extrema pobreza se colocam cada vez mais distantes da sociedade da qual são excluídas, apesar de estarem aptos a dela participarem, por constituírem o exército de reserva.

Este debate sobre a reintegração dos excluídos, e aqui evidenciamos a população em situação de rua, na sociedade capitalista era vista por Martins como algo natural no sistema, mas passou a preocupá-lo em maior medida no momento em que percebeu que a tal reintegração através da inclusão estava demorando muito para acontecer, como podemos ver em *“Onde está o problema? Para mim o problema está neste fato social problemático: o tempo, a demora para reincluir o excluído está ficando cada vez mais longo”* (2002, p.122). As circunstâncias postas são favoráveis à aceleração da produção, ao aumento do lucro por parte dos capitalistas e são bem vendidas pela mídia que é porta-voz eficiente da ideologia dominante.

Acontece que como método do capitalismo, a globalização aprofunda as desigualdades que fazem aumentar os problemas sociais, em especial o desemprego que acarreta no aumento da pobreza e miséria, como afirma Santos (2008) *“Nunca na história houve um tão grande número de deslocados e refugiados. O fenômeno dos sem-teto, curiosidade na primeira metade do século XX, hoje é um fato banal, presente em todas as grandes cidades do mundo. O desemprego é algo tornado comum”* (SANTOS, 2008, p.59). Com o neoliberalismo e o início da globalização, a década de 1990 enfrentou graves problemas de desigualdade social, entre eles o aumento do fenômeno população em situação de rua que voltou a incomodar a uns e preocupar a outros, tal aumento é proporcional ao desemprego crescente, ao individualismo da população e ao desprezo dos governantes.

Milton Santos (2008) diz que o fenômeno se tornou um fato banal, e isso se dá por várias questões, uma delas porque com o avanço do capitalismo e das indústrias, as pessoas passaram a procurar os grandes centros em busca de trabalho, na expectativa de encontrarem nas grandes cidades melhores oportunidades de vida, esse é um dado curioso e que explica a concentração de pessoas em situação de rua nas cidades industrializadas.

Antes migrava-se para subir na vida. Agora, migra-se para atenuar a queda e muitas vezes já se migra como parte do processo de queda. Muda o sinal da migração: de positivo para negativo. O ressentimento, tão característico dos aglomerados urbanos de migrantes, se desdobra em ações violentas que indicam uma curiosa contradição: o desesperado esforço de estabelecer algum ordenamento social, alguma ordem, separando claramente bons e maus, integrados e não integrados. (MARTINS, 2002, p. 148).

Além do desemprego, não podemos deixar passar a falta de solidariedade da população para com as pessoas em situação de rua, que encontram-se excluídas socialmente e extremamente vulneráveis, a falta de empatia da sociedade faz com que a situação permaneça em estado de inércia, sem causar qualquer alarde para que o Governo interfira e se responsabilize pela população em situação de rua.

A ausência de políticas públicas e o descomprometimento do Governo em prover as necessidades básicas das pessoas em situação de rua, como habitação, saúde, alimentação, acompanhamento psicológico e também para dependência química, faz com que o fenômeno se torne cada vez mais difícil de ser revertido, de conseguir resgatar as pessoas que se encontram nesta situação. Não há comprometimento social e muito menos solidariedade que possam reverter a situação, o que vemos é que longe da possibilidade de transformação social, não existe intenção de intervir positivamente.

O que a sociedade capitalista propõe hoje aos chamados excluídos está nas formas crescentemente perversas de inclusão, na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho como meio de inserção digna na sociedade. (MARTINS, 2002, p.124).

A globalização é interessante sim, por possibilitar as notícias em tempo real, mas precisamos nos questionar sobre a simples informação, que não necessariamente gera conhecimento. É interessante também por acelerar o uso de

tecnologias, aproveitamento de novas técnicas, por encurtar distâncias que possam ser utilizadas em favor da população. O problema é que a globalização está a favor do sistema capitalista, que nada tem de compromisso com a humanidade. A globalização se estivesse lado a lado aos interesses da população, em especial dos mais pobres, seria uma ferramenta indispensável para o avanço das sociedades consideradas subdesenvolvidas, que sofrem grandemente com problemas de abastecimento de água e alimentos, redes de tratamento de esgoto, morte e desnutrição infantil, doenças e pouca ou nenhuma estrutura na área da saúde, educação básica, habitação e etc.

Se correspondesse a estas reivindicações, que convenhamos, são básicas, a globalização desempenharia papel revolucionário e transformador, mas para isso deveria ser regida pela solidariedade, e não pelo individualismo que está a serviço do sistema capitalista. Para que isso fosse possível, tais reivindicações precisariam estar na agenda política dos governantes que preferem se curvar ao sistema econômico e financeiro, abrindo mão de interferir positivamente na vida de milhões de pessoas em todo o mundo, assumindo as responsabilidades que lhes são conferidas.

2.3 A EXCLUSÃO COMO CONDICIONANTE PARA A SITUAÇÃO DE RUA

A desigualdade social no Brasil é um tema bastante explorado pelas Ciências Sociais, englobando diferentes desigualdades, entre elas a econômica, racial, de gênero e etária. Este debate está sempre em alta devido às altas taxas de desigualdade no Brasil, e rapidamente, é interessante ressaltar que ela se dá pelo histórico de um país construído através de uma colonização baseada na exploração e principalmente nos três séculos de escravização dos negros para cá trazidos forçada e desumanamente. Também ressaltamos que a abolição tardia e recente da escravatura é a maior responsável pela desigualdade racial, que continua alarmante.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua 2016³

³ Ver mais sobre os resultados parciais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua 2016 em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de->

apontou que os 10% com maiores rendimentos correspondiam a 43,4% do rendimento mensal real domiciliar per capita, enquanto os 10% com menores rendimentos não chegavam a deter nem 1%, mas apenas 0,8%. Além de que apontou também que 1% dos que correspondem aos maiores rendimentos recebem em média 36,3 mais do que a metade mais pobre da população brasileira. Esses dados evidenciam a grave desigualdade econômica no Brasil, desigualdade com a qual convivemos diuturnamente e que são confirmadas através de pesquisas quantitativas.

Além da desigualdade econômica, como já dito, o Brasil sofre com os resquícios – que não são poucos – do período escravocrata. Para demonstrar essa desigualdade trazemos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2015 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE que pudemos encontrar na Síntese de Indicadores Sociais de 2016. Estes dados evidenciam a desigualdade racial que através dos números se apresenta gritantemente.

Em 2015, 54,0% do total da população, mas 75,5% das pessoas com os 10% menores rendimentos (contra 23,4% de brancos), ao mesmo tempo em que eram apenas 17,8% das pessoas no 1% com os maiores rendimentos, contra 79,7% de brancos (Gráfico 6.8).” (PNAD-SÍNTESE, 2016, p.96).

É com essas informações que nos propomos a debater a desigualdade social no Brasil, mas não como um fim, apontando-a como resultado de uma construção histórica. Neste trabalho nos apoiaremos nos debates sobre desigualdades sociais para apontar como elas funcionam como possibilitadoras da exclusão social. Pois, entendemos que para chegar à exclusão, antes os indivíduos encontram-se geralmente em uma situação de desigualdade e até de marginalidade, no sentido de estar às franjas, ou à margem da sociedade capitalista.

Traçamos então um processo, uma linha que vai desde a desigualdade até a exclusão, que pode ser entendida também como o processo de desfiliação proposto por Castel. Contudo, entre a desigualdade e a exclusão, encontramos no meio deste processo mais um elemento, que é a marginalização. A marginalização a nosso ver está mais ligada à ideia de estigma social e preconceito,

e geralmente a encontramos combinada com a desigualdade econômica.

As situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquematizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional. (CASTEL 1997, p.23).

Para evidenciar nossa defesa, utilizamos como exemplo a homossexualidade, debate que está em pauta atualmente, principalmente na pauta das religiões e do senso comum. Entendemos que pessoas de orientação homossexual, geralmente, sofrem preconceito em nossa sociedade, mas salientamos que pessoas homossexuais pobres não apenas sofrem com o preconceito, mas estão propensas a se encontrarem às margens da sociedade. Dessa forma, entendemos também que pessoas de uma mesma classe social têm especificidades e características distintas, e por isso, dentro de uma mesma classe, podem estar excluídas socialmente, como afirma Martins:

Pessoas situacionalmente pertencentes à mesma classe social, como é o caso da classe operária, podem estar incluídas e/ou excluídas. Elas podem estar integradas ou não nos mecanismos reprodutivos das relações sociais, mediados pelo princípio da igualdade jurídica e formal. Embora possam estar, ao mesmo tempo, socialmente excluídas e economicamente integradas nos mecanismos de reprodução ampliada do capital. (MARTINS, 2002, p.16).

O mesmo exemplo pode ser utilizado do ponto de vista racial, isso se levarmos em consideração que pessoas negras sofrem preconceito, porém, é inegável que pessoas negras, pobres, em específico, jovens e do sexo masculino são os que mais sofrem com a marginalização, inclusive, este é o perfil dos de forma pejorativa, chamados de “marginais”.

Essa é a diferença que podemos encontrar no processo desigualdade/marginalização. Defendemos que nem todos os que sofrem com as

desigualdades, mesmo que não seja no plural, não necessariamente encontrem-se à margem. Por outro lado, entendemos que os marginalizados são resultado das desigualdades, especialmente a econômica, geralmente combinada com outros elementos. Geralmente, porque alguém que dentre todos os elementos vistos como desiguais, pode carregar “apenas” o carimbo da pobreza e dessa forma aparecer à margem, mesmo que não carregue outros signos considerados desiguais. Ou seja, pode estar à margem mesmo que seja um homem, branco, estudado, heterossexual e cristão, mas que seja pobre.

Como já dito, a desigualdade pode contribuir para a marginalização do indivíduo, vemos em Castel (1997), que a vulnerabilidade pode alimentar a marginalidade e a desfiliação, que para nós é a exclusão, acompanhada do rompimento dos vínculos sociais e familiares. É através desta contribuição que defendemos que as pessoas em situação de rua enfrentam o processo desigualdade/marginalização/exclusão. Castel (1997) entende que os indivíduos vulneráveis podem alcançar os dois últimos estágios e concordamos que as diversas desigualdades tornem os indivíduos vulneráveis para chegarem a tais estágios.

Essas zonas não são definitivas, suas fronteiras são móveis. A zona de vulnerabilidade, em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação. (CASTEL, 1997, p.26).

Seguindo nossa linha de pensamento, o processo que leva o sujeito da desigualdade para a exclusão, é necessário explicitar que assim como acreditamos que nem todo desigual é marginalizado, acreditamos também que nem todo marginalizado é excluído. Pois como excluído entendemos aquele que não estão apenas à margem, mas que não fazem parte do sistema capitalista, nem efetivamente e nem no imaginário social, os excluídos a nosso ver são pessoas rejeitadas e invisíveis.

O tema “exclusão” nas Ciências Sociais nem de longe é consensual. Ele também é descrito como um “conceito inconceitual”, segundo definição de José de Souza Martins que diz nem acreditar na exclusão social, mas em um processo excludente. E, para Alba Zaluar (2004), o uso do termo “exclusão” foi “vulgarizado”.

Apesar de concordarmos com a defesa dos autores aqui elencados, por entender que, assim como defende Martins, o processo excludente continua integrando mesmo que marginalmente os membros da sociedade capitalista. Acreditamos que as pessoas em situação de rua apresentam uma situação particular e específica, e defendemos que estas pessoas não estejam integradas nem ao menos marginalmente pela sociedade capitalista e também que elas não representem unicamente a pobreza, mas a quebra de um aglomerado de vínculos e marcadores sociais que acabam por constituir uma lógica própria de vida, ou sobrevivida.

Portanto, defendemos que a exclusão social das pessoas em situação de rua é um fato, e defendemos isto não apontando o erro ou descuido dos autores abordados nesta monografia, pois estes não estavam debatendo as pessoas em situação de rua, mas as pessoas que desiguais ou marginalizadas encontram-se dentro ou pelo menos, quase dentro do sistema capitalista. Aproveitamos suas discussões sobre o tema da exclusão para apontar que as pessoas em situação de rua estão fora não apenas do sistema capitalista, mas são excluídas também da sociedade e quando não são invisíveis são vistas como problema, mendicância, folga, mas dificilmente vítimas ou excluídos.

A exclusão das pessoas em situação de rua é resultado de um processo excludente, como em Martins, mas é um processo sem volta, que independente da demora da integração ou até mesmo uma integração marginal, para a pessoa em situação de rua, ela não acontece de forma alguma. O que acontece é o rompimento com a sociedade no momento em que o processo desigualdade/marginalização chega ao último estágio, a demora da integração faz com que o indivíduo permaneça excluído, sem que estabeleça vínculos com a sociedade, por tempo indeterminado.

Segundo Maria Luiza Lopes (2009) existem as pessoas em situação de rua temporária e permanentemente, os primeiros ficam nessa situação até 2 anos, diferentemente dos que nela ficam de forma permanente, casos que variam de 5 anos ou mais na situação de rua.

Nesses casos, é interessante que com o rompimento dos vínculos, algumas pessoas passam a se sentir livres, mesmo que seja uma ideia de falsa liberdade, já que dispõem de pouco para sobrevivência. Portanto, estar na rua de forma permanente, pode ser resultado não apenas da exclusão, mas do nela encontrar-se, por querer estar na rua, desfrutando da sensação de liberdade que ela

te dá.

Não debateremos essa situação neste trabalho, nos atentaremos à exclusão como resultado de um processo, mas não podemos desconsiderar que existem pessoas que estão na situação de rua mesmo sem ter passado por este processo de exclusão, e isso se dá muitas vezes por conta de desentendimentos com a família, devido a problemas relacionados principalmente à dependência química e sexualidade, mas que não passaram necessariamente pelo estágio de marginalização e até mesmo o de desigualdade.

Trazemos neste capítulo a visão de José de Souza Martins e Jessé de Souza, que são autores que possuem linhas distintas de construção do pensamento sociológico, e através das obras escritas ou organizadas por estes autores apontaremos e desenvolveremos o conceito de exclusão em que encontram-se as pessoas em situação de rua, independente se estão nessa situação de forma temporária ou permanente.

Aproveitamos para dizer que neste trabalho utilizamos a combinação de diferentes perspectivas para a construção do pensamento sociológico, e que não consideramos um equívoco, mas a busca por um equilíbrio que leve em conta elementos macro e microssociológicos. Reconhecemos nesta monografia a necessidade em combinar elementos das diferentes ordens, por enxergar neles a possibilidade de juntos explicarem os fatores que levam as pessoas à situação de rua de forma mais satisfatória.

Para onde quer que nos voltemos, deparamos com as mesmas antinomias. Temos uma certa idéia tradicional do que nós mesmos somos como indivíduos. E temos uma certa noção do que queremos dizer quando dizemos “sociedade”. Mas essas duas ideias — a consciência que temos de nós como sociedade, de um lado, e como indivíduos, de outro — nunca chegam realmente a coalescer. Decerto nos apercebemos, ao mesmo tempo, de que na realidade não existe esse abismo entre o indivíduo e a sociedade. Ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos. Mas, quando tentamos reconstruir no pensamento aquilo que vivenciamos cotidianamente na realidade, verificamos, como naquele quebra-cabeça cujas peças não compõem uma imagem íntegra, que há lacunas e falhas em constante formação em nosso fluxo de pensamento. (ELIAS, 1994, p.17).

À luz do pensamento mediador de Norbert Elias (1994), defendemos que para melhor compreensão do fenômeno população em situação de rua, se faz

necessário analisar a estrutura econômica, até porque nos preocupamos principalmente com as desfiliações procedidas pelo desenvolvimento globalizatório e o desemprego, mas devemos também ter em mente que para compreendermos a situação de rua, precisamos estar atentos às condições subjetivas que possam causar desfiliação ou ao menos para analisarmos o seu período de estada na rua.

É imprescindível para esta monografia o uso de conceitos que estabeleçam comunicação, que promovam o diálogo entre os ditos pares de oposição, para que possamos compreender a dada situação de forma mais abrangente, sem que faltem elementos para assimilar o contexto a que essas pessoas estão inseridas e/ou a trajetória que nele as inseriu. Por isso, seguimos a linha conciliadora de Elias, para evidenciar a importância de debruçar-se tanto sobre a sociedade quanto sobre o indivíduo, e sem colocá-los em oposição, mas mostrando que há um elo que os conecta.

Dito isso, discorreremos sobre as percepções acerca do tema exclusão que são encontradas nas obras de Martins e de Jessé de Souza e então apontaremos o porquê apesar de concordarmos com as críticas acerca da exclusão, ainda assim utilizamos esse conceito para explicar a condição das pessoas em situação de rua. Martins, em “Exclusão Social e a Nova Desigualdade” (1997) e “A Sociedade Vista do Abismo” (2002) demonstra discordância sobre a acentuada utilização do conceito exclusão e também sobre sua conceituação. O autor entende que essas pessoas ditas excluídas, ou para ele, vítimas de um processo excludente, não apenas não podem desfrutar das benesses do capitalismo, como também não tem direito a participar dele, mesmo que seja para trabalhar.

Como é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza. (MARTINS, 2002, p.10).

Como pudemos ver no tópico anterior, Martins (2002), entende que não existe exclusão do indivíduo no sistema capitalista porque ele está a espera de uma integração, é como se estivesse na geladeira, esperando para em algum momento ser reincluído.

Começo assinalando o uso abusivo da noção de exclusão como se ela explicasse absolutamente tudo, todos os problemas sociais. Na sociedade capitalista, a rigor, não pode haver exclusão; não pode

existir sociedade capitalista baseada na exclusão. Toda dinâmica dessa sociedade se baseia em processos de exclusão para incluir. (MARTINS, 2002, p.119).

Em “A Sociedade Vista do Abismo” (2002), Martins defendeu a visão dessa reinclusão, defendeu que a exclusão propriamente dita é improvável no sistema capitalista, porque o capitalismo tem interesse de que aquela pessoa esteja a procura de trabalho, que ela faça parte do que Marx chama do “exército de reserva”. Nas palavras do autor, podemos perceber a intenção do sistema capitalista nessa reinclusão: *“Por que é que precisa incluir? Porque ele precisa transformar cada ser humano, não importa a cor, altura, tamanho, peso, beleza, em membro da sociedade capitalista.”* (2002, p.120).

Estar disponível é um fator de grande importância, pois, por mais que a pessoa encontre-se em um processo de exclusão, sendo privada de elementos que constituem o que é considerado ter uma vida digna, como morar, comer, trabalhar e etc, ela é vista como alguém possivelmente apta para ingressar no mercado de trabalho, reestabelecendo a sua condição de integrado, segundo o sistema capitalista. Para Martins (2002), não interessa para o capitalismo se o indivíduo será contratado, o que interessa é que ele esteja em condições para apresentar-se disponível a ocupar os postos de trabalho.

Ainda nessa obra (2002) que Martins defendeu quase em sua completude não acreditar na exclusão social, mas no processo de exclusão. O autor reconhece que o problema maior está na demora para o acontecimento da reintegração do indivíduo temporariamente excluído do sistema capitalista, entende que as pessoas passam a permanecer muito tempo tidas como excluídas e sem perspectivas reais de serem reintegradas através do emprego: *“o novo perfil da classe trabalhadora é o de exclusões cíclicas cada vez mais demoradas, mais espaçadas, do mercado de trabalho.”* (2002, p.29).

A resistente negação que José de Souza Martins faz ao conceito de exclusão pode ser entendida porque o autor entende que *“A novidade da chamada exclusão social é a sua velhice renovada”* (2002, p.14), acredita que é uma forma de reformar a ideia de pobre ou de trabalhador, e que o debate sobre exclusão possa inclusive causar confusão, pois os lidos como excluídos, a seu ver, pertencem a noção de uma sociedade estamental e não a uma sociedade de classes sociais, como é o caso da sociedade capitalista, o caso em que a exclusão está sendo

debatida.

Operário é classe social; excluído não o é. Operário é uma categoria sociológica substantiva, relativa ao efetivo e objetivo sujeito social e histórico, sujeito de contradições, que personifica possibilidades históricas, que é o trabalhador assalariado. Independente de sua vontade subjetiva, o operário tem uma realidade objetiva, ele é um “produto” histórico e, teoricamente, agente privilegiado da História, no momento histórico que lhe corresponde. (MARTINS, 2002, p.30).

O fato de excluídos não serem compreendidos como pertencentes a uma classe social faz com que segundo José de Souza Martins (2002) eles não tenham espaço na história e nem sejam “aptos” para participarem de um processo de transformação social. *“Excluído é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação.”* (2002, p.30). O autor (2002) também acredita que o termo exclusão da forma como é empregado e conceituado representa certo conservadorismo e conformismo da real situação dos lidos como excluídos, pois não se busca transgredir o capitalismo, mas resolver o problema através da reinclusão dessas pessoas no próprio sistema, integrá-los por meio do consumo.

As críticas vão além e alcançam o debate sobre o protagonismo de tais excluídos, questionando se ao decidir o que fazer por eles não se estaria sugerindo que eles próprios não pudessem decidir o que poderia ser feito a seu respeito. Outro aspecto que considero importante apresentar é a intenção dos preocupados em resolver a situação do indivíduo excluído, questiona-se essa intenção realmente se preocupa com a condição do sujeito, ou uma forma de tentar se livrar do “problema”.

Por isso, as categorias “excluído” e “exclusão” são categorias de orientação conservadora. Não tocam nas contradições. Apenas as lamentam. O “excluído” é duplamente capturado pela sociedade que o rejeita. É capturado como consumidor, ainda que consumidor marginal, porque suas necessidades estão limitadas ao que pode ser satisfeito pelos resíduos do sistema. Não são necessidades que o lancem para além do atual. Suas necessidades são necessidades que afirmam as liturgias da sociedade de consumo, seus valores e ideais. (MARTINS, 2002, p.37).

A leitura que fazemos de “A Sociedade Vista do Abismo” (2002) é que Martins preocupou-se em explicar o processo de inclusão excludente e exclusão

includente, mostrando como esse processo é uma dinâmica do sistema capitalista, que exclui as pessoas para que se percebam dele dependentes e que aceitem ser reincluídas mesmo que marginalmente. Já em “A Exclusão e a Nova Desigualdade” (1997) nos deparamos com outros elementos do debate sobre exclusão, mas a defesa também é a de que não existe exclusão, Martins chega a dizer que “*Rigorosamente falando, só os mortos são excluídos*” (1997, p.27), e defende que se analisarmos bem, nem os mortos, pois estes ainda são lembrados e o processo de esquecimento para que se tornem de fato excluídos é demorado.

Nesta obra, Martins (1997) também aponta o processo de exclusão e mostra-se preocupado com a demora do processo de reintegração dos indivíduos “excluídos”, assim como critica novamente o uso do termo exclusão para referir-se a pobreza. O novo elemento desse debate é que ele passa a se dar no campo subjetivo ao momento em que o referido autor preocupa-se com os efeitos morais que a exclusão/pobreza causa aos indivíduos.

Para o mesmo autor (1997), a nova desigualdade expressa no título do livro é resultado do processo de excludência e pode ser compreendida através do consumo. O que entendemos é que essa nova desigualdade é na realidade resultado da globalização, que facilitou o acesso aos bens de consumo e difundiu o espírito individualista, como pudemos ver no tópico anterior. Essa nova desigualdade para Martins (1997), é como uma “*sociedade paralela*” que possibilita que indivíduos de diferentes classes possuam a mesma ideologia.

A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente. No entanto, a nova desigualdade se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas ideias individualistas, a mesma competição. (MARTINS, 1997, p.21).

A nosso ver, a nova desigualdade é a ilusão de uma realidade compartilhada, que é influenciada pela globalização e que faz com que as pessoas acreditem poder possuir basicamente os mesmos produtos e desfrutar da mesma ideologia. Essa ideologia consiste na integração social, pois é como se o fato de estar inserido, fizesse com que não houvesse diferença entre os determinados tipos de inserção. Não há preocupação se a inserção é marginal e precária, porque no fim o que importa é que ela é uma inserção. “*Todos, inseridos de algum modo, decente*

ou não, no circuito reprodutivo das atividades econômicas: todos têm o que vender e o que comprar. Essa é a nova desigualdade.” (MARTINS, 1997, p.35). Se analisarmos essa afirmação pensando na população em situação de rua, ela não faz sentido, porque esse “todos” não reflete a essa população, porque ela não está inserida nem de forma indecente, ela está excluída.

Martins (1997) entende que a pobreza não mudou apenas sua roupagem, como sugere quando critica o uso do termo exclusão para defini-la, para ele a pobreza mudou de forma, porque o pobre já não é mais visto como alguém que não possui o que comer, essa passa a ser a figura do miserável. O pobre com a globalização passou a ser aquele que tem acesso restrito a bens materiais, a lugares, a direitos efetivos, a serviços e ao bem-estar. A figura do pobre passou a ser outra e ele então não sofre apenas com a privação econômica, mas também com a privação moral.

Encontramos também neste livro a crítica ao estágio de inclusão do processo excludente. A exclusão para incluir segundo Martins (1997) é uma regra estruturante do sistema capitalista. O referido autor também defende que o problema está na inclusão e isso se dá por conta da demora para que tal inclusão aconteça, pois, antes, quase não se dava para notar a exclusão já que se dava de forma rápida.

O problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque começa a demorar muito a inclusão: o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação. (MARTINS, 1997, p.32).

E é justamente o debate sobre essa degradação que nos propomos a fazer. Consideramos imprescindível ter em mente que as pessoas em situação de rua representam elementos extremamente particulares, que apesar das teorias assertivas acerca da exclusão, que se referem às classes economicamente mais baixas, as pessoas em situação de rua possuem outras características, entre elas o rompimento e o abandono de vínculos, e por isso, reafirmamos, podem ser compreendidas como excluídas, devido às especificidades que possuem.

Para nós, essa degradação é um dos símbolos das pessoas em situação de rua, pois estas, além de estarem desintegradas economicamente – e isso se levarmos em conta fatores como desemprego, subemprego e formas

alternativas de arrecadação – são pessoas que encontram-se desintegradas também social e moralmente. Socialmente devido às características como rompimento de vínculos familiares, desemprego, alcoolismo, dependência química e demais signos que influem sobre a integração social do indivíduo. Quanto à degradação moral da pessoa em situação de rua, acreditamos que se dê justamente por conta do anterior, pois ela representa a falta de autoestima e autovalorização que resultam da desintegração econômica e social.

Martins defende em “A Exclusão Social e a Nova Desigualdade” (1997) que o conceito de exclusão quer explicar uma nova dimensão de pobreza, que passa a ser uma pobreza privada também moralmente. Isso se dá pelo fato de estarem privados não apenas do acesso ao consumo, mas da liberdade e esperança, e é isso que a seu ver faz dos novos pobres, desintegrados moralmente. Se utilizarmos estes exemplos para analisarmos as pessoas em situação de rua, percebemos que estas estão privadas do convívio familiar, do reconhecimento e da estima social, as pessoas em situação de rua estão privadas da dignidade.

Portanto, acreditamos que a exclusão impulsiona a desigualdade, isso se pensarmos a desintegração moral como mais uma das facetas da desigualdade, pois as pessoas não são mais desiguais econômica e socialmente – devido às características pessoais ou culturais – as pessoas passam a ser desiguais moralmente, passa a existir uma camada da sociedade que acredita em si e outra que não. Nem mesmo a autoestima que é um elemento extremamente particular deixa de ser medida pela desigualdade.

O que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade, o contrário da exclusão. Vocês chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal. (MARTINS, 1997, p.26).

Na realidade o que chamamos de exclusão e vale salientar que quando falamos de exclusão não estamos falando de pessoas pobres, forma como é feita a crítica do autor, mas falamos das pessoas em situação de rua. Pessoas que ao chegarem ao estágio de exclusão não são reintegradas e estão longe de ser, pois diferentemente da teoria desenvolvida por Martins (1997), a desintegração das pessoas em situação de rua é mais do que o desemprego, pois, estar desempregado não significa não ter um teto, ou romper vínculos familiares.

A reintegração do processo excludente desenvolvida por Martins

representa um processo estruturante em que as pessoas para serem reintegradas precisam de um emprego, mas não necessariamente de um teto, de uma família e de autoestima. A desintegração moral é um grande problema a ser enfrentado porque a esperança e a autoestima são fatores essenciais para que a pessoa deixe a situação de rua e entendemos que a desintegração moral seja uma das características das pessoas em situação de rua, que seja resultado da falta de moradia, da ausência de vínculos familiares, do uso de drogas e principalmente pelo estigma social, por serem considerados vagabundos, preguiçosos e bandidos. Esse é um impasse para a superação da situação de rua no momento em que dificulta que as pessoas acreditem em si mesmas e enxerguem em si a possibilidade de mudança de vida.

“Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica” é um dos artigos que compõem o livro organizado por Jessé de Souza, “A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira” (2006). Neste artigo nos deparamos com o conceito de dignidade que nos orientou a refletir sobre a desintegração moral. O trabalho de Fabrício Maciel (2006) traz como mostra o título, uma indagação sobre se realmente todo trabalho é digno, nos apoiaremos mais neste conceito no momento em que apresentarmos o perfil das pessoas em situação de rua e suas ocupações, dados retirados da Pesquisa Nacional sobre População de Rua (2007-2008) que foi o único censo de abrangência nacional sobre a população em situação de rua que aconteceu no Brasil.

Porém, gostaria de aproveitar para fazer neste momento algumas reflexões acerca do trabalho como alternativa para a superação da situação de rua. A ideia de que todo trabalho é digno é tão presente no nosso dia a dia que inclusive é um ditado utilizado nos quatro cantos do país, segundo Maciel (2006), “*‘Todo trabalho é digno’ é um ditado amplamente conhecido em toda a cultura ocidental moderna.*” (p.285), por ser disseminado no senso comum e aparecer como uma “crença” enraizada culturalmente, o autor acredita que seja muito difícil para as Ciências Sociais desmistificar essa “crença”.

Acreditar que todo trabalho é digno vai além de acreditar que se está desenvolvendo e “ganhando” a vida dignamente, é também uma forma de considerar-se digno perante a sociedade, já que desempenha um trabalho considerado digno. O ditado é de que “todo trabalho é digno”, mas, será que todo trabalho é realmente considerado digno? Ou será que essa é uma estratégia para

conformar as pessoas do emprego que conseguiram alcançar, devido às oportunidades distintas geradas pela desigualdade social? Além de refutar o significado desse bordão, voltamo-nos às pessoas em situação de rua, que não possuem emprego e que têm o trabalho como autônomo, catadores de material reciclável, flanelinhas, mangueiros ou pedintes, será que essas pessoas são reconhecidas dignas pelo trabalho que executam ou que seus trabalhos são considerados dignos socialmente?

A dignidade do trabalho se dá também para as classes economicamente mais pobres, já que todo trabalho é digno. Logo as profissões exercidas pelas camadas mais pobres não deveriam ser resultado da falta de oportunidades, mas desejo das pessoas em executá-los e também desejo dos mais afortunados em exercê-las. Por que é que filhas e filhos da elite não têm como sonho, desde pequenos, serem empregadas domésticas ou garis? Por que, então, existem profissões que não são resultado da escolha, mas da falta de opção?

Este debate que fazemos é para evidenciar o quanto as pessoas em situação de rua são consideradas indignas pela sociedade e ele é importante para refletirmos e questionarmos sobre a imagem que a sociedade tem destas pessoas, inclusive sobre a negação desta imagem. Afinal, consideramos que as pessoas em situação de rua são vistas, ou melhor, não vistas, porque são invisibilizadas socialmente, apesar de fazerem parte do dia a dia das cidades, especialmente as grandes cidades.

2.4 A INVISIBILIDADE DE UMA POPULAÇÃO DIVERSA

A partir do livro “A miséria do Mundo” (1993), organizado por Pierre Bourdieu que é composto por várias entrevistas com pessoas que vivem ou que passaram por situações degradantes em suas vidas, desenvolvemos o nosso entendimento sobre a construção social das ruas. A obra coleciona a dificuldade de diferentes sujeitos, que possuem diferentes trajetórias e apresenta dificuldades enfrentadas por famílias economicamente pobres.

Foi através das entrevistas deste livro que pudemos pensar e refletir sobre o imaginário que as pessoas fazem da rua. Percebemos que em todas as

entrevistas que alguém fazia alguma referência à rua era no sentido de desqualificá-la, identificando-a como um espaço de ninguém, ou melhor, que não era regido pela noção de organização da vida privada. Porque a rua, segundo as entrevistas, no livro de Bourdieu (1993), é espaço de alguém, mas não de alguém “de família”. Pois nas ruas se faz presente o imaginário de marginalidade, de baderna, um território que não segue as regras sociais, mas que tem regras próprias. Eis uma ilustração do que estamos dizendo:

Christian - Você vem com seu carro, você sobe em casa dois minutos, você desce, você tem o pára-brisa quebrado, o rádio roubado. É insuportável. É isso que eu não compreendo, não sei ... [imitando com voz fina um pouco ridícula e feminina]. “É preciso deixá-los fazer, é preciso deixar esses rapazes viver, é preciso deixá-los fazer”, mas não está sendo mais possível! Depois perguntam por que os locatários que ficam na ZUP são somente os norte-africanos. Por quê? Os rapazes ficam na rua discutindo até três horas da madrugada, bebendo e fumando, fazendo conchavos. Depois, eles ficam completamente dopados quando fumam e bebem ao mesmo tempo. A gente sai, começa a lhes dizer alguma coisa, você tem direito a todos os insultos do mundo; e depois, na manhã seguinte, quando se vai pegar o carro para ir trabalhar, os pneus estão furados, o pára-brisa quebrado, tudo quebrado [...]. Não adianta falar-lhes nada. (apud BOURDIEU, 1993, p. 148).

Foi através das leituras das entrevistas, através da obra de Bourdieu (1993), que também pudemos compreender a rua como este espaço que dá medo, de insegurança e violência. Passamos a entender a rua como este lugar que cabe às pessoas que possuem vínculos familiares fragilizados, é o espaço para o qual as pessoas são mandadas se não se comportam conforme as regras da casa, do ambiente privado. É o meio para o qual as pessoas são mandadas se não têm condições de manter uma moradia. A rua é, portanto, também, um vácuo, é ausência de fatores que possibilitam a vida em comunidade, que possibilitam a integração social do indivíduo.

- Lídia D. - Bem, eu sonhava com os problemas que eu tinha, eu me via, de toda maneira, eu me via vivendo na rua, porque quando eu vi que minha mãe teve a crise, eu disse: “é isso aí, bom, bem, acabou para mim, eu vou para a rua, eu não terei mais casa, eu já era, ninguém vai ligar para mim porque minha irmã não liga para mim”. (apud BOURDIEU, 1993, p. 432).

- E você tem medo do futuro?

Lídia D. - Hum, eu não vejo ... eu não vejo que vai haver melhorias. Eu não sei. Eu não acredito nisso. Eu não acredito em mais nada. Não. Eu não posso mais acreditar, com todas as promessas que me

fizeram e eu não posso. Não é possível. Eu não posso. Eu digo, ou então, se houvesse qualquer acontecimento que surgisse, eu diria: “há um milagre, então”. Eu diria: “não é possível”. Eu não chegaria a me tranquilizar, eu diria: “não é possível”. Eu não creio absolutamente em nada, nem em jogo, nem em nada, eu não jogo, nem em jogo, nem em nada disso, eu não acredito em nada. (apud BOURDIEU, 1993, p. 433).

O antropólogo Roberto DaMatta, em sua obra “O que faz o Brasil, Brasil?”, define a rua como: “*o mundo exterior que se mede pela “luta”, pela competição e pelo anonimato cruel de individualidades e individualismos*” (1986, p.28). A rua por ser o espaço para o qual ninguém quer ir, por conta da violência e das relações hostis que se dão neste espaço, passa a ser também um dos fatores que viabilizam a desesperança nas pessoas que foram colocadas na rua. A falta de “dignidade”, a discussão sobre moral reaparece aqui, pois a rua apresenta marcadores estigmatizados, desvalorizados e negados socialmente. Ser colocado no olho da rua é ser privado das relações sociais, da integração social, dos vínculos familiares e de uma vida digna.

Mas como é o espaço da rua? Bem, já sabemos que ela é local de “movimento”. Como um rio, a rua se move sempre num fluxo de pessoas indiferenciadas e desconhecidas que nós chamamos de “povo” e de “massa”. As pessoas são reveladoras. Em casa, temos as “pessoas”, e todos lá são “gente”: “nossa gente”. Mas na rua temos apenas grupos desarticulados de indivíduos – a “massa” humana que povoa as nossas cidades e que remete sempre à exploração e a uma concepção de cidadania e de trabalho que é nitidamente negativa. De fato, falamos da “rua” como um lugar de “luta”, de “batalha”, espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades. Daí por que dizemos que a rua é equivalente à “dura realidade da vida”. O fluxo da vida, com suas contradições, durezas e surpresas, está certamente na rua, onde o tempo é medido pelo relógio e a história se faz acrescentando evento a evento numa cadeia complexa e infinita. (DAMATTA, 1986, p.29).

O medo em ser colocado para fora de casa, de precisar habitar na rua é compreensível no momento em que compreendemos a rua como este espaço de negação. Muitos elementos devem ser levados em consideração nessas entrevistas da obra “A miséria do Mundo”, de Bourdieu (1993), entre eles, o fato da violência retratada nas entrevistas se dar majoritariamente nas ruas dos guetos, na periferia das cidades francesas e o fato dos guetos serem resultado das desigualdades de raça, econômica e cultural, esse é um fator que precisa ser

considerado.

Porém, é importante também considerar que o estigma que essas pessoas carregam do viver na rua, se dá também nas ruas do centro da cidade, pois apesar da violência não ser tão acentuada, como podemos ver nas próprias entrevistas em Bourdieu (1993), a rua é tida não apenas como um espaço de violência, mas como um espaço de privação daquilo é digno, daquilo que é socialmente desejável e aceitável.

Condenada à demolição devido à passagem da futura rodovia, a casa desapropriada tinha sido destinada, enquanto esperava ser demolida, à família Bem Yliloud a título de moradia provisória como um simples albergue. O prazo venceu, e seus ocupantes “indevidos” ficaram na rua. E lá, do mesmo modo que muitos outros companheiros de infortúnio iguais a eles, operários o mais das vezes das obras do BTP, compatriotas ou não, foi necessário descer para esse “alojamento da desesperança e do último recurso” - é assim que se chama - que é a “favela”, “o inferno das barracas”. (apud BOURDIEU, 1993, p. 37).

Ser colocado “no olho da rua” é uma expressão bastante utilizada e geralmente se refere ao desemprego, ao fato de alguém não ocupar mais certo posto de trabalho. Se analisarmos, percebemos que o desemprego até inconscientemente, transmitido através de bordão, é colocado em oposição à rua. Isso mostra o quanto o emprego é socialmente importante para que as pessoas não sejam jogadas à rua. Por outro lado, podemos perceber essa expressão também como o rompimento dos vínculos familiares, no momento em que um desacerto, uma briga de família também pode colocar alguém “no olho da rua”.

Para nós, a construção social da rua configura-se como um espaço de potencialização das violências e do tráfico. A rua é onde cabe a prostituição, a marginalidade e as pessoas que buscam desempenhar papéis que não cabem no ambiente privado. Portanto, ser colocado na rua, para a pessoa que tem isso como condição, é degradante se considerado a construção social da rua e de suas representações. Ser colocado “no olho da rua” é desesperançoso e fere a autoestima do indivíduo, fere o amor próprio.

Na rua, então, o tempo corre, voa e passa. Muito mais que no lar, onde ele está suspenso entre as regras relações prazerosas e amorosas de todos com todos. Mas aqui, no negro do asfalto, no calor da caminhada para se chegar a algum lugar, no nervosismo do confronto com o policial imbuído de sua autoridade legal, que nos

trata como coisas e como indivíduos sem nome nem face, o reino é sinônimo de luta e sangue. Na rua não há, teoricamente, nem amor, nem consideração, nem respeito, nem amizade. É local perigoso conforme atesta o ritual aflitivo e complexo que realizamos quando um filho nosso sai sozinho, pela primeira vez, para ir ao cinema, ao baile ou à escola. Que insegurança nos possui quando um pedaço de nosso sangue e de nossa casa vai ao encontro desse oceano de maldade e insegurança que é a rua brasileira. (DAMATTA, 1986, p.29).

Publicado em 2004, o livro “Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas”, da antropóloga Alba Zaluar, traz uma perspectiva de como o ambiente das ruas contribui com a invisibilidade da população em situação de rua. Isso porque as ruas, que possuem características consideradas negativas, favorecem para a homogeneização mesmo que aparente e o isolamento das pessoas que nela se encontram. Tornando-as uma população com necessidades semelhantes, apesar das características diversas e transversais.

“Desse espírito” se comporiam as relações sociais, ou melhor a fragilidade dos laços sociais entre os indivíduos separados na luta pelo ganho. Em vez das associações com a democracia e a liberdade feitas para as cidades da Antiguidade clássica e da Idade Média, o que predomina nas imagens da cidade, particularmente das grandes metrópoles, a partir dessa literatura, são as imagens negativas. O anonimato, porém, passa a ter um estatuto ambivalente: é ao mesmo tempo a garantia da liberdade ou da falta do controle social existente nas pequenas comunidades e a salvaguarda da solidão e da impessoalidade, fundamentos da personalidade atribulada e do sofrimento psíquico da modernidade que terminariam na solidão, na obscuridade e no vazio. (ZALUAR, 2004, p.204).

É nas ruas, sob os olhares preconceituosos e insensíveis que esta população se torna invisível. É diante das dificuldades encontradas nas ruas, do estigma sob quem nelas vivem, que essas pessoas são “englobadas” e tornam-se uma população aparentemente uniforme, apesar das trajetórias e das características diversas, que são ofuscadas. Em Bezerra, Vieira e Rosa (1992) nos deparamos com o argumento que a população em situação de rua carrega seus pertences em uma sacola.

De forma geral, a população de rua carrega consigo seus pertences, que não vão além de uma sacola, o *galo*, com objetos pessoais, o que evidencia sua mobilidade. Deslocam-se com frequência, podendo dormir um dia em cada lugar. (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1992, p.55).

É como se o “morador de rua” carregasse seu mundo em suas costas, um mundo resumido em poucos pertences, que são levados em um “saco” ou uma “sacola”. Ora, fazendo uma reflexão acerca do espaço das ruas, do significado do espaço público, o que é que aprendemos, ou melhor, tememos quando crianças? O homem do saco, um homem que leva embora as crianças, um homem que está associado ao perigo e à violência das ruas. Ele tem aparência descuidada e anda com um saco. Mesmo que indiretamente, porque ao menos para nós, nunca apontaram uma pessoa em situação de rua e disseram ser o tal “homem do saco”, nem se faz necessário, é algo que construímos mentalmente e que convive conosco durante a infância e contribui com a naturalização e absorção do preconceito.

A população em situação de rua, que neste trabalho consideramos aqueles que estão em acolhimento nas ONG's, Igrejas, albergues e as pessoas que estão nas ruas, seja debaixo das marquises e viadutos ou alojando-se em construções abandonadas, o que os próprios chamam de “mocó”. Acreditamos que a invisibilidade da população em situação de rua se dê, principalmente, pelo que abordamos nos tópicos anteriores como “ideologia capitalista”, que está marcada pelo egoísmo, pela falta de solidariedade e comprometimento com o meio social. É este egoísmo, essa crença de que cada um é responsável por si, que faz com que não haja interesse em enfrentar os problemas sociais, em promover a transformação social.

A realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua foi um grande desafio. Institutos de Pesquisa estão acostumados a realizar levantamentos de dados em domicílios previamente estabelecidos ou em pontos de fluxo, com a seleção de entrevistados, segundo características sociodemográficas de um universo conhecido. No caso desta pesquisa, o universo a ser investigado era totalmente desconhecido, além de apresentar características muito específicas: a população que vive nas ruas costuma se deslocar na cidade - tornar-se socialmente "invisível" - e os espaços em que se encontra são também, muitas vezes, imperceptíveis ou de difícil acesso. (MDS, RUA APRENDENDO A CONTAR, 2009, p.41).

Percebemos a invisibilidade dessa população na falta de empatia dos indivíduos com os que estão em situação de rua, mas podemos dizer que essa invisibilidade se dá também na ausência de interesse dos governantes em promover políticas públicas e garantir programas e projetos sociais que viabilizem o resgate

das pessoas em situação de rua. Segundo Jessé de Souza, em seu livro “A construção social da subcidadania” (2006), a invisibilidade é causada pela naturalização das desigualdades. Essa naturalização é o fato de as pessoas não se indignarem com as desigualdades, sejam elas, culturais, econômicas ou identitárias. Acreditamos que essa naturalização se dê por conta da ideologia do capitalismo, fundada no individualismo e nos princípios meritocráticos que são tão falados atualmente.

A naturalização das desigualdades possibilita a invisibilidade da população em situação de rua na medida em que trata sua condição como algo normal e aceitável socialmente, dificulta uma possível mobilização social que se dê em busca de mudanças que possam despertar e assegurar o interesse do Estado em promover programas e políticas voltados ao resgate dessa população.

O que existe aqui são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas que, por isso mesmo tanto mais eficazes que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis. (SOUZA, 2006, p.175).

Essa naturalização faz com que o fenômeno em situação de rua não seja algo que cause indignação, mas que seja visto como um fenômeno inerente aos grandes centros urbanos, como mera característica das sociedades modernas, assim como, os princípios da meritocracia são responsáveis por difundir a crença de que as pessoas em situação de rua são preguiçosas e “vagabundas”. No artigo “A família desorganizada e a reprodução da “ralé estrutural” no Brasil” das autoras “Lorena Freitas e Lara Luna”, que faz parte da obra “A invisibilidade da desigualdade brasileira” (2006) organizado por Jessé de Souza, vemos que “*A naturalização de nossa assombrosa desigualdade social é um dos maiores problemas que a sociedade brasileira tem que enfrentar hoje*” (FREITAS e LUNA, 2006, p.323) e podemos ver como a meritocracia contribui para a naturalização das desigualdades, que por sua vez contribui para a invisibilidade da população em situação de rua.

É por meio dela que sociedades como a nossa convivem com estrondosos níveis de desigualdade social, fazendo com que apareçam como “naturais” e se justifiquem pela ideologia de que o “mérito” de cada um é que determina sua posição na sociedade. (FREITAS; LUNA, 2006, p.335).

O interessante é que pessoas em situação de rua são invisíveis

socialmente mesmo fazendo parte do nosso dia a dia e do cotidiano das cidades, é como se se já estivessem incorporados na estética e na lógica dos centros urbanos, mesmo que indesejavelmente. Quando dizemos indesejavelmente, infelizmente não nos referimos às condições a que essas pessoas são empurradas e submetidas, mas ao fato de não serem aceitas socialmente, por estarem “atrapalhando” e causando “má impressão” a quem transita por ali.

Como apontado por Clarice Junges e Rosalice Eugênio (2001) no artigo “Educação de meninos e meninas de rua em Londrina”, o poder público busca tirar as pessoas em situação de rua do centro, para não comprometer o desempenho do comércio, mesmo que, essa mesma gestão tenha projetos de resgate da população em situação de rua, buscam “limpar” o centro da cidade para proteger o comércio. A crítica de Junges e Eugênio (2001) aponta a dificuldade em lidar com essa população, o que acontece por diversos fatores e que pelas condições em que vivem, é compreensível.

A crítica feita pelas autoras é na intenção de mostrar que com a dificuldade encontrada na abordagem dessa população, deveria ter mais sensibilidade nas políticas, como, por exemplo, ouvir e entender o porquê estão nos centros da cidade, invés de dali tirá-los a “força”, mesmo que essa força seja simbólica. As pessoas em situação de rua buscam o centro não por acaso, mas, porque é no centro da cidade que viabilizam o seu dia a dia, seja através da mendicância ou do trabalho informal. Junges e Eugênio (2001) acreditam que tirar a população em situação de rua do centro da cidade é intervir de forma violenta no seu resgate, o que por outro lado inviabiliza a aceitação dessa população em ser atendida por outros programas a ela destinados.

A característica mais marcante dessa semelhança é a concepção sobre a obrigação que o poder público tem de atender aos interesses "da sociedade" - entenda-se interesses das classes dominantes da sociedade - já que sempre cederam às pressões dos empresários para tirar os meninos das portas de suas lojas, deixando de ouvir a necessidade de eles serem atendidos no próprio espaço da rua, com atividades que pudessem suscitar-lhes o desejo de viver em outro espaço. Não respeitaram o tempo dos meninos, sempre retirados às pressas da rua e "encaminhados" para alguma das estruturas de "recuperação": casas-abrigo, clínicas para usuários de drogas, escolas especiais para meninos de rua, centros de internamento e unidades de semiliberdade destinadas a adolescentes infratores. É válido ressaltar que segundo o ECA toda essa estrutura deve servir de apoio ao trabalho de proteção integral, o qual deve ser desenvolvido no município onde residem as famílias dessas crianças

e adolescentes. Em Londrina, porém, é comum a realização de encaminhamentos para clínicas localizadas em outras cidades ou até mesmo em outros estados. Nesses casos, a convivência familiar e comunitária, direito fundamental registrado no ECA, fica, na maioria das vezes, impossibilitada. (JUNGES e EUGÊNIO, 2001, p.212).

O aumento do fenômeno população em situação de rua é perceptível, mas não podemos apontar esse crescimento em todo o território nacional porque até hoje só um censo dessa população foi realizado, impossibilitando assim a comparação entre um período e outro. Porém, utilizaremos dados de censos feitos na cidade de São Paulo, para assim confirmarmos o crescimento do fenômeno.

Em 2000, o governo municipal realizou o primeiro censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo, entre os acolhidos por instituições socioassistenciais e pessoas que estavam nas ruas foram contabilizadas 8.706 pessoas. Em 2002, um novo censo contabilizou 10.399 pessoas. No ano de 2009, uma pesquisa também realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas contabilizou entre acolhidos e os que estavam pernoitando nas ruas, 13.666 pessoas em situação de rua. Em 2011 foram contabilizados 14.478 pessoas em situação de rua, e no último censo, realizado no ano de 2015 o registro foi de 15.905 pessoas. (FIPE, 2015)

Através destes números, disponibilizados pela prefeitura do município de São Paulo, podemos apontar o aumento do fenômeno população em situação de rua, que apesar de invisível socialmente, devido ao individualismo, ao preconceito e estigma social, se faz presente e crescente. Além de mostrar o crescimento dessa população, nos preocupamos em mostrar como ela é diversa, o que faz com que as políticas públicas para ela destinadas devam levar em conta as particularidades desta população, garantindo assim que as diferentes necessidades das pessoas em situação de rua sejam atendidas.

A diversidade desta população é confirmada através dos dados publicados no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2007-2008), que exclui a cidade de São Paulo (2000; 2003) e outras três capitais brasileiras que já haviam feito censos sobre a população em situação de rua recentemente, as outras cidades são Recife (2004; 2005), Belo Horizonte (1998; 2005) e Porto Alegre (1995; 1999).

É importante ter em mente que as pessoas em situação de rua são

diversas, pois apresentam diferenças de cor, de idade, física, de gênero, orientação sexual, religiosa e etc. Essas diferenças são diminuídas e diluídas em um conglomerado que releva essa diversidade, tornando a população em situação de rua aparentemente homogênea. Aparentemente, pois, na realidade essa população é bastante heterogênea.

Nas rodas de conversa em albergues, ruas ou grupos alternativos, descobrimos que os motivos da ida para as ruas variam de pessoa para pessoa, porém, os mais citados são: o desemprego, as desavenças com os pais e irmãos, o fim do casamento, o desejo de se aventurar para conhecer novas cidades e novas oportunidades e a busca por trabalho. (MDS, APRENDENDO A CONTAR, 2009, p.174).

O interesse em uniformizar essa população pode ser compreendido como tentativa de torná-la opaca e invisível, destituindo características fundamentais para a compreensão do fenômeno população em situação de rua. A neutralidade apaga e dificulta a percepção das diferenças e faz com que o fenômeno população em situação de rua seja “visto” de forma extremamente superficial. A diversidade pode ser vista para além dos marcadores sociais, ela se dá também nas trajetórias das pessoas em situação de rua. Muitos são os motivos que contribuem para a chegada das pessoas às ruas, término do casamento, desentendimento com a família, não aceitação da orientação sexual ou de gênero, desemprego, o alcoolismo e a dependência química.

A antropóloga Delma Neves, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, em artigo publicado em 2010 “Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre”, aponta dois motivos recorrentes para a chegada nas ruas, que não são opção, mas resultado de suas trajetórias.

Se havia, desde que tomado o ponto de vista dos *mendigos*, duas ou três questões fundamentais e entrelaçadas para explicar como eles *chegaram à mendicância* ou *viver nas calçadas da rua*, todas indiciam sobre problemas ocorridos em seus percursos de vida. (NEVES, 2010, p.100).

Entre os motivos apresentados pela autora, estão “a ausência de condições familiares estáveis para a constituição do adulto” e a “separação de famílias conjugais” (NEVES, 2010, p.100). O primeiro apresenta a falta de pai e mãe na socialização do indivíduo, que pode ter sido criado por outros parentes e

apresente dificuldade em seguir regras e respeitar limites. No próximo capítulo problematizaremos a relevância dessa variável através das três entrevistas realizadas.

O segundo motivo é mais amplo, porque ele pode ter diversas causas, segundo a autora (2010). O mais recorrente é a perda de emprego do chefe de família, que muitas vezes é referente a um longo período e acaba gerando conflitos familiares. Também relacionado ao trabalho, a autora aponta como outra variável a migração em busca de emprego, que quando longa, contribui com a fragilização do vínculo. Também verificamos como um dos motivos para a situação de rua, a decisão da companheira em construir outra família, ou voltarem para a casa dos pais. A autora (2010) afirma que muitos acreditavam não ter conseguido corresponder às expectativas de um bom filho, esposo, pai e trabalhador. Evidenciamos então, o sentimento de fracasso e a baixa autoestima que é uma das características das pessoas em situação de rua e também, no processo de chegada às ruas.

É impossível falar sobre a uniformidade da população em situação de rua porque as pessoas que a compõe são diversas e apresentam histórias distintas. Podemos ver alguns dados que confirmam essa diferença de trajetória, através do motivo que as pessoas alegam que as levou à situação de rua. Segundo o “Meta Instituto de Pesquisa de Opinião” (2008):

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro). (Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, 2008, p.7).

Essas trajetórias, muitas vezes similares, se confundem no momento da chegada da pessoa à situação de rua, onde as diferenças são diluídas e essas pessoas passam a representar características comuns, a compartilhar necessidades. São minadas por uma uniformização que as coloca cada vez mais distantes de quem realmente são, favorecendo seu desaparecimento e contribuindo com sua invisibilidade, pois, passam a fazer parte de uma população que possui características próprias, características estigmatizadas que não as representam em sua totalidade. Já defendemos que traçar um perfil da população em situação de rua

e padronizá-la é desconsiderar a diversidade de características daqueles que compõe essa população. Os dados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2007-2008) mostram que em sua maioria a população é masculina, apresentando 82% das pessoas em situação de rua. Mais da metade dessa população está entre os 25 e 44 anos e 67% declaram-se pardos ou negros.

Estes dados mostram que existe uma referência de quem são os mais afetados sobre o fenômeno população em situação de rua, mas não é porque os números mostram grandes semelhanças que podemos desconsiderar as diferenças que se apresentam mais sutilmente. Para viabilizar a construção de políticas públicas que garantam o resgate pessoal e social das pessoas em situação de rua é preciso considerar os diferentes marcadores, não apenas o que é mais visto, pois, assim estaria sendo criada uma dissidência invisibilizada de uma população já invisível socialmente.

Por isso, acreditamos que as políticas públicas desenvolvidas e estruturadas para a população em situação de rua precisem considerar as necessidades reais das diversas pessoas que compõe a população em situação de rua, que pode haver um foco para o perfil mais atingido e vulnerável, mas que leve em conta outras especificidades, para evitar excluir e não criar possibilidades de transformação social para pessoas que são ainda mais invisíveis por carregar diferentes marcadores sociais, ou “múltiplas opressões”.

Como podemos ver em Kimberlé Crenshaw (2002), que é pesquisadora de gênero, as discriminações podem ser acumuladas, fazendo com que pessoas que reúnam diferentes marcadores estigmatizados tenham mais dificuldade de lidar com a situação dos que carregam um ou outro marcador. A autora define o acúmulo dessas múltiplas discriminações como um processo de “interseccionalidade”, que pode ser entendido como o momento onde esses marcadores se entrecruzam.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Portanto, compreendemos que as características não da população em situação de rua, mas das pessoas em situação de rua é que precisam ser consideradas. Englobar todas essas pessoas, advindas de lugares diferentes, que carregam diferentes opressões e que têm histórias diferentes para contar em uma população, é resumi-las pelas necessidades que passam a compartilhar ao chegarem nas ruas, necessidades essas que não correspondem a suas trajetórias, mas ao dia a dia das ruas, como dormir, se alimentar e sobreviver.

Não podemos deixar que essas necessidades básicas para qualquer pessoa que esteja em situação de rua sejam as únicas preocupações dos governos municipais, estaduais e federal. É importante que juntamente com os programas e projetos que visem solucionar estes problemas, dialoguem programas e projetos que busquem valorizar as identidades individuais a fim de promover um resgate não apenas da situação de rua, cidadão, incorporando-o na sociedade capitalista, mas um resgate do ser humano em sua completude.

Entendemos que para superar o fenômeno população em situação de rua é necessário entendê-lo para além de uma população, mas enxergá-lo pessoal e individualmente, através de suas trajetórias, identidades e necessidades. Transformá-lo em população é uma estratégia positiva do ponto de vista de traçar o perfil para construir políticas públicas, mas é imprescindível que neste processo sejam considerados também os marcadores que pouco aparecem nos censos, porque apesar de constituírem um menor número, eles existem, apesar de sua insistente invisibilidade.

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOLÓGICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A partir de análise documental em que constam Leis, Decretos, Resoluções, Censos e Relatórios, construímos uma caracterização sociológica da população em situação de rua, apontando os resultados de pesquisas realizadas com essa população. Além de que, também abordamos neste capítulo a importância de um movimento social ativo, para a conquista de direitos civis, sociais e políticos. Este segundo capítulo apresenta a trajetória do Movimento Nacional da População de Rua que buscou garantir o acesso da população em situação de rua à políticas públicas, serviços que pudessem ir além do assistencialismo e da prática caritativa da Assistência Social, por meio de entidades socioassistenciais.

Como veremos nos dados sobre a permanência dos indivíduos nas ruas, é possível enxergar as diferenças quanto ao tempo que nelas estão. Eles podem ficar, estar ou até ser das ruas. Nesse sentido, concordamos com a definição dos autores Vieira, Bezerra e Rosa no livro “População de rua: quem é, como vive, como é vista” (1992), onde explicam a significação que os períodos de estadia nas ruas têm para os indivíduos.

A rua pode ter pelo menos dois sentidos: o de se constituir num abrigo para os que, em recurso, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos ou bancos de jardim ou pode constituir em um modo de vida, para os que já têm na rua o seu *habitat* e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações. Seria possível identificar situações diferentes em relação à permanência na rua: ficar na rua – circunstancialmente; estar na rua – recentemente; e ser da rua – permanentemente [...]. O que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 94).

Entendemos que pessoas em situação de rua são aquelas que além de ficar na rua eventualmente, estar na rua há pouco tempo, mesmo que de forma constante ou ser da rua regular e permanentemente, são aquelas que utilizam os logradouros públicos e também as que recorrem a abrigos e albergues para se protegerem do frio, assim como da violência e do perigo a que são submetidos nas ruas. O que também será confirmado no próximo tópico, através dos resultados obtidos pelo Censo (2007-2008).

É possível encontrar a busca das pessoas em situação de rua pelos centros urbanos nos censos motivados a compreender a dimensão dessa

população. Curiosamente os dados apontam que a maioria das pessoas em situação de rua tem origem urbana e mais do que isso, provém das regiões e até mesmo das próprias cidades que sempre viveram.

Mostram também que apesar de não morarem junto com seus familiares, que estão próximos, nem que seja apenas a proximidade geográfica, pois, um fator imprescindível para a compreensão dessa população é o distanciamento da família no que se refere aos vínculos. Toda essa discussão se faz necessária para distinguir as pessoas que consideramos fazerem parte da população em situação de rua com um grupo organizado que têm se mostrado cada vez mais presente na discussão territorial que é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST. O MTST é um movimento territorial que se organiza pelo direito a moradia e além de denunciar a especulação imobiliária, aponta a dificuldade da vida nos bairros periféricos na intenção de evidenciar a falta de acesso à cidade. Afinal, o direito à cidade:

Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. (www.mtst.org, acesso em 25/12/2017).

Apesar do nome que a organização carrega, o que gera dúvidas e sugere que seus membros estejam em situação de rua pelo fato de se intitularem como “sem teto”, essa é uma organização de trabalhadores das periferias que têm entre seus objetivos discutir a ocupação territorial e o fato das classes trabalhadoras ocuparem as margens da sociedade, distribuídas entre as periferias da cidade.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto tem como base de sua luta os sindicatos, organizando-se nas fábricas e nos bairros em que moram. Não podemos, então, confundi-los pelo nome que a organização possui. Neste trabalho entendemos como população em situação de rua pessoas privadas de moradia, que subsistem nas ruas, onde excluídos da sociedade, estabelecem relações e tiram proveito principalmente através do trabalho informal. Os integrantes do MTST, como podemos ver nas informações obtidas pelo site da organização, são pessoas que possuem vínculo com empresas, fábricas e sindicatos. Além de que, também possuem fortes vínculos familiares e com a comunidade em que vivem.

Nós trabalhadores temos várias formas de nos organizar em busca de nossos direitos. Nas fábricas e nas empresas, nos organizamos por meio dos sindicatos. No território periférico, os bairros em que moramos, nos organizamos em movimentos populares. (Disponível em www.mtst.org, acesso em 25/12/2017).

Caracterizamos como pessoas em situação de rua, aquelas que não possuem moradia fixa e utilizam os espaços públicos para pernoite, calçadas, viadutos, praças, marquises, também prédios abandonados, mocós, albergues e instituições de acolhimento. Concordamos com o pensamento de Vieira, Bezerra e Rosa (1992) de que existe diferenças entre o tempo de estada nas ruas. Concordamos também quando elas comentam que a população em situação de rua apresenta pelo menos três perfis em relação a essa permanência, sendo eles o de *ficar na rua – circunstancialmente, estar na rua – recentemente e ser da rua – permanentemente*.

Ficar na rua, segundo as autoras (1992), reflete a uma circunstância de precariedade, de falta de condições materiais e está relacionado ao desemprego, à procura de emprego nas grandes cidades. Definem esse perfil como pessoas que não aceitam ser associadas à situação de rua, que não se identificam e que estão na ali porque não possuem outro lugar para ficar. Estar na rua já não conta mais com a recusa da identificação com pessoas em situação de rua, pois, entre as características desse perfil, estão o fato de começar a estabelecer vínculos com o ambiente das ruas e as pessoas que nela vivem e também aprender sobre estratégias de sobrevivência. São pessoas que estão em um processo de identificação com a situação de rua.

Ser da rua é algo permanente. As autoras (1992) entendem que quanto maior a relação com a rua e o tempo de permanência nela, mais difícil se torna a superação dessa condição, pois a identificação já é um fato.

De forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função de má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante de álcool. [...] Nessa situação torna-se extremamente difícil ser aceito em empresas da construção civil ou de trabalho temporário, [...] Nesse contexto a rua ganha cada vez mais importância. É o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda sorte. O cotidiano passa a ser pautado por referências como as bocas de rango, instituições assistenciais, determinados lugares da cidade onde se reúnem as pessoas na mesma situação. A rua torna-

se espaço de moradia de forma praticamente definitiva. (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1992, p.95).

3.1 A INDIGÊNCIA DE UMA POPULAÇÃO CRESCENTE E PRESENTE

Ao longo dos anos, a população em situação de rua não ocupou ao menos as margens dos debates sobre políticas públicas. O neoliberalismo, que como pudemos ver no primeiro capítulo, andou de mãos dadas com a globalização do capitalismo, além de promover desemprego e subempregos, também dificultou a efetivação de serviços públicos, inviabilizando o acesso das populações economicamente mais carentes a diversos serviços. É fato que a população em situação de rua nunca foi uma das grandes pautas dos governos, sejam eles municipais, estaduais ou federal. Aliás, a população em situação de rua nem sequer era pauta dos governos. Isso pode ser explicado pelo preconceito e a invisibilidade que atingem fortemente essa população. A sociedade não se importa com os direitos das pessoas que estão em situação de rua e os governos, ao saberem disso, também não buscam transformar essa realidade.

A antropóloga Alba Zaluar (2004) entende que a exclusão social se dá com a falta dessas políticas e a falta de acesso a direitos. E, é através desta perspectiva que apontamos a população em situação de rua como uma população indigente. Pois, até 2005, quando a nosso ver, passaram a ser enxergados pelo Governo Federal como sujeitos de direitos, até então não eram cidadãos, pois não se enquadravam em nenhuma política pública e eram excluídos até mesmo das que correspondiam às pessoas em extrema pobreza. Não eram incluídos, isso fazia deles pessoas indigentes em situação de rua, mas não cidadãos. Nas páginas subsequentes, nos preocupamos em discutir esse argumento.

A exclusão como manifestação de injustiça (distributiva) se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços, benesses e garantias, tidos em geral como direitos de cidadania, oferecidos ou assegurados pelo Estado. (ZALUAR, 2004, p.282).

Mas, é importante dizer que, apesar da falta de preocupação e empenho em implantar e implementar políticas públicas para a população em situação de rua, os governos preocupam-se em cuidar da estética das cidades,

especialmente os centros, urbanos que é onde mais encontram-se as pessoas nessa situação. Essa discussão evidencia a falta de solidariedade com as pessoas, que não são vistas como tal, mas como lixo pronto para ser descartado. Afirmção essa que pode ser confirmada pela opção política de alguns governantes. Em vez de proporem e executarem políticas públicas, apostam na entrega de passagens para que as pessoas voltem para suas cidades. Baixos são os financiamentos destinados diretamente às entidades socioassistenciais, que apesar de extremamente importantes e necessárias, não são suficientes para a superação do fenômeno.

Diante da dificuldade em encontrar pesquisas empíricas e debates científicos na área das Ciências Sociais acerca da população em situação de rua na cidade de Londrina, recorreremos a Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da área do Serviço Social da UEL. Encontramos apenas uma monografia defendida sobre o tema no Departamento de Ciências Sociais da UEL. Pudemos perceber através das entrevistas coletadas e das observações das pesquisadoras, que as reclamações não são muito diferentes das de hoje. É importante salientar que a maioria destes trabalhos foram realizados no final da década de 1990, quando Londrina sofria seriamente com o fenômeno população em situação de rua.⁴

As maiores queixas por parte dos pesquisadores, ainda graduandos, foram sobre a opção dos Governos em não atender as pessoas em situação de rua nas próprias ruas, buscando sempre retirá-las do centro da cidade, enviando para as Casas de Acolhimento ou entregando passagens para que voltassem para suas cidades. Tudo isso para evitar a visualização direta do contraste social, ou como justificam os integrantes do poder público municipal, a prática da mendicância que incomoda os transeuntes.

Na pesquisa de Franciele Toscan (2003), percebemos que o serviço de abordagem social retirava as pessoas das ruas se houvesse reclamação de terceiros por telefone. A abordagem servia para a população em situação de rua, para encaminhar as pessoas a serviços de saúde ou Casas de Acolhimento. Em geral, essa demanda vinha de pessoas que estavam incomodadas com a presença

⁴ No artigo de Junges e Eugenio, são apresentados aos leitores mais de 20 manchetes de jornais da época que tratavam sobre o fenômeno população em situação de rua, especialmente meninos e meninas em situação de rua. Essas manchetes trazem a indignação da sociedade, dos comerciantes e também a dificuldade do poder público municipal em lidar com o problema. Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo3/94claricejunge
s.pdf](http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo3/94claricejunge
s.pdf)

das pessoas em situação de rua no centro da cidade.

Recebíamos solicitações por telefone as quais observou-se por parte dos solicitantes, duas preocupações distintas: uma referindo-se ao bem estar do sujeito, enquanto outra tratava-o como objeto que estava “incomodando”, portanto, dizia-se que a Prefeitura teria a obrigação de tomar providências, para tirá-los do local. (NEUSA HARUMI TIBA apud TOSCAN, 2003).

O que consideramos indignância da população em situação de rua pode ser explicado tanto pela negação da sociedade em reconhecê-los como seres humanos em condição de extrema vulnerabilidade, quanto pelos governos de não promoverem políticas que assegurem a vida e o exercício da cidadania dessas pessoas. Nos atentaremos a uma concepção de indignância que parte da não existência de políticas públicas para essa população, assim como do fato de que, a nosso ver, ao analisar os documentos que dizem respeito às pessoas em situação de rua, pudemos perceber que elas foram reconhecidas como cidadãos recentemente, ou melhor, tardiamente.

De acordo com o primeiro Censo de Abrangência Nacional (2007-2008), que buscou contabilizar a quantidade de pessoas que viviam nas ruas e também as condições em que viviam, podemos verificar que a maioria são homens, negros e possuem entre 25 a 44 anos. O I Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (2007-2008), foi também o primeiro a tentar compreender o fenômeno população em situação de rua e viabilizar propostas de políticas para essa população.

O público alvo do I Censo e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua (2007-2008) foi constituído por pessoas que não possuem moradia fixa e, por isso, utilizam praças, viadutos, marquises, logradouros públicos, construções abandonadas ou acolhimento em abrigos e albergues para passarem a noite. Só foram entrevistadas pessoas com 18 anos completos ou mais. A pesquisa aconteceu em 71 cidades brasileiras, entre elas 23 capitais de estado, excetuando Recife, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte que já tinham realizado censos semelhantes num período recente, e as outras cidades foram escolhidas por possuírem mais de 300mil habitantes.

Portanto, o Censo realizado pelo Governo Federal refere-se a uma estimativa, pois não contabiliza as pessoas em situação de rua de outras pesquisas

realizadas pelos municípios e nem pessoas em situação de rua de municípios com menos de 300mil habitantes. O relatório do I Censo e Pesquisa Sobre a População em Situação de Rua, “Rua aprendendo a contar” (2009), aponta que a estrutura foi imprescindível para a realização da pesquisa. Os entrevistadores eram gestores de assistência social, participantes e apoiadores de movimentos sociais e pessoas que já haviam estado em situação de rua. As pessoas que já viveram nas ruas contribuíram com os treinamentos e a conscientização da abordagem, para evitar possível constrangimento dos recenseados.

Para os pesquisadores profissionais, acostumados com pesquisas de mercado e de opinião convencionais, foi um grande desafio a preparação para a abordagem diferenciada exigida por este trabalho. Primeiramente foi necessário que se despissem dos, por vezes existentes, preconceitos sobre os sujeitos pesquisados. São preconceitos sociais que tendem a excluir dos esquemas perceptivos as pessoas que se encontram à margem da sociedade, em situação de extrema pobreza. (MDS, RUA APRENDENDO A CONTAR, 2009, p.43).

Realizada pelo Instituto Meta, que foi vencedor da licitação para a execução do Censo, a Pesquisa contou com 1250 pessoas, divididos em 55 coordenadores, 269 supervisores e 926 entrevistadores. Além dos profissionais, colaboraram com a realização da Pesquisa na condição de apoiadores, 147 pessoas que vivenciavam ou já haviam vivenciado a situação de rua e 86 educadores sociais.

As mulheres constituíram majoritariamente os grupos de coordenadores (70,9), supervisores (56,9) e de entrevistadores (59,3). O predomínio feminino foi intencional, decorrente da experiência da coordenação do Censo 2005 de Belo Horizonte que considerou melhor a receptividade das pessoas em situação de rua às entrevistadoras mulheres. (MDS, RUA APRENDENDO A CONTAR, 2009, p.49).

A pesquisa nacional identificou entre os 71 municípios, 31.922 pessoas em situação de rua. É importante evidenciar que a taxa de recusa para a realização das entrevistas foi considerada baixa, sendo de 13,4% (4.275 pessoas). O Relatório (2009) aponta que na pesquisa realizada por Belo Horizonte (2005), 20,4% das pessoas se recusaram a responder as perguntas. As pessoas em situação de rua que recusaram responder o censo também foram contabilizadas.

O levantamento da pesquisa traz resultados acerca do gênero, raça,

idade, escolaridade, trabalho e os motivos que levaram as pessoas à situação de rua. Foi possível constatar que entre o público jovem, em porcentagem as mulheres são mais presentes. Se nos atentarmos à faixa etária de 18 a 35 anos, percebemos que os homens representam 43,21% e as mulheres 52,23%. Este dado nos mostra que em que pese o fato dos homens representarem mais de 80% da população em situação de rua, as mulheres representam maior porcentagem dentro desse recorte etário. (MDS, RUA APRENDENDO A CONTAR, 2009)

Em relação à cor das pessoas em situação de rua, 67% delas consideraram-se pretas ou pardas. Destacamos uma curiosidade levantada pelo Relatório: 27,9% se autodeclararam pretos, contrastando os 7,6% declarados como pretos no Censo de 2010 do IBGE. (MDS, RUA APRENDENDO A CONTAR, 2009)

A caracterização sociológica da população em situação de rua feita neste trabalho também leva em consideração a formação escolar desses sujeitos, sendo que 15,1% dos que responderam as entrevistas afirmaram nunca ter estudado. É, sem dúvida, um dado alarmante e preocupante. Afirmaram não ter concluído o 1º grau 48,4% dos entrevistados e 10,3% afirmaram ter cursado o 1º grau (hoje Ensino Fundamental). (MDS, RUA APRENDENDO A CONTAR, 2009)

Questionados sobre a fonte de renda, 58,6% deles afirmaram ter uma profissão, sendo que destes, 27,5% disseram ser catadores de material reciclável, 14,1% contaram ser flanelinhas, 6,3% falaram que estavam trabalhando na construção civil, 4,2% atuando com limpeza e 3,1% como carregadores. Contrastando o que é difundido pelo senso comum, 15,7% disseram utilizar a mendicância como fonte de renda.

Segundo este mesmo Relatório “Rua aprendendo a contar” (2009, p.92), das pessoas entrevistadas, 51,9% afirmaram ter algum familiar na cidade em que vive. Destes, 38,9% falaram não ter qualquer contato com a família, apontando o rompimento desses vínculos. Por outro lado, 14,5% destes afirmaram estabelecer contato, mas não de forma frequente, pois ficam meses sem se comunicar com os familiares e 34,3% afirmaram ter contato frequente com os familiares. O que, para quem está de fora pode parecer estranho, possuir vínculos familiares, e encontrar-se em situação de rua, mas durante a pesquisa percebemos que muitas vezes o vínculo é possível devido a distância com a família, porque a convivência é difícil, ou até mesmo porque algumas pessoas não se identificam mais com as regras de uma casa, preferem a “liberdade” das ruas.

Sobre a pernoite, os dados do Relatório “Rua aprendendo a contar” (2009, p.91), apontam que 46,5% dos entrevistados preferem dormir na rua, enquanto 43,8% preferem dormir em albergues. O principal motivo para a preferência em dormir na rua é a liberdade de horários e a possibilidade de fazer uso de álcool ou drogas, o que não é permitido nas casas de acolhimento. Já o principal motivo que as pessoas em situação de rua elencaram para preferir os albergues/abrigos é o fato de não se preocuparem com a violência. Outro dado bastante importante que a Pesquisa (2009, p.88) traz é que 49,7% das pessoas em situação de rua estão na rua há mais de dois anos, sendo que destas, 1,3% moram nas ruas desde que nasceram. É importante considerar que das 27.647 pessoas que aceitaram responder o questionário, 45,8% disseram morar no mesmo município a vida toda e 30,3% vieram de outras cidades, mas do mesmo estado. (Relatório “Rua aprendendo a contar”, 2009, p.88)

Os motivos apresentados para terem chegado à situação de rua são vários, como discutimos no capítulo anterior. Mas os mais indicados foram: uso de álcool e drogas 35,5%; desemprego 29,8% e 29,1% disseram ter saído de casa devido a conflito familiar. (Relatório “Rua aprendendo a contar”, 2009, p.87). Não se pode desconsiderar que muitas vezes estes motivos aparecem relacionados, apesar de um deles ser apontado como o principal. Com essas informações, que apresentam as características das pessoas que vivem nas ruas, podemos notar a importância da realização de censos para o entendimento mais aprofundado do fenômeno. Pois, é através do conhecimento dessa população que se possibilita a construção de políticas e programas que visem assegurar o exercício de seus direitos e a promoção de sua cidadania plena.

Para superar o que neste tópico apontamos como indigência, evidenciamos a primeira normativa que colocou a população em situação de rua na pauta das políticas públicas, especialmente do Governo Federal. A primeira vez que a população em situação de rua aparece como alvo de políticas públicas é na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), publicada em novembro de 2005. Esse fato apresenta uma mudança na orientação da política de assistência social, que passa a preocupar-se com outros segmentos até então excluídos.

Essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação

de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência. (PNAS-2004, 2005, p.16).

É possível perceber que essa reorientação se mostra sensível às condições em que encontram-se as pessoas em situação de rua, buscando assegurar-lhe direitos e proteção social até então negados.

São destinados, por exemplo, às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento. No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito. (PNAS-2004, 2005 p.37).

Acreditamos que este seja o primeiro passo para a constituição das pessoas em situação de rua enquanto sujeitos de direitos. Nos próximos tópicos debateremos mais sobre as regulamentações que dizem respeito à população em situação de rua, mas apontamos aqui uma Lei em especial, que de acordo com a intenção já demonstrada na PNAS-2004 (2005), inclui a população em situação de rua na pauta das políticas públicas.

Na realidade, essa Lei se refere à regulamentação proposta pelo PNAS-2004 (2005). É uma mudança na LOAS, Lei Orgânica do Serviço Social, nº 8.742, de novembro de 1993, que não reconhecia a população em situação de rua como público alvo dos direitos sociais. A alteração da LOAS/1993 acontece no dia 30 de dezembro de 2005 através da Lei nº 11.258. Com essa mudança, as pessoas em situação de rua passaram a ser incluídas nas políticas públicas da rede de serviços municipais, especialmente a assistência social e a saúde. Desde 1993, o Artigo 1º da Lei Orgânica de Serviço Social dizia que:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Lei Orgânica do Serviço Social, 1993).

Significa afirmar que até 2005 nem mesmo a política de seguridade social, que ampara aqueles que estão à margem, não reconhecia as pessoas em

situação de rua como cidadãs. O Artigo 1º da LOAS corrobora com a argumentação de que a população em situação de rua não está à margem da sociedade, mas excluída dela, não tendo reconhecimento ao menos de cidadãos.

Dizemos isso porque se as pessoas em situação de rua não estavam elencadas no público alvo das políticas de assistência social, e a LOAS/1993 dizia em seu Artigo 1º que os cidadãos, em geral, tinham direito aos “mínimos sociais”, é porque quem não estava entre o público alvo, não era tido como cidadão. Ao incluir a população em situação de rua na Lei nº 8.742/1993, ela passa a ser de responsabilidade da Assistência Social.

Art. 1º O parágrafo único do art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo:

I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II – às pessoas que vivem em situação de rua." (NR) (Lei nº 11.258, 30 de dezembro 2005).

Entendemos que esta mudança, aparentemente simples, é a primeira conquista das pessoas em situação de rua, porque além de reconhecê-las como cidadãs, abre as portas para a discussão e a implementação de políticas públicas.

3.2 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA

Neste tópico apontaremos um breve histórico da construção de políticas públicas para a população em situação de rua, as lutas travadas pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua e o empenho do Governo Federal, no primeiro e segundo governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em incluir essa população em sua agenda política. Podemos começar a apontar a omissão dos governos nos Censos demográficos realizados pelo IBGE, que desde 1940 vem contabilizando apenas as pessoas residentes em domicílios no meio

urbano ou rural, excluindo assim as pessoas em situação de rua. Isso posto numa pesquisa de extrema importância para o conhecimento da realidade e a execução de políticas. Esse fato contribuiu para a invisibilidade da população em situação de rua e o reconhecimento tardio dessas pessoas enquanto cidadãos.

A população em situação de rua lançou o Movimento Nacional da População de Rua no IV Festival do Lixo e Cidadania que aconteceu de 5 a 10 de setembro de 2005 em Belo Horizonte. Esse festival é organizado todos os anos pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e conta com mesas de debate, atividades lúdicas, culturais e organização política dos catadores. Acontece que antes de 2005 a população em situação de rua já vinha se movimentando e requerendo seu espaço na execução das políticas públicas. Salientamos que essa organização é fruto tanto da invisibilidade e falta de possibilidade no exercício dos seus direitos, como da violência sofrida pelas pessoas que vivem nas ruas. Repúdio aos casos de violência foram cruciais para a organização do movimento.

No ano de 2001 aconteceu a I Marcha Nacional da População de Rua em Brasília, a intenção dos participantes era chamar a atenção do Governo para as necessidades da população em situação de rua. Segundo o site⁵ do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis a I Marcha contou com a participação de 3.000 pessoas.

É importante considerar que boa parte das pessoas que vivem nas ruas têm como fonte de renda a coleta de materiais recicláveis. Os catadores no final da década de 1990 estavam com a organização mais adiantada, realizaram seu 1º Congresso nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2006. Esse fato contribuiu para que a população em situação de rua tivesse suporte e incentivo para a criação do seu próprio movimento social e organização política. Antecedendo a criação do movimento, em 2004, no III Festival do Lixo e Cidadania, uma carta elaborada por pessoas em situação de rua foi entregue ao então Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Essas informações mostram como a população em situação de rua já vinha fazendo reivindicações mesmo antes da criação do MNPR, o que foi imprescindível para que o Governo Federal se sensibilizasse e resolvesse incluí-la como público alvo das políticas públicas.

⁵ Além da I Marcha, aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Veja mais em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>

Não podemos deixar de dizer que apesar da movimentação e reivindicação das pessoas em situação de rua que estavam se organizando, em 2003 quando o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva assumiu o governo, o partido que estava a frente era o Partido dos Trabalhadores, que tem forte diálogo com os movimentos sociais, além de reconhecer a necessidade de políticas públicas e ter em seu quadro de representantes muitos pesquisadores e gestores da área social. Esse é um elemento importante, pois tornou mais fácil o diálogo com a população em situação de rua. Entendemos que a organização das pessoas em situação de rua somadas a um governo que assumiu compromisso com a instituição de políticas públicas foi o que possibilitou a aceitação das pautas reivindicadas.

No ano de 2004, quando foi entregue a carta de reivindicações ao então ministro do MDS, foi organizada a Política Nacional de Assistência Social, informando as novas orientações da política de assistência, as frentes de atenção e trabalho a que iria se propor. A PNAS-2004 (2005), como já dito anteriormente, foi o primeiro documento que incluiu a população em situação de rua e ao menos aos olhos “técnicos” do Governo, fez com que essa população não fosse mais invisível, pois se fizeram presentes entre as normativas, resoluções, decretos e etc.

No ano de 2005 consideramos importantes três acontecimentos para a população em situação de rua. O primeiro deles é a criação do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR; o segundo é a alteração da LOAS/1993 que passou a incluir a população em situação de rua como público alvo da assistência social, o que já havia sido alertado com a PNAS-2004. O último acontecimento e não menos importante, foi a realização do I Encontro Nacional da População de Rua que aconteceu nos dias 1 e 2 de setembro em Brasília.

A realização desse Encontro mostra a disposição do Governo em ouvir o que as pessoas têm a dizer e quais eram as suas reivindicações. Esse Encontro, além de inédito, é histórico. Pela primeira vez a população em situação de rua estabelece diálogo com o Governo Federal e aparece como pauta na agenda política, não como um problema, mas como um segmento da população que reivindica direitos. O Encontro foi organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contou com pesquisadores da área, representantes dos Ministérios e representantes de 12 municípios com mais de 300 mil habitantes, dentre eles, os que representavam os governos municipais, organizações não governamentais e entidades de população em situação de rua.

Este evento teve como objetivo colher propostas e estabelecer desafios e estratégias coletivas visando a construção de tais políticas, e contou com a participação de 55 pessoas, sendo: 34 representantes de 12 capitais ou municípios com mais de 300 mil habitantes, que atenderam aos critérios estabelecidos para o evento (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Campinas, Rio de Janeiro, Niterói, Londrina, Vitória, Fortaleza, São Luis e Brasília); 05 especialistas no tema, na condição de assessores à coordenação do evento; e 17 representantes das diversas secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ressalta-se que os representantes dos municípios relacionados foram assim identificados: 12 representantes de governos municipais, 12 representantes de organizações não-governamentais e 10 representantes de fóruns ou entidades de população em situação de rua. (MDS, 2006, p. 12).

Na abertura do evento o ministro Patrus Ananias mostrou compromisso do Governo Federal com a instituição de políticas públicas, visando superar as políticas assistencialistas que vinham sendo desenvolvidas para atender essas populações, mas que não lhes garantiam direitos efetivos.

É uma integração de políticas sociais numa perspectiva ampla, nacional e universal, no sentido de acolher todas as pessoas, famílias, grupos, comunidades, populações que estejam dentro daquelas situações estabelecidas pelos programas [...], superando o clientelismo, o assistencialismo, e estabelecendo normas de procedimentos com princípios éticos, republicanos, de transparência e de prestação de contas, de participação e controle social. (MDS, 2006, p.23).

O Encontro foi um momento marcante, o que possibilitou a discussão das necessidades e vivência da população em situação de rua conjuntamente, entre Governo, gestores municipais, representantes de movimentos sociais e ONG's e pessoas em situação de rua, que uma semana depois, lançaram o Movimento Nacional da População de Rua. Ouvir as pessoas em situação de rua é fundamental para a construção de políticas que correspondam às suas reais necessidades e reivindicações. A abertura do Governo dá possibilidade para a construção de políticas de forma democrática e participativa, de forma a reconhecer o protagonismo e a vivência do público alvo. Ressaltamos que ainda no ano de 2005, houve a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, que passou a incluir a população em situação de rua como público alvo das políticas públicas que correspondem às necessidades básicas através do Artigo 23. A alteração foi publicada através da Lei nº 11.258 de 30 de dezembro de 2005. No ano de 2006, o

Governo Federal, através do Decreto s/n de 25 de outubro, instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial para discutir a população em situação de rua, que conforme seu Artigo 1º:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Parágrafo único. Os estudos e propostas de políticas públicas de que trata o caput devem primar pela ação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho e renda, cultura e garantia de direitos humanos. (Decreto s/n, 25 de outubro de 2006).

Em sua composição, o GTI contava com sete Ministérios, sendo eles Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Justiça, além da Secretaria Especial de Direitos Humanos que ainda não tinha *status* de Ministério e a Defensoria Pública da União. Felizmente, as políticas não foram pensadas apenas pelos representantes do governo. O GTI, que discutiu essas políticas, contou com o protagonismo do Movimento Nacional da População de Rua e da Pastoral do Povo de Rua (Movimento Eclesial de Base da Igreja Católica). Também participou da discussão o Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social - CONGEMAS.

O Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto s/n de 25 de outubro de 2006, tem o objetivo de formular políticas públicas para a população em situação de rua. Para construir políticas que correspondam com a realidade dessa população, o GTI decidiu promover nos anos de 2007 e 2008 um Censo de abrangência nacional. A escolha pelas grandes cidades se deu por conta da procura das pessoas em situação de rua por centros urbanos, devido à logística. Porque acreditam que cidades maiores ofertam mais oportunidades de emprego nas indústrias e grandes empresas e também que as grandes cidades proporcionam mais até mesmo, o trabalho informal, que como pudemos ver, é a fonte de renda para a maioria das pessoas em situação de rua. A opção por fazer a pesquisa nas grandes cidades também se deu porque essas cidades além de empregarem mais, também desempregam muito, possibilitando o fenômeno população em situação de rua.

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de

Rua foi realizado entre agosto de 2007 e março de 2008, idealizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial na intenção de obter uma estimativa de quantas pessoas existem em situação de rua no Brasil, além entender quais as condições e vivência dessas pessoas. A Pesquisa foi realizada pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome e executada pelo Instituto Meta. Os resultados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foram transformados no documento “Rua aprendendo a contar – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua”, que publicado em 2009, deu vida à discussão de um plano de políticas públicas para a população em situação de rua.

Todas essas alternativas inéditas incorporam as reivindicações do movimento social organizado da população em situação de rua e evidenciaram o protagonismo dessa população, que pôde contar com o compromisso de governos dispostos a construir políticas sociais que atendam as populações marginalizadas, e como neste caso, excluídas. Apesar de considerarmos o interesse do governo em receber e considerar as reivindicações das pessoas em situação de rua, entendemos que seu papel tenha sido o de tornar essas pessoas visíveis perante o Governo e às políticas públicas e também regulamentar políticas, que na prática, encontram dificuldades para execução.

A partir das discussões e resultados obtidos pelo Grupo Interministerial de Trabalho, foi idealizado o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, que aconteceu nos dias 19 e 20 de maio de 2009. O II Encontro não produziu um Relatório como o I Encontro, mas seus debates se desdobraram no Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que instituiu a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua – PNPSR e também um Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

A PNPSR incorpora muitas das reivindicações feitas pela população em situação de rua. O Comitê é composto por representantes do Governo e membros da sociedade civil, assim como era o Grupo de Trabalho Interministerial. O Comitê se faz necessário para acompanhar as políticas implementadas e em execução, refletir e debater sobre outras alternativas.

Mais adiante, debateremos as linhas e orientações que a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua traz. Aqui, ainda nos atentaremos a outras medidas que não podem deixar de ser elencadas, pois são de suma importância para a efetivação da Política Nacional.

Voltando a 2006, o ano que sucedeu o Decreto s/n que incluiu a população em situação de rua como público alvo da Lei Orgânica de Assistência Social, nos deparamos com uma Portaria publicada no Diário Oficial da União de nº240/2006, que estabelece critérios para a destinação de recursos aos municípios pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na intenção de desenvolver e aperfeiçoar os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS (que é o que presta atendimento à população em situação de rua).

Essa Portaria (2006) estabeleceu o repasse de R\$60,00 (sessenta reais) por indivíduo ou família em situação de rua, sendo que a quantidade de benefícios dependeria do porte do município. Salientamos que esse repasse é feito às prefeituras para desenvolverem políticas consideradas de Alta Complexidade, que são, por exemplo, as casas de acolhimento.

Art. 7º Serão transferidos aos Municípios com mais de 300 mil habitantes, que possuam população em situação de rua, conforme levantamento realizado pelo MDS em 2004 e 2005, novos recursos destinados ao co-financiamento do Piso de Alta Complexidade II, para financiar a rede de acolhida temporária destinada à população em situação de rua, na perspectiva de potencializar e diversificar a rede de serviços da proteção social especial de alta complexidade, bem como atender ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. § 1º O valor dos recursos transferidos deverá variar de acordo com a capacidade de atendimento que cada porte de Município deve oferecer: I - para as metrópoles, até 200 indivíduos ou famílias; II - para as capitais de Estados, até 150 indivíduos ou famílias; III - para os demais Municípios, até 100 indivíduos ou famílias. § 2º Pela especificidade do serviço de acolhimento à população em situação de rua, os Municípios de que trata este artigo receberão o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) por família ou indivíduo. (Portaria MDS nº 381, 12 de dezembro de 2006).

Usando de suas atribuições, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, publica no Diário Oficial da União nº 255/2009 a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Essa Resolução diz respeito aos serviços socioassistenciais e consiste em regulamentá-los como: Serviços de Proteção Social Básica; Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade; Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 1º. Aprovar a Tipificação nacional de Serviços

Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. (Resolução nº109, 11 de novembro de 2009).

Na referida Resolução, a população em situação de rua aparece como público alvo de programas de Média e Alta complexidade. Sendo os programas de Média complexidade: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Este último serviço de Média Complexidade é executado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social que atende a população em situação de rua. Os serviços de Alta complexidade destinados às pessoas em situação de rua são: Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Acolhimento em Repúblicas. Em 2010 podemos verificar algumas movimentações do Governo Federal no que dizem respeito à população em situação de rua. Uma delas foi a inclusão da população em situação de rua no Cadastro Único. Sobre o Cadastro Único devemos considerar:

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento de coleta de dados que possibilita a identificação e a caracterização das famílias/ indivíduos brasileiros de baixa renda. É também uma importante ferramenta de planejamento de políticas públicas e deve ser utilizado para a seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal. (MDS, 2011, p.12).

Como podemos ver no trecho acima, publicado no documento “Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas do Governo Federal” (2011), a inclusão possibilita que as pessoas em situação de rua sejam conhecidas e reconhecidas. Uma importante iniciativa, que não diz respeito diretamente à população em situação de rua, mas que se faz fortemente presente no dia a dia dessa população, foi o lançamento do “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”. Esse Plano foi instituído pelo Decreto nº 7.179 em 20 de maio de 2010 e tem as pessoas em situação de rua como público-alvo. Ressaltamos que, como já dito anteriormente, um dos motivos mais presentes para a chegada das pessoas às ruas são álcool e demais drogas, assim como um dos motivos para preferirem pernoitar na rua do que em abrigos é a impossibilidade de fazer o uso de substâncias psicoativas.

Art. 2º São objetivos do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas: I - estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis, entre outros, crianças, adolescentes e população em situação de rua; (Decreto nº 7.179, 20 de maio de 2010).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através de uma Portaria, institui os chamados Centro POP, que são os Centros de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS, que atendem especificamente as pessoas em situação de rua. O Artigo 7º da Portaria nº 843 de 28 de dezembro de 2010 define a política de cofinanciamento para os Centros POP.

Art. 7º O cofinanciamento federal do PFMC para a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, a ser iniciado em dezembro de 2010, para a competência de novembro de 2010, terá como referência o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) por unidade de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. (Portaria nº 843, 28 de dezembro de 2010).

Todas essas medidas dizem respeito à Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que foi instituída pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Vale enfatizar que a Política (2009) é resultado de batalhas e discussões travadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial que contou com a participação de pessoas em situação de rua através dos movimentos sociais, assim como de gestores da área de políticas sociais. O presente Decreto (2009) define o público alvo, através de seu entendimento de quem pode ser considerado pessoa em situação de rua e estabelece os princípios da política, que primam pelo respeito às diversidades como podemos ver nos dois fragmentos abaixo.

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto. Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009).

Evidenciamos a importância em reconhecer e nominar as diversidades,

no sentido de fazer com que as pessoas sintam-se realmente representadas pela política que as diz respeito. Reconhecer e apontar a heterogeneidade dessa população mostra o quanto a construção dessas políticas públicas reconheceu a relevância de tais diversidades.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade: I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. (Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009).

Outro aspecto que consideramos relevante neste Decreto nº 7.053 é o fato de buscar assegurar o direito que a população em situação de rua tem à cidade. Pois, como abordamos no tópico anterior, as políticas até então desenvolvidas buscam retirar as pessoas do centro da cidade, ou “devolvê-las” para sua cidade de origem. Mais adiante voltaremos a fazer este debate.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos. (Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009).

Também em dezembro de 2009 podemos verificar mais uma ação do Governo Federal. Nesta data o Ministério da Saúde publicou o Decreto nº 3.305 de 24 de dezembro que institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua.

Art. 2º Constituem atribuições do Comitê Técnico de Saúde: I - propor ações que visem garantir o acesso à atenção à saúde, pela população em situação de rua, aos serviços do SUS; II - apresentar subsídios técnicos e políticos voltados à atenção à saúde da população em situação de rua no processo de elaboração, implementação e acompanhamento do Plano Nacional de Saúde; III - elaborar e pactuar propostas de intervenção conjunta nas diversas instâncias e órgãos do Sistema Único de Saúde; IV - participar de iniciativas intersetoriais relacionadas com a saúde da população em situação de rua; e V - colaborar com a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de ações programáticas do Ministério da Saúde no que se refere à saúde da população em situação de rua. (Decreto nº 3.305 de 24 de dezembro de 2009).

Foi possível encontrar algumas conquistas no âmbito da saúde para a população em situação de rua. Uma delas é a instituição do programa Consultório na Rua, através da Portaria nº 122, de janeiro de 2011. E a publicação da Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, é responsável por coordenar os Consultórios de Rua. Este é um programa de estrutura móvel que atende as pessoas nas ruas e pode contar com os seguintes profissionais:

Art. 4º As e CR poderão ser compostas pelos seguintes profissionais de saúde: I - enfermeiro; II - psicólogo; III - assistente social; IV - terapeuta ocupacional; V - médico; VI - agente social; VII - técnico ou auxiliar de enfermagem; e VIII - técnico em saúde bucal.

A Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013 do Ministério da Saúde, é resultado de reflexões dos gestores do Ministério e dos representantes do Movimento Nacional da População de Rua. O direito à saúde e os cuidados dos profissionais de saúde são reclamações recorrentes das pessoas em situação de rua, que sentem-se desrespeitadas e insultadas no atendimento da saúde. Pudemos nos deparar com essas denúncias em entrevistas de relatórios e documentos e em falas da Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do segmento da População em Situação de Rua. Essa Resolução nº 2/2013 traz entre seus princípios, “*f) a educação permanente aos gestores e trabalhadores de saúde*”, na intenção de garantir a valorização e respeito das pessoas em situação de rua durante o atendimento. É de fato muito importante que estes trabalhadores sejam orientados e sensibilizados quanto à diversidade e condições desiguais de vida das pessoas em situação de rua.

3.3 PROTAGONISMO E RECONHECIMENTO: DIREITOS PARA UMA POPULAÇÃO HISTORICAMENTE IGNORADA

O Movimento Nacional da População de Rua foi criado para canalizar as demandas e reivindicações, assim como facilitar a organização das pessoas em situação de rua, que unidas passam a ser mais fortes e com mais possibilidade de serem atendidas. Esse interesse também estava motivado por acontecimentos que despertaram a indignação dessas pessoas.

Relatamos aqui dois momentos decisivos para a posterior organização dessa população em movimento social. O primeiro deles foi o brutal assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, que aconteceu em 20 de abril de 1997. Cinco jovens de classe média atearam fogo em um índio que estava dormindo em uma parada de ônibus. A justificativa que usaram em sua defesa foi a de acharem que se tratava de um mendigo⁶. Galdino dormia em uma parada de ônibus em Brasília quando foi atacado pelos jovens. O índio de etnia pataxó estava na cidade para participar de uma manifestação que ocorreu no dia (19), dia em que é comemorado o dia do índio e teve 95% do corpo queimado.

O segundo momento resultou inclusive em manifestação pública com a participação da população em situação de rua. Trata-se da chacina da Praça da Sé, que aconteceu entre 19 e 22 agosto de 2004. Sete pessoas em situação de rua foram assassinadas enquanto dormiam, o que gerou uma revolta e indignação muito grande, principalmente por parte de outras pessoas em situação de rua. Diante dessa atrocidade, o dia 19 de agosto passou a ser o Dia Nacional de Luta da População em Situação de rua, que todos os anos promove atos⁷ denunciando as violências sofridas e a impunidade do massacre. No ano de 2015, o então Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Eduardo Suplicy, participando das atividades do Dia 19 de agosto, afirmou:

Este é um ato de memória, homenagem e reflexão sobre a condição dos moradores de rua para que possamos tomar as medidas necessárias para garantir dignidade, respeito, melhores oportunidades para conseguirem moradia atendimento de saúde e encaminhamentos possíveis ao trabalho. Precisamos tomar medidas urgentes para garantir isso. (EBC, 2015, s/p. Inserido em: <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/ato-em-sao-paulo-lembra-11-anos-da-massacre-de-moradores-de-rua-na-praca-da-se>

Fato também importante e que fortaleceu a organização da população em situação de rua, foi a articulação dos catadores de materiais

⁶ Assassinos justificam o crime dizendo terem pensado que índio Galdino, da etnia pataxó, era um mendigo. <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/07/condenado-por-atear-fogo-em-indio-no-df-tem-posse-na-policia-civil-barrada.html>

⁷ O Movimento Nacional da População de Rua juntamente com grupos ligados à Igreja, especialmente a Pastoral do Povo de Rua e demais apoiadores dos Direitos Humanos promovem atos para denunciar o massacre da Praça da Sé e a violência sofrida pela população em situação de rua. <https://www.brasildefato.com.br/node/10353/>

recicláveis, que entre outras coisas, tinham como pauta a regulamentação da profissão. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis foi criado em 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A I Marcha Nacional da População de Rua que aconteceu no dia 07 de junho de 2001 em Brasília, buscava visibilidade para as pautas e as condições de vida das pessoas que viviam nas ruas. Nesse momento já é possível enxergar a força da movimentação da população em situação de rua.

No mês seguinte a chacina da Praça da Sé, em setembro de 2004, durante o III Festival do Lixo e Cidadania, organizado pelos catadores de materiais recicláveis. Como já dissemos acima, pessoas em situação de rua entregaram uma carta de reivindicações para o então Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Esse fato também revela a movimentação da população em situação de rua, que no IV Festival do Lixo e Cidadania realizado em setembro de 2005, em Belo Horizonte, lançou oficialmente o Movimento Nacional da População de Rua.

Desde então, foi possível perceber que o MNPR ocupou seu espaço, resistindo e representando as necessidades das pessoas em situação de rua. Participou do Grupo de Trabalho Interministerial, do Comitê Intersetorial, Comitê de Saúde, entre outros, exercendo protagonismo e levantando as bandeiras e reivindicações referentes à vivência da população em situação de rua. Em maio de 2009, nos dias 17 e, 18 o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome realizou o II Encontro Nacional sobre a População de Rua. Foi nesse II Encontro que as propostas para Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua que foi instituída meses depois, puderam ser debatidas entre as pessoas em situação de rua.

O direito à cidade, um dos princípios da Política Nacional, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 2009, é considerado um problema para a população em situação de rua, que em caso de abordagem, geralmente são retiradas do centro da cidade, para “não atrapalharem”. Como resposta a essa reivindicação, que casada com outra, referente ao atendimento que a população recebe no sistema de saúde. Em 2011 é instituído o programa Consultório na Rua, que garante atendimento especializado para a população em situação de rua, além de respeitar o seu direito de permanecer na cidade.

O protagonismo do Movimento Nacional da População de Rua é

inegável. Analisando as resoluções, portarias e decretos de Lei, percebemos que o Movimento não hesitou em requerer políticas públicas que atendessem e estivessem em consonância com a realidade da vida nas ruas.

Seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento. (FREIRE, 1975, p. 85).

No ano de 2010 o Movimento Nacional da População de Rua promoveu a 2ª Marcha para Brasília, no dia 24 de agosto, nove anos depois da 1ª Marcha, realizada em 2001. Em 2012, o Movimento construiu o 1º Congresso Nacional da População em Situação de Rua, que aconteceu em Salvador, entre os dias 19 e 21 de março com o tema “Protagonizando Histórias e Garantindo Direitos”.

3.3.1 A CONQUISTA DOS DIREITOS NA CIDADE DE LONDRINA

Para apresentar o Movimento Nacional da População de Rua, na cidade de Londrina, utilizamos como fonte de pesquisa o Trabalho de Conclusão de Curso de Nara Damião dos Santos, graduada em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina em 2012, “O Movimento Nacional da População de Rua/Núcleo Londrina: Uma trajetória de luta”. A pesquisadora (2012) acompanhou o MNPR/Núcleo Londrina durante o período em que estagiou no Ministério Público. Dentre suas funções como estagiária, estava a colaboração com o Movimento que tem uma parceria com o Promotor Público Paulo Tavares, que é comprometido com outras demandas sociais⁸, que cedeu espaço e material para que os coordenadores do Movimento possam realizar seus trabalhos. A pesquisadora acompanhou reuniões do Movimento, redigiu atas, ofícios, levantou demandas e estabeleceu um vínculo com os

⁸ Em 2012 foi criado pelo Ministério Público, o Grupo de Trabalho sobre Racismo, que discute visa discutir mensalmente estratégias de capacitação e sensibilização dos trabalhadores da rede de serviços municipais acerca dos debates sobre o preconceito e o racismo. Disponível em: <https://mp-pr.jusbrasil.com.br/noticias/100397283/londrina-gt-racismo-coordenado-pelo-mp-pr-completa-um-ano>

coordenadores que permitiu a realização de sua pesquisa. A monografia (2012) apresenta uma pesquisa documental, apontando a trajetória de reivindicações, de ofícios enviados e recebidos entre Ministério Público e a Prefeitura, referentes à população em situação de rua.

Antes de apresentar as reivindicações, embates e conquistas do MNPR/Núcleo Londrina, faremos uma contextualização dos serviços que o município dispõe. Desde já, alertamos que assim como em âmbito federal, a conquista de direitos para a população em situação de rua de Londrina aconteceu tardiamente. O município de Londrina conta com três Casas de Acolhimento atualmente. A mais antiga é o Bom Samaritano, que dispõe aproximadamente 100 vagas para homens adultos em situação de rua, além de ter uma ala para doentes, pessoas que possuem vínculos familiares rompidos e portanto não recebem cuidados de familiares, mas que apresentam necessidades temporárias ou permanentes e precisam de acompanhamento. Em alguns momentos da realização dessa pesquisa, foi possível perceber a recusa e reclamações sobre este abrigo, tanto em entrevistas, quanto em leituras realizadas e também na Pré-Conferência. As pessoas denunciam o uso de drogas no interior do abrigo, que é um problema antigo e que tem sido denunciado há, pelo menos, duas décadas, como pudemos ver nas monografias com as quais tivemos acesso.

Na Pré-Conferência um homem de aproximadamente 25 anos disse que é preferível “ficar na rua, porque precisa ir atrás da droga, do que no abrigo que a droga é fácil” (Relato colhido em 05/072017). Sabemos que muitas das pessoas em situação de rua fazem uso de substâncias psicoativas e nessa situação, quando querem deixar de usar, encontram dificuldade inclusive no acolhimento.

Outra Casa de Acolhimento é o S.O.S. - Serviço de Obras Sociais oferece 25 vagas de acolhimento e também atende homens. As duas instituições socioassistenciais não tem fins lucrativos e desempenham o serviço através de convênio com a prefeitura. O serviço de acolhimento em ambas instituições conta com quatro refeições diárias, supervisionadas por nutricionista; assistentes sociais; psicólogos; cozinheira; motorista e demais trabalhadores. O Bom Samaritano, como desenvolve trabalho com pessoas doentes também possui serviço de enfermagem.

A Associação Pão da Vida, em 2001, abriu uma Casa de Acolhimento para atender mulheres em situação de rua. Em 2007, devido à demanda, abriu outra Casa de Acolhimento destinada a homens. O Pão da Vida, ainda tinha convênio de outra casa, a Casa de Passagem. Que acolhe apenas pessoas que vieram de outras cidades e foram parar nas ruas. A Casa de Passagem tem outras regras, como um prazo máximo de estadia, visando incentivar que as pessoas realmente buscassem deixar a situação de rua. Além de serviço psicológico também são encaminhados para vagas de emprego, quando é o caso.

Acontece que no ano de 2017 o Projeto Pão da Vida encerrou as atividades devido a problemas com prestação de contas, que foram questionadas pela Procuradoria do Município. Então, a Instituição Morada de Deus, que trabalha com a reabilitação de dependentes químicos, absorveu as vagas femininas e da Casa de Passagem da Associação Pão da Vida. Salientamos que devido às especificidades, o acolhimento não é realizado no mesmo ambiente da clínica, comunidade terapêutica que também é um trabalho desenvolvido pela Instituição Morada de Deus. A Associação Pão da Vida, em suas 3 casas de acolhimento tinha 75 vagas, distribuídas igualmente. Como a Morada de Deus absorveu o acolhimento feminino e a Casa de Passagem, as vagas da casa masculina ficaram sob responsabilidade do Bom Samaritano, que devido a isso possui pouco mais de 100 vagas.

Londrina tem em média 180 vagas de acolhimento. O acolhimento feminino tem menor procura, mas é primordial, principalmente pela violência nas ruas e do machismo reproduzido entre as pessoas em situação de rua. Apesar de a rua não ser o que entendemos como ambiente doméstico, visto que a rua, diferente da casa é um espaço público, conseguimos encontrar relatos de violência de gênero, também conhecida como violência doméstica.

O meu marido é muito ciumento e me bate muito, ele me dá até bicudo e ninguém faz nada prá me ajudar, nem os educadores. Quando coloca no relatório, fala só que ele briga comigo e que logo a briga passou, mas eu é que sei quantos bicudos eu levei. Fiquei toda dolorida, mas eu não vou denunciar porque ninguém faz nada. (MAGNÓLIA, 1999, p.40).

O acolhimento feminino recebe mulheres cisgêneras e também

mulheres trans e travestis. Além de que quando acompanhadas de filhos, é respeitado o direito da criança ficar acolhida junto com a mãe. Nos baseando no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, encontramos no site do Ministério Público a síntese de resultados⁹ referentes ao município de Londrina, onde foram contabilizadas 296 pessoas vivendo em situação de rua, das quais 83,7% eram homens, sendo que 48,6% possuíam entre 25 e 44 anos. Estes dados são compatíveis com os resultados obtidos a nível nacional.

Recentemente, no ano de 2017, o Centro POP implantou o acolhimento em República, que é também previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Assistenciais, dispondo 10 vagas. Trata-se de uma casa do município para onde são encaminhadas pessoas que estejam em um processo de amadurecimento e controle do uso de drogas. Pois, a República diferente dos abrigos, não tem supervisão, apenas acompanhamento profissional, pois, a ideia é incentivar a autonomia dos indivíduos. Das pessoas em situação de rua recenseadas, 51% afirmou que costuma dormir nas ruas e 44,2% disseram sempre ter vivido em Londrina. Perguntados sobre trabalho e renda, 11,2% falaram ser catadores de materiais recicláveis, 9,6% ocupam a função de flanelinhas e 8% de limpeza, enquanto 15,1% das pessoas disseram utilizar da mendicância para sobrevivência. (RUA APRENDENDO A CONTAR, 2009).

A graduada em Serviço Social, no ano de 1995, Mara Lucas de Lima, apresentou a monografia de título “População de Rua: enfrentamento da questão no âmbito municipal”. Neste trabalho, a pesquisadora faz um apanhado histórico da trajetória dos serviços socioassistenciais dedicados à população em situação de rua. De sua pesquisa, ressaltamos a criação da Secretaria Municipal de Ação Social em 1993 e a criação do Projeto de Atendimento à População de Rua em 1994, também a informação de que no mesmo ano Londrina foi a primeira cidade do Paraná a implantar o Conselho Municipal de Assistência Social.

A criação da Secretaria Municipal é importante para diferenciar a orientação da política desenvolvida, para a graduada Franciele Toscan, que desenvolveu a monografia “A invisibilidade da população de rua na assistência

⁹ Ver mais sobre os resultados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2007-2008) que foram publicados pelo Ministério Público. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Londrina_pesquisa_sobre_moradores_em_situacao_de_riua.pdf

social” (2003), as instituições socioassistenciais que prestam serviços para a prefeitura, principalmente as de cunho religioso, buscavam fazer caridade e não assegurar direitos.

Para Toscan (2003), essas instituições eram movidas por princípios de evangelização e de fraternidade. Acreditamos que dessa forma, elas não desenvolvem serviços que assegurem direitos, mas serviços assistencialistas, que não visam a emancipação e valorização da pessoa em situação de rua, mas, apenas o papel de prover a alimentação, a higiene e o amparo, como se estivessem fazendo um favor. Diante dessas leituras, discutimos a importância da política pública executada pelo município, enquanto direito garantido e não como uma política assistencialista, filantrópica ou caritativa. Passaremos então a apontar as políticas públicas que atendem a população em situação de rua em Londrina.

3.3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDEM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM LONDRINA

O município conta desde 2016 com o Centro POP, que é resultado da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2009). O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, foi inaugurado¹⁰ em 2016 e para sua construção contou com recursos do município R\$ 611.628,48 e R\$400.000,00 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Antes da construção do Centro POP, o atendimento para a população em situação de rua acontecia no CREAS I, também conhecido como SINAL VERDE, devido ao programa de abordagem social para população em situação de rua que leva o mesmo nome. No Centro POP são realizados atendimento, acompanhamento, encaminhamento para casas de acolhimento e disponibilização de passagens de ônibus para os “trecheiros” que querem voltar para sua cidade. O Centro POP conta com atendimento psicológico, terapia ocupacional, acompanhamento com assistentes sociais. Também oferece café da manhã, roupas,

¹⁰ O Centro de Referência Especializado para População em Situação de rua foi inaugurado em 26 de janeiro de 2017. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23762%3Amunicipio-inaugura-nova-sede-do-centro-pop&catid=108%3Adestaques&Itemid=178

banheiros equipados com chuveiros, tanque para lavar roupa e canil, pois, muitas das pessoas que vivem nas ruas têm como companhia um cachorro.

No município, também é realizado o acompanhamento das pessoas em situação de rua que fazem uso de álcool e drogas, este acompanhamento é feito pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas, mais conhecido como CAPS AD. Este serviço não é exclusivo para pessoas em situação de rua como o Centro POP, as pessoas pedem que o serviço seja disponível durante 24 horas. O CAPS AD conta com psicólogos, psiquiatras, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais. Em Londrina, assim como no âmbito federal, foram feitas reivindicações do MNPR, por sorte dos coordenadores do Movimento no município, puderam contar com a solidariedade e compromisso do Promotor do Ministério Público Paulo Tavares que abriu as portas, buscando ser um aliado e representar as demandas do MNPR/Núcleo Londrina.

De acordo com Santos (2012) a organização do Movimento Nacional da População de Rua em Londrina aconteceu em 2010, quando os então coordenadores participaram da II Marcha para Brasília e também do Projeto de Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, que foi organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em parceria com a UNESCO e o Instituto Pólis, em algumas regiões do país na intenção de apoiar e capacitar o Movimento Nacional da População de Rua.

Santos (2012), que em seu estágio teve contato com o Movimento, afirma que a primeira reunião realizada em Londrina aconteceu em 03 de novembro de 2010. Em sua pesquisa apresenta as reivindicações da carta redigida pelo Movimento, que foi entregue ao Promotor Paulo Tavares, que por sua vez obteve maior embasamento para cobrar do município sobre explicações e soluções. Destacamos, abaixo, algumas queixas presentes na carta elaborada pelo MNPR/Núcleo Londrina, apresentadas pela monografia de SANTOS (2012): Sinal Verde não tem transportado os usuários dos abrigos para o CAPS AD; O valor da bolsa morador de rua não é suficiente para o aluguel de locais adequados para moradia; É comum o uso de drogas no interior dos abrigos; Muitos moradores de rua não possuem documentação e isso impede que eles tenham oportunidade de acesso ao trabalho; Atualmente os abrigos oferecem poucas oportunidades de cursos profissionalizantes, oportunidades de trabalho, culturais e de lazer aos usuários; os profissionais que trabalham com a PSR necessitam realizar capacitação

permanente.

Na carta, escrita em 2011, também requerem a implantação do Restaurante Popular, como alternativa para alimentação da população em situação de rua e a implantação do programa Consultório de Rua, que segundo o documento elaborado pelo MNPR/Núcleo Londrina, amenizaria as dificuldades encontradas pela população em situação de rua no atendimento da saúde. São muitas as reivindicações apontadas por Santos (2012), mas elencamos algumas que pudemos notar resposta do município. A primeira delas diz respeito à dificuldade de acesso ao CAPS AD, por ser distante do centro da cidade. A denúncia da população em situação de rua aponta a dificuldade em garantir o acesso a tal serviço, que é imprescindível para a superação do indivíduo.

Um dos benefícios que o município destina à população em situação de rua, é a “bolsa aluguel”, que é repassado para pessoas que são consideradas aptas para receberem o auxílio, pessoas que tenham maior estabilidade em relação às drogas. O auxílio é concedido pelos assistentes sociais que acompanham a trajetória da pessoa em situação de rua. Essa “bolsa aluguel” faz parte de uma política municipal de transferência de renda, que não é exclusivo para aluguel, mas que é a sua maior destinação, o BMTR – Benefício Municipal de Transferência de Renda. A reivindicação na carta é de que fosse aumentado o valor repassado, pois este era de R\$100,00, hoje o valor da “bolsa aluguel” é de R\$250,00.

Além do BMTR, as pessoas em situação de rua recebem auxílio do programa do Governo Federal, como a Bolsa Família. Já o Governo do Estado do Paraná não tem programa de transferência de renda para a população em situação de rua, oferece a isenção do pagamento das tarifas de água e luz, a “tarifa social” da COPEL e SANEPAR, mas desconsidera que o que faz dessas pessoas, pessoas em situação de rua, é o fato de não possuírem lugar para morar. Este é apenas um dos dados obtidos em entrevista com a coordenadora do Centro POP, que será debatida no próximo capítulo.

O uso de drogas no interior das Instituições Assistenciais novamente aparece como denúncia, dificultando a resistência das pessoas que tentam abandonar o vício, por terem que conviver com o uso de drogas até mesmo durante o período em que estão acolhidos. O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2007-2008) levantou resultados referente à documentação das pessoas entrevistadas, em Londrina 34,3% das pessoas não

possuíam carteira de identidade, 49% não portavam CPF e 45,8% não possuíam carteira de trabalho. Portanto, verificamos que a denúncia contida na carta de que as pessoas encontram dificuldade para arrumar trabalho também pela falta de documentos é uma realidade dessa população. Também relacionado ao trabalho, uma das reclamações é a falta de oferta de cursos profissionalizantes para as pessoas em situação de rua, que possuem grande dificuldade em alcançar o trabalho formal, principalmente com a falta de incentivos.

Quanto aos profissionais que atendem a população em situação de rua nos mais variados serviços, é importante dizer que a população reivindica a capacitação permanente destes trabalhadores, para que sejam sensibilizados e orientados sobre os cuidados e sobre o atendimento. Em relação à capacitação dos trabalhadores da rede de serviços que atende a população em situação de rua, a prefeitura do município em 2014 assinou o Decreto nº 1.385 em 03 de novembro, que entre suas ações institui um Comitê Intersetorial, previsto pela Política Nacional (2009). Este Comitê Intersetorial realiza reuniões para discutir políticas para a população em situação de rua do município e realizou também em algumas ocasiões cursos de capacitação para a Guarda Municipal sobre a abordagem da população em situação de rua.

Entendemos que para além da sensibilização dos trabalhadores que atendem a população em situação de rua, deve haver uma política de conscientização social, não através de campanhas de doação de roupas e cobertores no inverno, mas de conscientização dos motivos para a chegada das pessoas à situação de rua, das dificuldades enfrentadas por essa população, dos direitos que possuem e da importância em respeitá-los, valorizá-los. Pois, com a conscientização social, com a diminuição do preconceito e do estigma, as pessoas em situação de rua podem recuperar mais facilmente sua autoestima, o que por sua vez possibilita o resgate social e individual.

Em Londrina, nos deparamos, no terminal rodoviário com uma faixa pedindo para não dar esmolas às pessoas em situação de rua, porque isso pode agravar o problema da dependência química. Entendemos que de fato as pessoas gastem o que recebem na prática da mendicância com drogas, isso é presente nas entrevistas que pudemos ler, mas entendemos que o uso dessa faixa colabora com o preconceito e a visão simplista de que o problema das pessoas em situação de rua é o uso abusivo e a dependência de álcool e drogas. Este é um dos fatores que

levam as pessoas às ruas, assim também como é um dos fatores que dificultam sua saída das ruas, mas ele não pode ser utilizado fora de contexto porque possibilita o fortalecimento do preconceito sofrido por essa população.

Foto 3: Faixa na rodoviária



FONTE: Victória Pedro Corrêa, 18 de janeiro de 2018.

Além de que, entendemos que essa imagem sustenta a ideia de criminalização da população em situação de rua, visto que até 2009 a prática da mendicância era considerada uma contravenção penal, podendo resultar até em prisão. A Lei n° 11.983 de 16 de julho de 2009 revoga o Artigo 60 do Decreto-Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941, que considerava a mendicância uma contravenção penal. Percebemos que assim foi considerada por mais de seis décadas, portanto, torna ainda mais preocupante a utilização dessa faixa em um dos cartões postais da cidade e por se tratar de um local público. Pois, reforça o preconceito e o estigma sofrido pela população em situação de rua. Segue o artigo revogado pela Lei 11.983 de julho de 2009.

Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez -Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; c) em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos. (Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941).

Referente à alimentação, em 2012 foi inaugurado em Londrina o Restaurante Popular Leonel Brizola, que atende mil refeições no horário do almoço no valor de R\$1,50. Após a implantação do restaurante, que faz parte programa Fome Zero, o MNPR/Núcleo Londrina voltou a fazer reivindicações, dessa vez para alcançar a gratuidade da refeição para pessoas em situação de rua. Santos (2012) aponta a tramitação dos ofícios entre o Ministério Público, Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e depois de muita discussão, a SMAS se responsabilizou por assumir a concessão de algumas refeições para as pessoas que estão sob acompanhamento.

Em entrevista com a coordenadora do Centro POP, no dia 12/01/2018, tomamos conhecimento de que são fornecidos 10 passes para o Restaurante Popular por dia, conforme negociado e requerido pelo MNPR/Núcleo Londrina. A coordenadora contou que quando souberam que seriam 10 passes, a proposta soou ofensiva. Porém, no dia a dia, segundo ela, percebem que as pessoas em situação de rua não gostam de ir ao Restaurante Popular por dois motivos, a quantidade de comida e o acesso a outras alternativas de alimentação.

O primeiro fato é referente ao sabor e a quantidade de 1.200 calorias da refeição que consideram ser pouco, devido ao fato de andarem bastante e gastarem bastante energia. A segunda razão é que em Londrina existe uma prática de às 15h alguns restaurantes fornecerem marmitas gratuitamente ou pelo valor de R\$1,00. A entrevistada afirma que isso se dá não por solidariedade, mas porque evita que os donos dos estabelecimentos paguem mais caro pela retirada do lixo.

Sobre a alimentação, na mesma entrevista, fomos informados de que existe uma rede filantrópica que oferece jantar para as pessoas em situação de rua todas as noites. Isso ocorre às segundas-feiras na Concha Acústica, às 18h; Terças-feiras na Concha Acústica e no Bosque da Av. Rio de Janeiro, às 18h; Quartas-feiras e quintas feiras na Casa da Sopa, às 19h30; Sábados na Praça Tomi Nakagawa, às 22h e domingos na Concha Acústica, às 19h.

Também por iniciativa do Governo Federal, resultante das reflexões sobre as denúncias da população em situação de rua acerca do atendimento da saúde, o Consultório de Rua foi instituído no município em 15 de março de 2012. Acreditamos que além das denúncias em nível federal e municipal acerca do atendimento que as pessoas em situação de rua recebem nos serviços de saúde,

esse programa também está alinhado com um dos princípios da Política Nacional (2009), que é respeitar o direito da pessoa em situação de rua em permanecer na cidade. Pois, com este programa, as consultas e acompanhamento são realizados na rua e quando necessários exames e encaminhamento, são atendidos pela rede pública. A instituição do programa em Londrina é um grande avanço e o atendimento é feito por pessoas capacitadas.

Muitas das reivindicações da coordenação do MNPR/Núcleo Londrina, como pudemos ver, foram atendidas, especialmente na última gestão, 2013-2016, em que a população em situação de rua passou a ter o Comitê Municipal Intersetorial e então mais uma ferramenta para reivindicar seus direitos diante do poder público municipal. Nara Damiano dos Santos em sua monografia (2012), afirma que além da garra dos coordenadores do Movimento, a parceria estabelecida com o Promotor Público Paulo César Tavares foi crucial para os avanços e conquistas referentes à população em situação de rua.

4 EMPREGO E POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO POSSIBILIDADES PARA UMA POPULAÇÃO DESACREDITADA

Neste capítulo, descrevemos a nossa experiência e nossas percepções na participação da Pré-Conferência de Assistência Social do segmento População em Situação de Rua¹¹, que ocorreu na cidade de Londrina, contou com a participação de aproximadamente 110 pessoas. A atividade aconteceu no dia 07 de julho de 2017, no salão do Núcleo Social Evangélico de Londrina, localizado na Rua Tupiniquins, Vila Casoni, nº 516. A participação na referida Pré-Conferência levou-nos a pontuar o trabalho como elemento imprescindível para o resgate do indivíduo em situação de rua. Para tais argumentações, baseamo-nos, principalmente, nas pesquisas de Maria Luiza Lopes Silva (2009).

Deste modo, esse capítulo foi construído com base na descrição de nossa participação na Pré-Conferência de Assistência Social, na reflexão permeada pelo trabalho como categoria fundante e pela apresentação dos resultados de três entrevistas realizadas no período de 22/12/2017 a 12/01/2018, em Londrina, com um homem em situação de rua, com a assistente social e coordenadora do Centro POP; e, por último, com a cientista social da Prefeitura Municipal Clarice Junges, formada em Ciências Sociais na UEL, que também trabalha atualmente no Centro POP.

Utilizamos como procedimento metodológico as entrevistas em profundidade, conforme explica o sociólogo Otávio Cruz Neto no capítulo “O trabalho de campo como descoberta e criação”, publicado no livro “Pesquisa social: teoria, método e criatividade”; organizado pela cientista social Maria Cecília de Souza Minayo (1994).

Nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. Para muitas pesquisas, a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido.

¹¹ O encontro foi organizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social juntamente com as Instituições conveniadas que prestam serviços socioassistenciais. Para mais informações veja: http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26728:mais-de-100-pessoas-participam-de-pre-conferencia-da-assistencia-social&catid=82:assistencia-social&Itemid=969

Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. (CRUZ NETO, 1994, p. 59).

Essas entrevistas foram realizadas, tendo-se como pano de fundo a concepção metodológica a Sociologia engajada de Guerreiro Ramos (1957). Alias, tanto as entrevistas como a participação da Pré-Conferência, foram realizadas na intenção de nos aproximarmos das realidades, das necessidades e das vivências das pessoas em situação de rua, analisando de perto suas reivindicações e ouvindo trabalhadoras que dialogam diariamente com tais sujeitos sociais.

4.1. ARREGAÇANDO AS MANGAS: A IMPORTÂNCIA E A RIQUEZA DE OUVIR AS REIVINDICAÇÕES

No dia 05 de julho de 2017 tive a oportunidade de participar da “Pré-Conferência de Assistência Social”, no segmento da População em Situação de Rua, na cidade de Londrina. Ao todo aconteceram 27 Pré-Conferências em diferentes segmentos e localidades da cidade, na intenção de tornar o debate mais positivo e centralizar as reivindicações, possibilitando assim a melhor sistematização das reclamações, das propostas e também para assegurar o “controle” das discussões.

Além de espaço para reivindicação dos direitos, na Pré-conferência foram eleitos os delegados para a XII Conferência Municipal da Assistência Social, que aconteceu nos dias 28 e 29 de julho de 2017, tendo teve como tema “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS”. O contraste visual acerca da quantidade de participantes na Pré-Conferência foi de encontro com os resultados dos censos realizados com a população em situação de rua, tanto os municipais, como o único realizado de alcance nacional. Das pessoas em situação de rua, presentes na Conferência, que estavam entorno de 80, a maioria eram homens e negros. Destes, 18 pessoas se candidataram à eleição como delegados, entre eles, apenas 2 mulheres. Estavam disponíveis apenas 6 vagas, das quais nenhuma foi preenchida por mulheres. A votação aconteceu abertamente, sendo permitido votarem em mais de um candidato. Os candidatos que obtiveram mais votos foram eleitos.

Neste ponto, acredito que tenha faltado uma cota feminina. Talvez a organização não tenha dado a devida relevância a esse fato, mesmo que sejam pessoas que lidem diariamente com a caracterização dessa população e que conhecem bem suas reivindicações, trajetórias e as lutas travadas pelas mulheres em situação de rua. Apesar dos homens serem maioria nas ruas, eles não compõem esse segmento de forma unânime. É de suma importância que as mulheres tenham materializadas as condições para participarem mais decisivamente destes espaços.

A experiência foi extremamente enriquecedora e fez com que nos sentíssemos mais certos do tema a ser pesquisado para o desenvolvimento deste trabalho. O debate fez com que abríssimos os olhos para as diversidades presentes nas vivências dessas pessoas, passando a conhecer melhor suas reivindicações e necessidades. Apesar das leituras de documentos e dos vários contatos com sínteses de encontros e censos populacionais, até mesmo com a observação empírica tímida que fazemos do fenômeno no dia a dia, todos esses aspectos não tinham ganhado sentido até a participação concreta neste espaço da Pré-Conferência.

Participar desta Pré-Conferência nos proporcionou um olhar mais sensível, apurado, compreensivo e crítico no que se refere ao fenômeno social e sociológico “população em situação de rua”. Voltamo-nos aqui a Guerreiro Ramos (1957), percebendo a importância do cientista social estar atento aos problemas sociais e buscar estar próximo para melhor compreendê-los.

Logo no início da atividade foi possível perceber a diversidade que apontamos anteriormente. Antes de abrir o espaço em que foi realizada a Pré-Conferência, diga-se de passagem numa Igreja, já haviam pessoas em situação de rua que esperavam do lado de fora, que estavam ali desde muito cedo, carregando cobertas e mochilas. As primeiras pessoas que compareceram ao evento não estavam amparadas por acolhimento, o que pode explicar o fato de aparecerem sozinhos ou em pequenos grupos, além do fato de terem chegado antes. Os “albergados” assomaram-se depois, acompanhados dos educadores das casas de acolhimento, que eles chamam de “abrigos”.

Entre as pessoas que estavam na Pré-Conferência na condição de “usuários”, como são chamados os participantes das Conferências que usufruem de determinado serviço, estavam mulheres, crianças e idosos, mas, a maioria era composta por homens adultos. A diversidade racial também é um fator presente.

Como dissemos acima, dentre as pessoas que participaram da Pré-Conferência, a maioria era negra, confirmando os dados dos censos realizados.

Ainda entre as divisões de gênero, racial e etária, é importante salientar que outras particularidades aparecem de forma transversal, acirrando a condição de desigualdade, como por exemplo, a dependência química, a maternidade, a orientação sexual, a deficiência física e transtornos mentais que, muitas vezes, são adquiridos nas ruas. Ficou marcante para nós a presença de uma senhora que aparentava ter uns 50 anos. Essa mulher acumulava alguns marcadores sociais, pois além de ser mulher, era negra e estava em uma cadeira de rodas com uma perna amputada.

As adversidades e as dificuldades que se colocam para as pessoas que possuem transtornos mentais e deficiências físicas, sendo elas permanentes ou temporárias, se fazem tão presentes que a maior instituição de acolhimento de Londrina, a exemplo da Casa Bom Samaritano que atua no município desde a década de 1980, tem uma ala específica para os doentes, onde além de receberem as quatro refeições diárias, os cuidados de higiene e acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais, recebem também os cuidados de enfermeiros e técnicos de enfermagem. Porém, faltam condições de atendimento adequadas, como se vê na ausência de profissionais da educação, para acompanhar aqueles que se enquadram na população alvo da Educação Especial, como é o caso dos que apresentam transtornos mentais.

No evento estavam presentes representantes do poder público, de entidades da sociedade civil, gestores e técnicos da política de assistência social. Entre estes, podemos destacar: da Secretária Municipal de Assistência Social, Nádia Moura; um representante do promotor Paulo Tavares, da Promotoria de Direitos Humanos; e as Defensoras Públicas Renata Tsukada e Kemeli Pivetta. A Pré-Conferência contou com a participação de aproximadamente 80 pessoas em situação de rua, entre elas, pessoas acolhidas e não acolhidas.

Todos os representantes do poder público presentes demonstraram compromisso com a população em situação de rua e a abertura ao diálogo. Então, a Diretora de Proteção Social Especial, Josiane Nogueira fez a abertura da Pré-Conferência. A assistente social perguntou quantas pessoas sabiam o que é uma Conferência. Apenas 5 pessoas levantaram a mão. Então, de forma bastante didática, ela explicou que a Conferência é um espaço de reivindicação de direitos

antes de liberá-los para o café da manhã.

Foi possível sentir a mudança do clima. A tensão que tomava conta do público já não era mais sentida. No café da manhã serviu-se bolo, cachorro-quente, bolachas, suco, chá e café. Os “usuários” ficaram muito contentes quando viram que tinha cachorro-quente, pois pelos comentários, não é o que estão acostumados a comer nos abrigos e muito menos nas ruas.

Ao iniciar os debates da Pré-Conferência, na volta do café da manhã, pudemos perceber a disposição das pessoas em situação de rua em contribuir com as reflexões e encaminhamentos. Todas as pessoas queriam fazer reclamações das condições a que estavam submetidas, reivindicarem seus direitos e apresentarem propostas para a construção de uma política pública mais efetiva. Afinal, essas pessoas se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade e privação do exercício de sua cidadania.

O protagonismo, a consciência política e a criticidade das pessoas em situação de rua despertaram ainda mais nosso interesse em estudar e compreender as questões relacionadas a essa população. Pois, convencidos pela “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1975), compreendo que é a consciência e a vontade dos oprimidos que representam as possibilidades de mudança social.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 1975, p. 32).

A Pré-Conferência contou com 4 eixos de discussão e cada eixo com aproximadamente a participação de 20 pessoas na condição de usuários. Os eixos foram: 1 - A Proteção Social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais; 2 - Gestão Democrática e Controle Social: O lugar da Sociedade Civil no Serviço Único de Assistência Social - SUAS ; 3 - Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais; 4 - A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e

corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

Como cada eixo era responsável por um debate específico, algumas propostas apareceram em grupos que não tratavam do tema delimitado. Porém, foi possível perceber que as demandas eram gerais, porque muitas propostas foram sugeridas em mais de um grupo. Em diversos momentos, o debate demonstrou o altruísmo, a solidariedade e a preocupação das pessoas em situação de rua com as especificidades dos colegas. Por exemplo, um homem jovem demonstrou-se muito preocupado com o acolhimento das travestis e dos transexuais, que segundo ele, sofrem hostilidades tanto por parte de homens como por parte de mulheres. Muito incomodado com a demora na resolução dos problemas, esse rapaz questionou que na última Pré-Conferência havia sido deliberado sobre o acolhimento de pessoas trans, mas que nada foi resolvido. O seu questionamento obteve concordância dos demais participantes.

Mais do que isso, sua atitude incentivou a participação de outras pessoas que se encorajaram mais a falar. Uma mulher, de aproximadamente 40 anos de idade, que estava com suas duas filhas pequenas na Pré-Conferência, abordou o problema que é estar acolhida na mesma casa com mulheres que não são acompanhadas por crianças. Segundo ela, “as necessidades são outras e, muitas vezes, acabam gerando constrangimentos”. (Relato colhido de uma mulher, 05/08/2017).

Surgiu, por parte dos próprios moradores, a reivindicação sobre a necessidade e importância de Casas de Acolhimento que atendam diferentes necessidades que a população em situação de rua apresenta. Reivindicaram um local de acolhimento que fosse responsável por receber e acolher as pessoas que tem dependência química, pois, segundo eles, existem Casas de Acolhimento em que as pessoas fazem o uso de drogas em sua dependência.

Pude confirmar esse fato na entrevista que realizei e apresentarei na seção posterior e também na leitura de alguns Trabalhos de Conclusão de Curso, principalmente do Serviço Social, que foram realizados no fim de 1990, apontando o mesmo problema, na mesma instituição. A maior reclamação é que as pessoas deixam as ruas para estarem longe das drogas e conseguirem delas se libertarem, mas que dentro das instituições de acolhimento as pessoas fazem uso.

O II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas

no Brasil – 2005, publicado no ano de 2006, foi realizado em 108 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes e apontou que 22,8% das 7.939 pessoas entrevistadas fizeram, em algum momento da vida, uso de drogas que não fossem tabaco ou álcool. A mesma pesquisa apontou que entre os entrevistados, 12,3 eram dependentes de álcool e 10,1 de tabaco. O III Levantamento foi realizado no ano de 2016, mas ainda não divulgou os resultados. Como percebido através dessa discussão, muitos que conseguiram afastar-se das drogas e do álcool ficam vulneráveis diante do contato com quem ainda se encontra na condição de dependente químico. Um dos presentes, um homem branco que aparentou ter entre 50 e 60 anos, por exemplo, defendeu que “misturar as pessoas que tem dependência, induz quem já teve dependência, assim tem que ter um tipo de acolhimento para cada público”. (Relato colhido de um senhor, 05/07/2017).

A proposta de ter acolhimento para cada segmento levantou o que por eles foi considerado “problema”, que foi o fato da Casa Bom Samaritano também dispor de acolhimento para pessoas em situação de rua que possuem transtornos mentais e deficiência física. Na percepção deles, isso faz com que o local pareça “casa de doente”. No momento em que foi levantado esse problema, seguido da justificativa de que é “casa de doente”, sentimos como se fosse um comentário egoísta e até insensível, mas depois ao refletir, pudemos perceber que para esta população já é difícil estar em situação de rua e serem privados inclusive do direito à vida. Ficamos imaginando a dificuldade em estar em um lugar que tenha uma “ala de doentes”. Talvez eles estivessem manifestando que esse fato influencia na sua autoestima enquanto indivíduo. Neste instante, faltou-nos alteridade. Sentimo-nos até insensíveis. Por uns instantes, percebemos o quanto nós, com todos os nossos privilégios, avaliávamos aquela reivindicação de forma egoísta, querendo que as pessoas em situação de rua seguissem os nossos valores.

Os acolhidos também reclamaram do ambiente, algumas vezes, hostil das Casas de Acolhimento. Há reclamações sobre a utilização de câmeras de monitoramento. “Quando um faz algo errado, todos precisam pagar. Não é bom se sentir vigiado”. (Relato colhido de uma jovem, 05/07/2017).

O filósofo Michel Foucault apresenta em sua obra “Vigiar e Punir” a perspectiva de que para obter controle e disciplina de determinado grupo, uma das estratégias utilizadas é a vigilância. Entre as instituições de sequestro apresentadas pelo autor, que além de sequestrarem suas individualidades e particularidades

através da domesticação dos comportamentos, também sequestram os indivíduos do meio social, estão: a escola, o quartel, o hospital e a prisão. Acreditamos que as Casas de Acolhimento apresentem características que compõe essa teoria. Como visto acima, além das regras que ignoram as particularidades dos indivíduos, nelas também é realizada a prática da vigilância.

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue o jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poderem, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. Lentamente, no decorrer da época clássica, são construídos esses "observatórios" da multiplicidade humana para as quais a história das ciências guardou tão poucos elogios. Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo. (FOUCAULT, 1999, p.143-144).

Ouvimos reivindicações sobre a necessidade de ampliar e fomentar mais o investimento na capacitação dos educadores. "É preciso ter pessoas capacitadas para interagir, pessoas que entendam a gente". (Relato colhido de um homem, no dia 05/07/2017). Os educadores que trabalham nas Casas de Acolhimento são por elas contratados. O Núcleo Municipal do Movimento Nacional da População de Rua, já cobrou da Secretaria Municipal de Assistência Social a capacitação e a sensibilização dos profissionais dos serviços que compõem a rede que atende as pessoas em situação de rua. O pedido foi feito, principalmente, devido às denúncias de violência por parte da Guarda Municipal e foi atendido através da Política Municipal para População em Situação de Rua, Decreto nº 1.385/2014.

Como podemos ver, são várias as reivindicações que dizem respeito às Casas de Acolhimento. Mas, a que mais apareceu nos debates da Pré-Conferência foi a necessidade do aumento do número de vagas, que também é uma das reivindicações do movimento e, como pudemos ver no segundo capítulo, está presente na carta de reivindicações entregue ao Ministério Público. Mas, infelizmente, ainda é um grande problema. Sobre esse ponto de pauta, todos mostraram concordar, dizendo que a quantidade de vagas deve ser maior.

Uma das reivindicações feitas veio da mesma mulher que reclamou

sobre a dificuldade em ter filhos nas Casas de Acolhimento femininas. Ela também reivindica a construção de uma Casa de Acolhimento para famílias. Pois, ela fica na Casa de Acolhimento Feminina com as crianças e seu companheiro em outra Casa de Acolhimento, impossibilitando o convívio familiar, tão importante para as pessoas que estão em situação de rua.

Essa modalidade¹² de acolhimento é uma realidade no município de Maceió desde agosto de 2017, por exemplo, quando foi adotada pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A Casa conta com 10 quartos para atender as famílias em situação de rua, com a intenção de que a família não se separe em abrigos femininos ou masculinos, privando principalmente as crianças do convívio familiar. As reivindicações sobre as Casas de Acolhimento estiveram presentes em todos os grupos, mesmo quando não estavam em consonância com o tema proposto pelo eixo de discussão. As reivindicações não se davam apenas sobre o número de vagas, mas também com reclamações sobre a estrutura e a forma de trabalho das equipes. Além da discussão sobre as câmeras, foi possível identificar reclamação sobre o uso de drogas no interior dos abrigos, a falta de transparência sobre recursos repassados pelo município e o cardápio da alimentação que pouco varia.

Também tiveram os que reclamaram sobre as regras de um ou outro abrigo serem muito rígidas. Poucos mostraram acreditar serem flexíveis. Muitos disseram que as casas não funcionavam bem. O curioso é que as maiores reclamações sobre a rigidez foram feitas à Casa de Acolhimento que alegam ter consumo de álcool e drogas. Tais considerações acerca dessa instituição pudemos encontrar nos Trabalhos de Conclusão de Curso do final da década de 1990. Desde aquele período, essas instituições já apresentavam tal problema.

Não conseguimos acompanhar as discussões de todos os grupos porque elas aconteceram simultaneamente. Mas, é importante enfatizar que assim como a maioria dos presentes eram homens, as falas mais presentes também foram feitas por homens, apesar da considerável participação e intervenção das poucas mulheres presentes. Uma das reivindicações que me chamou bastante a atenção foi sobre a construção de canis nos albergues, pois segundo relatos que apareceram

¹² Ver mais sobre a modalidade do acolhimento de famílias no site da prefeitura de Maceió. <http://www.maceio.al.gov.br/2017/08/casa-de-passage-familiar-atende-familias-em-situacao-de-rua/>

na discussão, têm pessoas que não aceitavam acolhimento pelo fato de não aceitarem animais. O proponente era um homem negro, que tinha aproximadamente 45 anos e defendeu que “o morador de rua tinha que poder levar o cachorro, pois, às vezes, o cachorro é tudo o que ele tem. O abrigo tem que ter um canil”. (Relato colhido de um homem, 05/07/2017).

No ano de 2016 a prefeitura de Porto Alegre¹³, por exemplo, inaugurou o primeiro abrigo do país que conta com serviço de canil. Este espaço atende até 15 cachorros. O Centro POP conta com este serviço, mas em Londrina os abrigos não possuem espaço para os animais que acompanham as pessoas em situação de rua.

Mas reivindicações de outras naturezas também surgiram. Por uma questão de recorte, abordarei as que foram destinadas à Secretaria Municipal de Assistência Social. Das tantas reclamações que apareceram sobre os benefícios que a população em situação de rua tem direito, mas pouco tem acesso, uma delas dizia respeito ao Centro POP. Falaram sobre a insuficiência da disponibilização de materiais para higienização, banho e disposição de roupas. Atualmente são disponibilizados nas dependências do Centro POP 30 banhos por dia e na Casa de Passagem 10 banhos por dia.

Também referente aos Centros mantidos pelo município por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, surgiram reclamações sobre o fato das sedes dos Centros de Atendimento Psicossocial serem distantes do centro da cidade. Essa foi uma reclamação que também esteve presente na Carta de Reivindicações elaborada pela coordenação do MNPR/Núcleo Londrina. Essa reivindicação se dá pelo motivo de que as pessoas em situação de rua se concentram mais na região central e o CAPS/AD está localizado no bairro Milton Gavetti, que fica na Zona Norte da cidade, dificultando o acesso dessas pessoas. É importante existir a descentralização desses serviços, principalmente se pensarmos no acesso das populações carentes do ponto de vista social e econômico.

Mas, como já dito anteriormente, o CAPS AD não é de uso exclusivo da população em situação de rua, logo, estando distante do centro da cidade, o acesso para essa população fica dificultado como observado nos relatos dos

¹³ Veja mais sobre a primeira casa de acolhimento para pessoas em situação de rua que conta com canil, Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidadao/default.php?p_noticia=187626

presentes na Pré-Conferência. Eles deixam de buscar atendimento porque encontram dificuldades para se deslocar até outras regiões da cidade.

Apareceram também reivindicações sobre a oferta de cursos para alfabetização. Apontaram, inclusive, que essa tinha sido uma proposta aprovada na última Pré-Conferência do segmento, que aconteceu no mês de maio de 2015, mas que não houve prosseguimento de ações para a resolução do problema. Ainda sobre a educação é importante enfatizar a reivindicação da Carta do Movimento, que aponta a dificuldade das pessoas em situação de rua acolhidas de frequentarem as instituições de ensino por conta do toque de recolher.

Um senhor de aproximadamente 60 anos, que quase não se pronunciou durante o debate, disse que “precisa ter escola, sou analfabeto”. (Relato colhido de um senhor, 05/07/2017). Então, outro senhor que aparentou ter uns 55 anos, que esteve entre os mais ativos das discussões, interveio em favor do colega, dizendo: “tem que ter escolas. No nosso país não pode existir analfabeto. Isso é um crime pra nós”. (Relato colhido de um senhor, 05/07/2017). Defendemos que para a educação para a população em situação de rua não basta a transferência mecânica de conteúdos, é necessário que ela contribua com a valorização do indivíduo e com sua emancipação, enquanto homem/mulher de direito e que tenham condições de reivindicá-los e de exercê-los plenamente.

O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação. (FREIRE, 1978, p.43).

Este mesmo senhor que colaborou com a reivindicação do colega, defendeu também que o principal problema vivenciado cotidianamente pela população em situação de rua é o preconceito, porque devido a ele não conseguem encontrar emprego, que acredita ser a maior necessidade de quem se encontra nessa situação de vulnerabilidade social.

Além do preconceito, das discriminações e do estigma que dificultam o acesso de pessoas em situação de rua ao trabalho formal, persiste no imaginário social uma crença de que essas pessoas não trabalham direito, que são vagabundas e/ou que são preguiçosas para trabalhar. Há também um problema apontado por Vieira, Bezerra e Rosa (1992), que é a resistência e a recusa em

contratar pessoas que tenham uma “carteira de trabalho limpa”, não preenchida ainda. Essa resistência contribui com a baixa autoestima dessa população que passa a acreditar cada vez menos em si.

Efetivamente o emprego se torna cada vez mais difícil. Até mesmo firmas de trabalho temporário resistem à contratação de trabalhadores com carteira profissional limpa, que evidencia inexperience ou pode indicar uma carteira nova que oculta períodos longos de desemprego ou muita rotatividade. Essa situação sem saída aprofunda nesses trabalhadores a percepção de si como fracassados. Na prática restam-lhes as atividades que o mundo da rua oferece como possibilidade. (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1992, p.87).

O direito ao emprego foi defendido por ele em diversas intervenções, como sendo a possibilidade da construção de alternativas para sair da situação de rua. É a partir desta perspectiva, trazida pelo próprio sujeito de pesquisa, que apontaremos a centralidade do trabalho para a autovalorização, o resgate da autoestima e da dignidade da pessoa em situação de rua. Pensamos o trabalho como uma ferramenta que possibilita a saída das ruas, mesmo considerando que este não é o único elemento, pois não basta ter um emprego. Apesar de importante, consideramos ser necessário articular serviços, políticas e programas que incentivem a saída das ruas e a apropriação da cidadania por parte dos indivíduos.

A dissertação de Luciano Freitas de Oliveira (2012), “Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população” traz um elemento interessante, sugerindo uma estratégia que pode ser utilizada pelos municípios. Vimos, por meio dessa pesquisa que, Luiza Erundina, ex-prefeita da cidade de São Paulo, além de aumentar as vagas em abrigos, adotou políticas de inclusão das pessoas em situação de rua através do trabalho.

De acordo com Barros (2004), em relação as novas maneiras de gerenciamento dos *moradores de rua* na cidade de São Paulo nesse período, apresenta-se como exemplo o Governo da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), em que foram desenvolvidos vários projetos com o objetivo de alocar essa população no mercado de trabalho, como o “Mutirão da Cidade”, que consistia em limpar as ruas, tapar buracos, além da produção de blocos e vassouras. Aliado a isso, houve a ampliação de vagas em albergues e a criação das Casas de Convivência¹⁰, sendo que tais serviços continuaram a existir após o término da gestão petista na cidade de São Paulo. (OLIVEIRA, 2012, p.24)

4.2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO RESGATE DA AUTOESTIMA

Foi participando da Pré-Conferência abordada no tópico anterior, que conseguimos perceber a importância do trabalho para quem está em situação de rua. Através das intervenções de um senhor que são descritas neste tópico é que pudemos delimitar o tema, compreendendo como esse elemento fundante, ou melhor, a sua ausência, contribui para a chegada às ruas. Em contrapartida, o acesso a um trabalho digno também torna-se fundamental para a saída das ruas. Além da participação da Pré-Conferência, que nos despertou sobre o tema trabalho, a obra da pesquisadora Maria Luiza Lopes da Silva, que é professora da Universidade de Brasília também relaciona a situação de rua com o mundo do trabalho. Assim, foi principalmente a partir destes dois elementos que construímos este tópico.

No primeiro capítulo apontamos como o desemprego se apresenta como um dos condicionantes do fenômeno população em situação de rua, possibilitando a desfiliação social, compreendida por nós como exclusão social, quando combinada com outros fatores, como por exemplo, o rompimento de vínculos familiares, a ausência de moradia fixa e a utilização da rua como espaço para “morar”. Assim é definida a população em situação de rua no Decreto nº 7.053, que institui a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2009).

O desemprego, considerado por nós não apenas como uma característica dessa população, mas como uma condicionante, passa a ter outros significados a partir da chegada às ruas, como podemos ver na obra de Silva, (2009). A pesquisadora da área de Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Maria Lucia Lopes da Silva, em seu livro “Trabalho e população em situação de rua ano Brasil” (2009), organizado a partir do desdobramento de sua dissertação de Mestrado “Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil (1995-2005), defendida em 2006, mostra a centralidade do trabalho nas discussões sobre o fenômeno da população em situação de rua.

Essa centralidade, segundo a autora (2009), se dá porque a ausência do trabalho – e mais, do trabalho formal, com registro em carteira e direitos

assegurados – faz com que a classe trabalhadora torne-se vulnerável, possibilitando a chegada das pessoas à situação de rua. A ausência de emprego, de garantias e de direitos caracteriza, então, a vulnerabilidade da classe trabalhadora e faz com que esta seja marcada pela miséria, possibilitando o que no primeiro capítulo consideramos como exclusão social.

Sua pesquisa (SILVA, 2009) aborda os desdobramentos das crises do capitalismo, que desde sua instituição promoveu o aumento da quantidade de pessoas em situação de rua, pois mudou a lógica social e as concentrou nos centros urbanos, pessoas estas que se encontravam desamparadas pela brusca mudança que a sociedade estava passando. Silva (2009) afirma que a ascensão do capitalismo possibilitou também a ascensão do fenômeno população em situação de rua, e que posteriormente, suas crises contribuíram com a ampliação significativa do problema.

O recorte que construiu, a partir do qual elaborou sua dissertação, lhe permitiu afirmar que devido à centralidade do trabalho nas relações sociais, o neoliberalismo no Brasil, que esteve na agenda dos governos da década de 1990, principalmente os do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, é de que o número de pessoas em situação de rua aumenta quando também aumenta o índice de desemprego, e o trabalho informal, orientados pela desregulamentação das leis trabalhistas (SILVA, 2009).

A pesquisadora utiliza como fonte de dados os censos destinados à população em situação de rua realizados pelas prefeituras de Porto Alegre (1995;1999), Belo Horizonte (1998;2005), São Paulo (2000;2003) e Recife (2004;2005), pois a pesquisa foi feita antes da realização do Censo Nacional. Através da disponibilidade destes dados, a pesquisadora (2009) demonstrou a relação que a população em situação de rua tinha com o trabalho, antes e durante a chegada nas ruas.

Sobre essas pesquisas feitas pelas prefeituras de capitais, que foram as únicas realizadas antes do Censo Nacional de 2007-2008, nos chamou a atenção o fato de que todas compartilhavam um elo comum, pois com exceção da prefeitura de Belo Horizonte em que o Partido dos Trabalhadores ocupava a vice, (que em 2001 o então vice-prefeito Fernando Pimentel assumiu o cargo devido ao afastamento do prefeito Célio de Castro), as outras três cidades eram governadas pelo PT. Em Porto Alegre com Tarso Genro e Raul Pont, em São Paulo com Marta

Suplicy e em Recife através do ex-prefeito João Paulo Lima. Essa ligação não foi levada em consideração pela autora (2009), mas creio que seja um ponto importante, pois revela o interesse político partidário pela população em situação de rua.

Posteriormente, quando o mesmo partido alcançou a presidência da república, como apontamos no segundo capítulo, houve uma sensibilidade e interesse por parte do Governo para atender as pautas da população em situação de rua. Até porque, o Partido dos Trabalhadores tem em sua trajetória o alinhamento aos movimentos sociais que clamam pela instituição de políticas públicas, direitos e seguridade social.

Foi possível notar esse interesse não apenas do governo federal, pois, como pudemos ver, ele também esteve presente em quatro capitais de estado que foram governadas pelo Partido dos Trabalhadores, assim como a iniciativa da primeira prefeita pelo PT em São Paulo, Luiza Erundina, em incluir a população em situação de rua em políticas públicas de trabalho. Esse fato apresenta não um interesse pontual ou inesperado, mas o interesse baseado no entendimento e nas orientações das pessoas que construíam o partido. Portanto, não acreditamos que seja uma coincidência e entendemos que esse elo em comum entre as quatro cidades pesquisadas pela autora, deveria ter sido ao menos elencado, pois tem sua relevância para a compreensão de tais pesquisas. Os outros significados do desemprego que podemos enxergar na pesquisa de Silva (2009), estão relacionados principalmente com o fato da ampliação da quantidade de pessoas que chegam às ruas por conta da flexibilização das leis trabalhistas, do desemprego e do aumento do trabalho informal.

Segundo Silva (2009), a reestruturação do capitalismo, na tentativa de não diminuir os lucros obtidos pelos empresários, no fim na década de 1980 e começo de 1990, adotou como estratégia onerar a classe trabalhadora, promovendo o desemprego e desregulamentando os direitos trabalhistas, o que impulsionou o mercado de trabalho informal, que por sua vez ampliou as dificuldades para a supressão das necessidades da organização familiar, devido à instabilidade financeira. A autora compreende que essa reestruturação do capitalismo apresenta quatro grandes marcas sobre as ocupações. A primeira marca apresentada pela autora (2009) está no aumento do trabalho informal em detrimento dos empregos com carteira assinada, que durante o período pesquisado por ela, estiveram em

declínio.

Comparativamente ao período entre 1940 e 1970, em que, para cada dez postos de trabalho criados, somente dois não eram assalariados e sete eram com registro em carteira, nota-se uma completa inversão. Essa tendência se confirmou no início do novo milênio, quando, em 2002, a participação dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria no total das ocupações alcançou 47,2%, embora tenha diminuído para 45,5, em 2003 (Ipea, 2005). (SILVA, 2009, p.217).

A segunda marca apontada pela pesquisadora (2009) se refere à redução de ocupações no setor industrial, que diminuiu ocupações que exigiam maior qualificação e aumentou-as no do setor de serviços. Em contrapartida, o aumento de empregos na área de serviços é a terceira marca apontada pela autora.

A segunda marca é a drástica redução das ocupações na área da indústria de transformação. Com base nas informações de Pochmann (2001^a), em 1980 os empregos na indústria de transformação representavam cerca de 20% do total das ocupações do País, ao passo que em 1999 esse indicador caiu para menos de 12%. (SILVA, 2009, p. 217).

A última marca apresentada pela autora refere-se ao considerado segmento não-organizado, que indica crescimento na década de 1990 e também representa as ocupações das pessoas que estão em situação de rua.

O estudo sobre o fenômeno população em situação de rua no Brasil no período entre 1995 e 2005 aponta que as principais atividades realizadas pela população em situação de rua, nesse período, para obter rendimento são aquelas incluídas na dimensão ocupacional do segmento não organizado, principalmente serviços ligados a cuidar de carros, engraxates, coleta de materiais recicláveis, entre outras. (SILVA, 2009, p.221).

Essas marcas possibilitam o fenômeno população em situação de rua e apresenta alguns aspectos que, através de análise dos resultados das pesquisas realizadas pelas quatro capitais de estado, confirmam e dão sustentação para as defesas da autora (2009). Dentre estes aspectos, destacamos o que relaciona o desemprego à baixa escolaridade. Como pudemos ver na caracterização da população em situação de rua, é uma população em que a maioria não possui o Ensino Fundamental concluído e, segundo Silva (2009), essa tem sido a população mais atingida pelo desemprego. Afinal, o mercado tem se interessado cada vez mais

por pessoas com maiores níveis de escolaridade.

Também é possível verificar, entre os aspectos elencados pela autora (2009), o fato de que os homens têm sido mais afetados pelo desemprego do que as mulheres, fato este que também podemos relacionar com os mais de 80% de homens que compõe a população em situação de rua.

[...] os analistas da Fipe, em estudo específico sobre o desemprego, concluem que “a parcela estrutural do desemprego ao longo do tempo está mais associada à taxa de desemprego dos trabalhadores homens e chefes de família, enquanto as taxas de desemprego dos outros membros do domicílio parecem mais sensíveis a variações conjunturais, incluindo mudanças na taxa de participação desses trabalhadores no mercado” (FIPE, 2002: p.30). (apud SILVA, 2009, p. 230).

Outro aspecto que abordamos, à luz da pesquisa de Silva (2009), se refere ao desemprego em Regiões Metropolitanas, que, vale salientar, são as regiões mais procuradas pelas pessoas em situação de rua por possibilitar uma lógica mais complexa que permite sua sobrevivência. É importante também considerar que grande parte das pessoas em situação de rua moram no mesmo município em que residiam antes de chegar às ruas.

O *Radar Social* de 2005 e de 2006 informa que os estados que possuem Regiões Metropolitanas são, em geral, os que apresentam maiores percentuais de desemprego, sendo que “a taxa de desemprego metropolitana subiu de 7% para 13% entre 1995 e 2003, enquanto a de áreas não metropolitanas passou de 5% para 8,2%” (Ipea, 2005: 32). (SILVA, 2009, p. 233).

Outro fato que a autora (2009) acredita estabelecer relação com o aumento do fenômeno população em situação de rua se dá pelas áreas que mais foram afetadas pelo desemprego, entre os anos de 1991 e 2002. Silva (2009) aponta que em 1991 a indústria marcou 30,2% da taxa de desemprego e em 2002, 17,6%, sendo que no setor de serviços, em 1991 correspondia a 35% e em 2002, 42,7%.

Com isso, entendemos que o setor de serviços passou a frente da indústria, assumiu maior abrangência e tornou-se, em 2002, o maior responsável pelo desemprego. As ocupações oferecidas pela indústria, que necessitavam de alguma qualificação, tiveram grande redução em seus postos de trabalho, enquanto, simultaneamente, o setor de serviços conseguiu expandir. (SILVA, 2009).

Já as ocupações cujos postos de trabalho foram ampliados, no mesmo período, também em variação absoluta, são: trabalhadores em conservação e limpeza, trabalhadores em construção civil, professores de ensino médio, trabalhadores da agropecuária polivalentes, trabalhadores do comércio, cozinheiros, recepcionistas, garçons, padeiros, confeitários, telefonista, telegrafista, trabalhadores de pecuária etc. (SILVA, 2009, p. 215).

Este último tópico, consideramos ser o mais importante, pois a autora (2009), compreende que as pesquisas realizadas pelas capitais antes dos anos 2000 apresentavam que grande parte das pessoas em situação de rua, antes de chegar nessa condição, haviam trabalhado justamente nas atividades desenvolvidas pela indústria, empregos qualificados que apresentaram em 1991 alta taxa de desemprego. Ou seja, as pessoas em situação de rua que afirmaram desempenhar anteriormente as profissões que são apontadas em outra pesquisa como as ocupações que sofreram baixa no mercado formal, são na realidade, as pessoas que ocupavam tais cargos e tornaram-se desempregadas.

Não desconsideramos outros marcadores que compõem a população em situação de rua, mas consideramos, assim como a autora (2009), que essa é uma das explicações relevantes para a chegada às ruas. Pois, consegue-se relacionar a ocupação que a pessoa em situação de rua tinha anteriormente com o desemprego que assolou tais ocupações.

Silva (2009) ainda aponta que as pesquisas realizadas após os anos 2000 mostram que as pessoas em situação de rua neste período já não dizem mais ter desempenhado funções do ramo industrial ou que necessitassem de qualificação, mas que correspondem à área de serviços, como por exemplo, a construção civil. Novamente é possível confirmar que o desemprego é um dos motivos que leva a pessoa à situação de rua, pois em diferentes momentos as ocupações apresentadas pelas pessoas em situação de rua pesquisadas, correspondiam às ocupações que recentemente tinham sofrido com o desemprego. A preocupação de Silva (2009) não se restringe a apontar o trabalho como condicionante à situação de rua, ela também apresenta dados sobre a relação que os indivíduos têm com o trabalho enquanto estão vivendo nas ruas.

Por outro lado, na condição de rua, assumiram ocupações cada vez menos qualificadas (catadores de materiais recicláveis, ajudante de pedreiro, auxiliares de serviços, vigia de carro nas ruas, limpador de parabrisas, engraxate etc). (SILVA, 2009, p. 215).

Acreditamos que estes aspectos auxiliam na compreensão do fenômeno, pois, apresentam relação com os dados das pesquisas que Silva (2009) analisou e também com os resultados obtidos pelo I Censo Nacional (2007-2008). Com sua análise, podemos refletir sobre a forma como a população em situação de rua adquire renda, que como mostrado na caracterização, se dá através do trabalho informal e não-organizado.

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2007-2008) afirma que 52,6% dos entrevistados recebiam entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais, o que confirma que entre os elementos compartilhados pelas pessoas que estão em situação de rua, está a miséria, apontada por Silva (2009). Inseridos no mundo do trabalho, através da informalidade, pessoas em situação de rua realizam tarefas como flanelinhas, como catadores de materiais recicláveis, como trabalhadores da construção civil e em pequeno índice aparece a mendicância como forma de subsistência.

Entendemos que a dificuldade em organizar-se financeiramente por conta do desemprego, do arrocho salarial ou da não formalidade do trabalho, que pode influenciar que o indivíduo desenvolva baixa autoestima e que torne-se vulnerável a ponto de chegar à situação de rua. Também entendemos que a ausência de um emprego formal, uma boa oportunidade trabalho torna a saída das ruas mais distante. Pois o trabalho informal não dá garantias e muitas vezes é desenvolvido em condições precárias.

Silva (2009) aponta que o trabalho é historicamente importante para o homem, não apenas como ferramenta de transformação da natureza, ou fonte de subsistência, mas porque o trabalho possibilita a estruturação da sociabilidade humana, das relações sociais.

A produção é, pois, uma atividade social e histórica. E, como tal, não produz apenas objetos materiais, mas relações sociais entre pessoas, classes, embora essas relações estejam ligadas a coisas e apareçam como coisas. (SILVA, 2009, p. 39).

Devido a essa centralidade do trabalho em relação à sociedade e às relações sociais, compreendemos que encontrar-se fora das relações formais de trabalho, não ter acesso a bons empregos e não ter a possibilidade de planejar e sentir-se seguro financeiramente, são fatores que contribuem para a vulnerabilidade social.

É justamente porque o trabalho se faz presente e é uma peça fundamental para a vida em sociedade, que apontamos a importância em construir políticas de inserção das pessoas em situação de rua no ambiente do trabalho, pois, trabalhar é visto como uma tarefa digna, e considerar-se digno é um dos elementos necessários para o resgate da autoestima do indivíduo que está em situação de rua.

Na Pré-Conferência abordada no tópico anterior, tivemos contato com uma pessoa em situação de rua, um senhor, que se dedicou a discutir a importância e a necessidade do trabalho para a saída das ruas. As intervenções desse senhor, que empunhou a bandeira do emprego nas discussões que construiriam as propostas que a população em situação de rua apresentaria na Conferência Municipal de Assistência Social, fizeram menção à falta de incentivo do poder público na garantia de emprego para essas pessoas.

Entre as falas deste senhor, estava a denúncia de que as pessoas em situação de rua se deparavam com muito preconceito ao procurar emprego. Como, por exemplo, o fato de na entrevista de emprego, ao serem questionados sobre onde moram e citarem o abrigo, as portas se fecharem e verem a oportunidade ser totalmente perdida. Sobre o preconceito e o estigma social enfrentados pela população em situação de rua, discutimos no primeiro capítulo que elas, quando vistas, são vistas de forma pejorativa, como pessoas preguiçosas e folgadas. Ora, se o empregador entende que a pessoa em situação de rua é folgada, porque então daria um emprego para ela?

É por isso que este senhor comprometido com a bandeira do emprego propôs em uma de suas intervenções que o município se responsabilizasse em criar uma campanha de conscientização da população em relação às pessoas em situação de rua e também políticas de incentivo ao emprego. Em um momento este senhor disse: “precisa tirar do slogan da cidade que a pessoa que mora num albergue não sabe trabalhar. É necessário que vocês (poder público) façam um slogan que albergario também é gente, não é bandido”. (Relato colhido de um senhor, 05/07/2017).

Nessa fala é possível enxergar a dificuldade que é enfrentar as barreiras impostas por causa do estigma impregnado contra a população em situação de rua. O “slogan” a que o senhor se referiu, é ao preconceito, que segundo ele, existe na cidade, preconceito esse que dissemina que pessoas em situação de rua não sabem ou não gostam de trabalhar. Esse “slogan” cria uma imagem

pejorativa e caricata da população em situação de rua, que já encontra tantas outras dificuldades em sobreviver e estabelecer relações sociais. Entre outras falas desse senhor em relação ao emprego, adveio uma proposta de qualificação profissional e de incentivo para incluir a população em situação de rua no mercado de trabalho. Ele disse:

Que cada albergue faça uma reciclagem profissional de cada um. Se der um emprego a alguém, vai sair da rua. Aqui fica difícil, tá comendo um pão e já coloca outro no bolso, porque não sabe se vai comer depois de novo. Tem que ter uma promoção do comércio, adote um albergado, dê oportunidade para ele trabalhar. (Relato colhido de um senhor em 05/07/2017).

Ele também defendeu que essa qualificação se estabelecesse “nas áreas da marcenaria, panificação e serralheria” (Relato colhido em 05/07/2017). Pela sua fala, vimos que esse senhor acredita firmemente que a oportunidade ao emprego é o primeiro passo em direção a construção de um caminho de possibilidades, que resgate a autoestima e o sentimento de pertencimento social.

Analisando a participação deste senhor na Pré-Conferência, foi possível refletir sobre a importância do trabalho enquanto ferramenta que viabilize o resgate do indivíduo. As suas falas tiveram apoio das outras pessoas em situação de rua que faziam parte do grupo de discussão. Então, pudemos perceber que o trabalho para a população em situação de rua significa muito mais do que a inserção no mercado de trabalho. Ele possibilita a dignidade, a cidadania e, mais do que isso, a saída das ruas. O trabalho é uma alternativa que torna possível que as pessoas em situação de rua voltem a acreditar em si e no seu potencial.

Há uma crença, incutida no imaginário social e disseminada pelo senso comum, de que “morador de rua” é “mendigo”, “vagabundo”, “desocupado”, “preguiçoso”. Esse estigma dificulta o acesso da população em situação de rua ao emprego e ao exercício dos demais direitos. Isso colabora com a conservação da vulnerabilidade social, pois faltam políticas de incentivo ao emprego, que viabilizem e garantam possibilidades para a reinserção dessas pessoas na sociedade.

Não descartamos ou desconsideramos alternativas de cooperativismo, principalmente porque a ocupação que mais aparece entre as pessoas em situação de rua é o recolhimento de materiais recicláveis. Mas entendemos que o mercado informal não dê estabilidade, e, em contrapartida, não dê segurança. Enquanto que para uma pessoa que está tentando sair das ruas, ter

estabilidade é fundamental, para evitar um rompimento com o processo de resgate social.

Entendemos também que para tornar possível esse resgate social, a pessoa precisa voltar a acreditar em si. Sabemos que é mais fácil acreditar em si quando outras pessoas também acreditam. Por isso, defendemos que propiciar um emprego para uma pessoa em situação de rua é mais do que possibilitar uma renda fixa e a reinserção no mercado de trabalho, é mostrar que acredita no indivíduo e incentivar que ele também acredite em si.

4.3 A INSTITUCIONALIDADE E A DESCRIÇÃO DO EU: PERCEPÇÕES DE UM MESMO DEBATE

Neste tópico apresentamos as três entrevistas realizadas, buscando debatê-las por tópicos, o que não será possível em todos os momentos, pois as entrevistas não seguiram um formulário. A metodologia utilizada foi a de entrevista não-estruturada, o que em alguns momentos impede a relação entre elas. Também, devido a essa questão, alguns debates serão apresentados individualmente, por terem sido abordados em apenas uma pesquisa, mas que são questões que consideramos necessárias trazer, principalmente para confirmar o que foi desenvolvido ao longo deste trabalho.

Consideramos importante dizer que a realização das entrevistas, por se tratarem de entrevistas em profundidade, possibilitaram situações em que os entrevistados emocionaram-se, chegando a chorar. Isso aconteceu porque ao reviver momentos de suas vidas, o homem em situação de rua e a socióloga entrevistados, se depararam com lembranças que afloraram seus sentimentos e deixou-os em uma condição de vulnerabilidade.

Na primeira entrevista essa situação se deu em três momentos, nos quais ele demonstrou conviver com sentimentos de culpa e fracasso. Entendemos que para a realização de entrevistas seja necessário um preparo do pesquisador, que ao adentrar temas delicados que podem aparecer, precise saber lidar com a situação. Não estávamos preparados para isso e no momento não soubemos como agir. Se é que seja aconselhável agir em uma situação dessa, sendo que pode interferir no andamento da pesquisa. Mas, compreendemos que apesar de não agir

de determinada forma caso aconteça uma situação inusitada dessa, que o pesquisador deve partir para a entrevista tendo, no mínimo, a consciência de que situações como essa podem acontecer no decorrer da entrevista.

É importante ter em mente que pessoas em situação de rua tem trajetórias de vida muito difíceis e que apresentam o acúmulo de marcadores sociais, por isso, é provável que emocionem-se ao rememorar acontecimentos. No geral, entendemos que essa preparação do pesquisador para as condições adversas que possam se fazer presentes em uma entrevista, serve para todo trabalho de campo, observação participante e entrevista, especialmente as semi-estruturadas ou não-estruturadas. Mas, percebemos que esse preparo é ainda mais importante se a entrevista se der com sujeitos que sofrem com discriminações e exclusão social.

A primeira entrevista foi realizada em 22/12/2017 nas dependências do Centro POP no período da manhã. Nesta ocasião, por estar próximo da comemoração do Natal, o café da manhã servido para as pessoas em situação de rua foi mais elaborado, com cachorro quente, frutas, bolo, refrigerante e café. Foi possível perceber a atenção dos trabalhadores que interagiram com as pessoas em situação de rua e o agradecimento dessas pessoas, que se transformou em palavras.

Essa entrevista aconteceu após o café da manhã, quando a pessoa em situação de rua, um homem de 38 anos, que está há 10 anos em situação de rua, chegou ao Centro POP. Disse ter se atrasado porque estava evitando espaços com muita gente, por estar “paranoico”. Logo ele começou a contar sua história. Segundo ele, teve uma vida “normal”, mas que desandou principalmente por causa das drogas, o que fez com que ele perdesse o trabalho e a família.

Tive uma vida normal, fui criado desde criança, né, um aluno exemplar, e aos 12 anos de idade a gente teve que se mudar de endereço e perdi o ano letivo e dali começou todo o meu embaralho social. (Relato colhido em 22/12/2017).

O entrevistado contou que com a morte de seu pai, quando tinha apenas 6 anos, sua mãe foi viver a vida dela e ele foi criado pela avó. Quando tinha 12 anos, sua avó também morreu. Ponto em que começa o tal “embaralho social”, apresentado por ele.

Porque meu pai morreu eu tinha de 6 pra 7 anos, aí a minha mãe ficou meio bicho solto né, aí a minha vó que me cuidava. Aí aos 12 anos minha avó morreu. Nisso eu já tinha meus contatos né, porque eu dançava. Dançava não, né? Danço até hoje. Danço hip hop, danço forró também, aprendi a dançar com a minha mãe. Aí minha vó morreu e eu desandei mesmo, comecei a fumar maconha, na época a cocaína era muito visada, eu ia até cheirar cocaína com os caras mais velhos né. E eles faziam assim, a rapaziada mais velha, eles faziam fogueira, tomava vinho e fumava um baseado. Aí sempre que ia acontecer esse tipo de evento, a única criança que tava no meio era eu. (Relato colhido em 22/12/2017).

Como visto, o álcool se faz presente em sua vida desde muito cedo, o que segundo ele levou a outros caminhos que contribuíram com a sua condição atual. O álcool e as drogas são, segundo o entrevistado, o motivo para o desligamento do emprego, do compromisso com o trabalho e que motivou conflitos familiares. Ao longo do trabalho vimos algumas indicações de como o papel de chefe de família, quando fracassado, contribui com a chegada às ruas, por motivar a baixa autoestima.

Meu primeiro emprego foi mais ou menos com 13 anos de idade, eu ajudava o namorado da minha mãe, eu auxiliava, eu era servente de pedreiro. Aí eu mandei, eu enviei um currículo no Viscardi, fui contratado com 14 anos eu já estava trabalhando no Viscardi. Aí eu fiquei um ano e dois meses no Viscardi, saí com 15 anos. Logo na sequência eu arrumei um serviço de entregar revista, se chama "BH Longui", o que significa eu não sei. Aí eu trabalhava meio período de manhã entregando revista e a tarde eu ficava tranquilo. E na época tinha muito boleto bancário, aí a Dona Arlete, lembro até hoje, ali na Vila Recreio, eu comecei a entregar boleto bancário pra ganhar um dinheiro a mais, eu queria comprar uma mobilet, que era o sonho né. Aí eu não sei qual o tempo que eu trabalhei nessa empresa. Depois dela, acho que depois dela eu comecei a trabalhar, eu já comecei a mexer com pintura. Comecei aprender a pintar com uns amigos meus, e logo na sequência eu comecei a trabalhar, se chama... eu não lembro da empresa, fazia salgadinho, né um amigo meu que arrumou esse emprego e me indicou. Era lá na rua Mangaba, no Jardim Interlagos, lá eu fiquei mais ou menos um ano e oito meses. Isso já tinha uns 17 anos de idade. Nisso eu enviei um currículo lá na Dixie Toga e fui contratado pra trabalhar como operador de prensa. É uma empresa de embalagens lá de São Paulo que se estabeleceu lá no 5 conjuntos. Ela faz embalagens flexíveis, faz maço de cigarro, faz embalagem de bombom da Garoto, da Nestlé, sonho de valsa. Mas eu trabalhava terceirizado em uma empresa que chamava Lipel lá de SP também e prensava papel. Aí eu trabalhei pouco tempo, nisso eu já tava, já comecei a desregrar minha vida, comecei a sentir os efeitos da minha vida sendo desregrada. Comprei uma bicicleta para trabalhar, um dia muito alcoolizado caí de bicicleta e não fui trabalhar uns dias e fui demitido. (Relato colhido em 22/12/2017).

O conflito entre droga e trabalho foi apresentado por ele em vários pontos da entrevista. Pudemos confirmar os resultados de pesquisas em que essas variáveis são predominantes e até mesmo coexistem no indivíduo. Na vida do entrevistado, o álcool e as drogas fizeram com que ele não conseguisse mais cumprir o papel de chefe de família, o que viabilizou sua ida às ruas. Neste trecho ele apresenta a relação que fazia entre a droga e o trabalho.

Nesse meio tempo do desemprego, eu encontrei um documento de um dentista lá no centro e eu fui ver o preço do tecido pra gente fazer a roupa, porque a gente tinha algumas apresentações pra fazer. Aí nisso eu cheguei no apartamento que a minha mãe trabalhava de doméstica né e fiz a ligação pro rapaz. Ele falou que ia buscar os documentos né, eu falei: pode deixar que eu levo pro senhor. Aí ele me ofereceu um tratamento odontológico completo né, ele restaurou um dente que tava quebrado, fez tratamento de canal e restaurou o resto. Aí eu arrumei um emprego na gráfica, na minhas primeiras férias eu já tava envolvido com o crack já, eu trabalhava na época eleitoral, eu aprendi a mexer nas máquinas né, eu era impressor, comecei como auxiliar de produção, passei a cortador, de cortador eu comecei a mexer como impressor. Daí na época de eleição como eu era tipo o funcionário mais velho assim, que trabalhava nas máquinas, eu que ficava responsável pelo horário noturno. Aí que que eu fazia, a gráfica era lá no pindorama, eu descia lá na Santa Terezinha, pegava droga, mas só que tipo assim o crack eu não fumava no trabalho, eu cheirava a cocaína. Aí eu preparava toda a máquina, deixava ela no ponto e depois que ela tava no ponto, pronta pra ser solta eu ia lá e esquentava o prato, fazia todo aquele trabalho, deixava as carreiras prontas, colocava o prato encima do balcão, colocava a máquina pra rodar. (Relato colhido em 22/12/2017).

Entre essas pessoas, é possível perceber que as histórias de vida são histórias de muitas dificuldades, privações e obstáculos. Nas entrevistas que tivemos contato, em documentos e monografias, pudemos notar que a trajetória dessas pessoas apresenta privações de toda ordem – social, cultural, econômica, política - que são fortes condicionantes para a situação de rua.

A história de vida do entrevistado apresenta elementos de conflito nas relações familiares, tanto enquanto filho, quando na constituição de sua família, como na condição de esposo. Desde o início do casamento se apresentou uma relação conturbada. Isso fica mais evidente quando o entrevistado, por solidariedade, assumiu ser pai do bebê de sua amiga, com a qual estava se relacionando a pouquíssimo tempo.

A gente começou a ficar junto eu e a XXXX, a gente nunca tinha pensado em ficar junto, fomos criado junto, inclusive o pai da XXXX uma vez quis me adotar pra morar com eles. Ai a gente começou a ficar junto, num determinado momento eu fui na casa dela, na época tinha um negócio de locar “joguinha”, e nisso eu não trabalhava em gráfica ainda, eu trabalhava lá no salgadinho e eu aluguei uma “joguinha” e fui lá. Eu era já um pouco vivido né, eu já tinha uma determinada experiência, aí ela tava no fogão fervendo. Ai eu perguntei pra ela, ela falou “ah tô fazendo um chá”. Mas não colou. Falei “meu, você vai me falar o que ta acontecendo?” Ai ela falou “tô grávida”. Mas não era meu, era de um outro relacionamento que ela tinha acabado de ter entendeu. (Relato colhido em 22/12/2017).

Ao falar sobre a responsabilidade que assumiu ao levar a companheira para casa aos 17 anos, o entrevistado disse que já naquele momento, estava também ligado ao crime. Segundo o próprio, “tinha uma vida dupla”, pois além de fazer o uso de drogas, também estava envolvido com o tráfico.

Eu já era criminoso já. Eu já tinha biqueira, tinha uma vida dupla, de dia eu trabalhava e de noite eu tomava conta de outras coisas, eu comandava uma determinada região, onde eu morava. (Relato colhido em 22/12/2017).

Após anos, ao nascer o “filho de criação” e depois o biológico, o entrevistado disse ter abandonado emprego com carteira registrada para pintar um prédio na cidade de Resende, no estado do Rio de Janeiro. Como veremos adiante, ele diz ter problemas em seguir as regras.

Em 99 fiquei desempregado e arrumei outro serviço na Plano Gráfica. Entrei no finzinho, quase chegando no fim do ano. Aí entrou em férias coletivas, e nisso eu já era um ótimo pintor. Eu peguei uma quantia e vim embora pra casa, nisso veio uns amigos meus. Inclusive que me ensinou a trabalhar, ele e o pai dele lá do RJ, que vieram embora pra cá. Aí perguntaram “você tem dinheiro pra bancar sua passagem, aí chegando lá a gente reembolsa. Pra gente ir pra Resende, no Rio grafiar um prédio?” Ah meu, não pensei duas vezes, eu era registrado... peguei e fui. Fomos pro RJ, larguei o emprego registrado aqui em Londrina, aí fiquei 75 dias em Resende grafiando prédio lá com eles. (Relato colhido em 22/12/2017).

Este relato é interessante, pois, o entrevistado apresenta personagens de grande importância em sua vida, que segundo ele, foram as únicas pessoas que estenderam a mão quando foi parar na rua.

Porque assim, o XXXX, ele é um ótimo amigo, até me desculpe que eu me emociono, porque ele é basicamente meu irmão. Que quando eu vim pra rua a minha família não me queria, mas a família deles

estendeu a mão e falou Hugo fica aqui com a gente. Mas eu não tava dando conta de ficar sem a droga e antes que eu envergonhasse eles, né, perdendo a consideração deles eu acabei saindo sem falar nada pra ninguém. (Relato colhido em 22/12/2017).

Em diversos momentos, o entrevistado deixa transparecer mágoa por sua família, especialmente por sua mãe, pois entende que quando precisou eles não estiveram presentes. Diante dessas queixas, percebemos que esse sentimento de mágoa pode ser um dos motivos pelos quais, apesar de possuir vínculos, que segundo ele são fortes, não existe o interesse em voltar para casa, porque em outro momento sentiu-se desamparado.

O entrevistado também apresenta um sentimento de culpa referente a morte de um amigo que estava com problemas devido ao uso abusivo de drogas, amigo que por várias situações disse ter protegido e impedido que fosse morto por conta das dívidas com o tráfico. Mas, que quando sentiu-se ameaçado “permitiu” que o matassem e se sente responsável por essa situação.

Aí peguei e um dia tava em casa lá, tava ventando eu peguei e desci pra biqueira pra trabalhar. Ai chegaram em mim e falaram Hugo, nós vamo matar o Agnaldo véi. Ai eu falei, quer saber de uma coisa, pega e mata, aí eles falaram o que? Ai eu falei é pode matar, porque é o seguinte, meus filho tá crescendo, daqui a pouco os caras vão vir matar eu. Ai foram e mataram o XXXXX, sabe assim, no começo eu fiquei muito durão, mas depois que a vida foi ficando muito desregrada pra mim, eu comecei a pensar, putz né meu, foi culpa minha. Porque de uma forma meio que indireta eu poderia ter feito alguma coisa. Eu poderia ter chegado nele e falado XXXXX vai embora que os caras vão te matar. Mas eu autorizei, então isso me dói muito. Ai o diagnóstico do... a mania de perseguição que eu tava, a minha cabeça né tava totalmente perturbado, isso começou a ficar maior e eu com medo de morrer. Porque eu tinha autorizado a matar o cara, acho que é sentimento de culpa por eu ter autorizado matar o XXXXX, eu não queria morrer da mesma forma. Eu não quero. Nunca quis morrer com um tiro, embora já pensei em me matar com revólver. (Relato colhido em 22/12/2017).

Podemos verificar que a culpa na vida do entrevistado é um sentimento muito forte e que se faz presente devido a diversos fatores. Além de sentir-se responsável pela morte do amigo, também em outros momentos demonstrou esse sentimento por não ter conseguido manter sua família, por causa do uso abusivo de álcool e drogas. Essa culpa pode ser também enxergada na situação da família como o sentimento de fracasso, de impotência e o fato de não se enxergar de forma positiva, mas como um lixo.

Deixei meus filhos passar fome meu, teve uma vez que a gente só tinha arroz, feijão e abobrinha porque acho que uns passarinho derrubou umas semente de abobrinha lá no fundo da casa, e nasceu umas abobrinha lá no fundo. E, aí começou a ficar difícil, ficar difícil essas coisas. Eu dando trabalho, eu batia muito na XXXXX, teve uma vez que eu me internei, mas depois voltei (para a droga). (Relato colhido em 22/12/2017).

Após a morte que ainda o abala, devido ao que ele chama de “mania de perseguição” que também diz acreditar ter sido desenvolvido pelo uso abusivo de álcool e drogas, resolveu ir embora para São José do Rio Preto trabalhar com um tio. Mas, neste momento, o seu envolvimento com a droga era tal, que já não conseguia mais deixar o vício. Também passou a não conseguir se encaixar mais com o trabalho formal, por não conseguir cumprir as regras. Dessa forma, confirmamos a questão debatida no tópico anterior, sobre a vulnerabilidade do trabalho informal, que fez parte de sua vida no momento em que os vínculos familiares e sociais já estavam fragilizados e também hoje, na situação de rua.

Vim embora, aí acho que fiquei só no crime mesmo, aí comecei a trabalhar só com pintura, desandou tudo. Eu comecei a trabalhar como pedreiro, com pintura. Eu já não dava mais importância para o emprego. Lá na HI mesmo, teve uma vez que eu fiquei uma semana cheirando cocaína, sem ir trabalhar. Fui trabalhar uns dois dias, depois não fui mais. Quase morri, quase tive uma overdose. Foi racionais que me salvou. Eu me lembrei daquela música, “não tô sentindo meu braço, nem me mexer da cintura pra baixo”. Falei meu, vai me dar uma overdose, falei pra XXXXX me leva pro hospital. (Relato colhido em 22/12/2017).

Voltando ao que foi abordado sobre a “vida dupla” que possuía, percebemos que a relação estabelecida com a criminalidade trouxe muitas complicações para o entrevistado, que chegou a ser preso e afirmou ter abandonado o tráfico porque não queria correr o risco de voltar à prisão.

Foram lá e pegaram, aí eu fui preso. Tinha duas motos roubadas dentro de casa. Aí fiquei 28 dias, porque peguei receptação. [...] Fui lá dar o meu depoimento. Vai daqui, vai dali tal e tal... Ele falou, “vou te falar uma coisa cara, você tem família, tem residência própria, trabalha registrado, ou seja, você tem tudo pra ser solto daqui. Mas sabe porque eu não vou te soltar? Pros seus vizinhos ter um pouco de sossego”. É mole? Aí tive que pedir a conta no serviço pra pagar o advogado. Aí depois disso nunca mais trabalhei com gráfica. Aí disso passou, eu larguei mão de mexer com crime né, porque foi horrível a experiência que eu tive na cadeia, não gostei. (Relato colhido em 22/12/2017).

Quando saiu da prisão, a família mudou de bairro, mas os conflitos familiares já eram muito grandes. O entrevistado reconheceu que já sentia que sua esposa queria se separar, os conflitos estenderam-se para as pessoas do bairro que também já não o queriam mais lá. Com a recusa de sua família em aceitá-lo de volta, foi parar na rua.

Nisso a gente foi morar no 5 conjuntos, eu saí da cadeia e tal. Desandei ainda na droga, passou aquilo do açougue e tal. Todo mundo falando na cabeça dela, larga, larga, larga, larga, larga. Mas acho que na cabeça dela já tava tudo muito bem estruturado já de largar, de foder comigo. Porque enquanto ela tava ali no seio da minha família eu tinha uma carta na manga. Mas daí a mãe dela cedeu a casa pra ela lá morar. Aí eu já perdi, aí eu passei a depender dela e ainda tentamos a vida lá. Lá eu desandei, eu não me envolvi com ninguém, mas me envolvi na droga. Aí os cara engordaram os olhos nela né, ou até, é isso que eu falo, ela mesmo já pediu socorro pros caras sei lá. Aí falaram ó mano: ou você vai embora ou nós vamos matar você. Aí eu vim pra rua. Eu prefiro viver, a minha família não me queria mais. Aí fui pra Cornélio Procópio, fiquei um tempo lá. Era época de natal quando eu fiquei na rua. Foi em outubro se eu não me engano. (Relato colhido em 22/12/2017).

Para o entrevistado, os vínculos com a rua se estabeleceram rapidamente. Ele foi para a rua não de forma circunstancial ou recente, mas chegou nela já permanentemente. Perguntado sobre a relação que possui com os serviços para pessoa em situação de rua, apontou que o problema com os serviços se deram no seu momento de chegada às ruas.

Não tinha a quem recorrer. Voltei com 100 reais, aluguei um quarto de hotel e fui usar droga e beber. Aí no outro dia conheci um rapaz, aí compramos um litro de pinga. Tomamos ali na Duque de Caxias com a Maranhão. Ele também era cru de rua. Aí nós conhecemos o Sinal Verde, o Sinal Verde não queria me abrigar, aliás, acho que deram abrigo pra nós de 3 dias, aí ele pegou passagem e foi embora e eu fiquei a ver navios. Eles não queriam me abrigar porque eles falavam pra mim, que eu não tinha o perfil de rua. Eu acho que eles queriam forçar que eu voltasse pra família. Na cabecinha deles, na época, eles achavam que eu queria estar na rua. Que a questão de eu estar na rua não era uma opção deles (família), mas sim minha. E isso aí fodeu comigo. Fodeu comigo. (Relato colhido em 22/12/2017).

Para o entrevistado, a recusa em abrigá-lo era devido a seu perfil. A estratégia adotada pelo serviço, segundo ele, foi o que fez com que se acostumasse com a rua e aprendesse a nela sobreviver. Inclusive, relata que procurou ficar internado em clínicas de reabilitação porque não o encaminhavam para o abrigo e

ele não queria ficar na rua.

Porque daí a rua me abraçou e desandei, desandei na pinga. Aí conheci o CAPS AD, que me ajudou muito, comecei a fazer vários tratamentos, fazer cursos, internações e orações, aí conheci Cristo verdadeiramente. Comecei a dar valor nos evangélico, me batizei, já preguei, já toquei louvor em algumas igrejas. [...] No passado eu fiquei 2 anos e meio sem abrigo. Me falaram que eu não tinha perfil de morador de rua. Foi quando aumentou meu número de unidade terapêutica né, meu corpo tava tão arrebetado que eu precisava de um lugar pra descansar. Aí eu pegava e recorria à clínica, mas não porque eu queria me tratar. Mas aí eu ficava 2 meses tranquilo, relaxando, pensando e voltando pra Deus. (Relato colhido em 22/12/2017).

A busca por uma companheira fez com que tentasse se libertar do vício do crack. O entrevistado afirma ser uma pessoa vaidosa e que a droga muitas vezes deixou-o irreconhecível. Na intenção de encontrar alguém, buscou cuidar da aparência e conseguiu controlar o uso da droga.

Nas antigas eu era conhecido como playboy do trecho, porque sempre gostei de andar bem vestido, até hoje, aliás, hoje tô cansadão não. Mas se você olhasse minha feição, eu falava ah não, tava magro, sempre magro, falei ah não, ô. Eu tava querendo uma companheira. Se eu tava querendo uma mulher, como é que eu ia arrumar se o meu rosto era o rosto de noiado? Aí comecei a trabalhar e trabalhar em mim, na minha mente, falando não quero, não quero e não quero. Daí fui diminuindo, até que eu não vou dizer que eu parei. Aí tá, peguei e consegui, basicamente eu me libertei do crack. Antigamente eu pegava 4 real, eu não esperava nem dar 5 e ia pra biqueira choramingar no pé do traficante pra ele me dar uma pedra. Hoje em dia não, se eu pego 4 real eu penso no corote. (Relato colhido em 22/12/2017).

Segundo o entrevistado, outro fator que contribuiu para que ele procurasse evoluir, foi a convivência com uma mulher que se relacionou nas ruas, que também tinha vício em crack. Entendemos que o fato de tentar ajudá-la e se considerar em uma situação mais positiva do que ela se encontrava fez com que passasse a ter uma visão mais positiva de si mesmo.

E nisso eu já tava com expectativa, já tava evoluindo no meu tratamento, no meu quadro clínico vamos dizer assim. Aí peguei e comecei a ajudar ela, porque ela era usuária e era muito mais problemática que eu. Muito mais mesmo, eu não vou entrar em detalhes porque se não vou acabar crucificando ela e acho que ela também não merece, acho não, ela não merece. Porque foi uma experiência formidável também eu ter convivido com ela, o fato de eu

ter convivido com ela me deu força pra estar no grau de evolução que eu tô hoje. (Relato colhido em 22/12/2017).

Percebemos que o entrevistado enxerga a própria evolução, fato esse muito importante para a autoestima. Mas apesar de reconhecer um avanço em sua condição, afirma estar sofrendo psicologicamente e que esse é o resultado de muitos anos em situação de rua.

Entre indas e vindas, altos e baixos, tô aqui hoje. Conheci a XXXXX ano passado, hoje tô aí, com um monte de problema. Tô com problema psiquiátrico, tô acho que tô ficando esquizofrênico já, acho que to com tanto sentimento de culpa dentro de mim que se eu tô passando e ouço um “ah esse é um tolo, é um tonto” eu acho que é comigo, as vezes tão falando isso de outra pessoa e eu acho que é comigo. As vezes tão me olhando e eu nossa, acho que aquele cara ali quer me matar. (Relato colhido em 22/12/2017).

Terminamos a trajetória do entrevistado com uma fala em que ele diz como se enxerga atualmente. Escolhemos os trechos transcritos por compreender que eles dialogam com o debate feito anteriormente neste trabalho e apresentaremos algumas opiniões do entrevistado sobre a situação de rua.

Eu me enxergo uma pessoa que tem potencial, que ainda tá em fase de tratamento, que buscou tratamento. Não consigo mais ficar em casa de recuperação, não consigo mais. Porque eu sei que eu vou dar conta, eu tenho isso dentro de mim, já absorvi isso. Eu vou conseguir. Eu já consegui parar com a maconha, com o cigarro, já consegui basicamente parar com o crack, só falta a pinga. (Relato colhido em 22/12/2017).

Questionado sobre como enxerga a rua, o entrevistado afirmou que a vê como uma droga, pois entende que a cada dia é mais difícil de superá-la. Vimos este debate em Vieira, Bezerra e Rosa (1992), quando as autoras afirmam que os que se encontram permanentemente na rua possuem maior dificuldade para romper o vínculo com ela. Entendemos que o desejo de sair da rua, de voltar a ter uma casa e família é imprescindível para a superação da situação de rua.

Vejo a rua como uma areia movediça, que você entra, chega um momento que você não consegue sair. Porque olha, quando eu cheguei na rua, eu não sabia pedir, eu não sabia nada. Aí eu conheci algumas pessoas que me ajudou no começo. E foi aí que eu desandei na pinga né. Porque pra poder ficar desinibido eu tenho que beber, e aí comecei a aprender, a pedir, a pedir comida, comecei a aprender os restaurantes, aprender onde que eles dão alimento.

Então acho que isso que é a areia movediça, você começar a aprender. Porque daí você chega ali com medo, mas daí você chega e começa a conhecer o fulano, o ciclano e beltrano e daí vira uma família. Você começa a se sentir em casa. Então eu vejo que a rua, a rua é uma droga, porque ela vicia. Eu dou graças a Deus de a rua ainda não ter deturpado a minha vontade de sair. (Relato colhido em 22/12/2017).

O entrevistado acredita as políticas devem atender a diversidade das demandas, pois cada pessoa tem necessidades e trajetórias distintas, o que requer cuidados e políticas específicas para que o atendimento seja adequado.

O ser humano, a situação do morador de rua, a rua em si, é uma coisa assim tão complexa que vocês não conseguem ter uma linha de raciocínio fixa pra poder curar isso. Porque o que serve pra mim não vai servir pro fulano. Porque nós temos vivências diferente, pensamos diferentes, viemos de família diferente, culturas diferentes. Então acho que é isso aí, a rua é um vício, é um problema, é uma droga. (Relato colhido em 22/12/2017).

Também aponta a diversidade entre as pessoas que encontra no dia a dia, entende que existem aqueles que desprezam, os que são indiferentes, os que são solidários e também os que têm medo. O entrevistado diz que no momento do “mangueio” que é o ato de pedir dinheiro, consegue identificar só pelo olhar, o “caráter” da pessoa, através da receptividade.

Existem os caráters, aquele que não gosta “Ah, esse vagabundo aí”, aquele apático “Ah, acho que ele não precisa ficar aí”, não usa um termo tão chulo, né? Agora tem aqueles que são amorosos “Ô tadinho, se eu pudesse eu levava pra casa, ele não deve ter um lugarzinho pra morar né” e aqueles dão por medo, sei lá o que eles pensam. (Relato colhido em 22/12/2017).

A realização desta entrevista foi uma experiência ímpar, pois, como a história de vida do entrevistado apresenta diversos elementos, pudemos refletir sobre diversas situações presentes nas leituras realizadas e que nos fez questionar sobre percepções que tínhamos antes. Por exemplo, o fato do entrevistado acreditar na importância das regras nos abrigos e questionar o fato de, escondidos, fazerem uso de drogas no interior de tais instituições.

Conforme contou, foi possível perceber que o entrevistado conviveu desde criança com a fragilização dos vínculos familiares e com o alcoolismo do pai. Além disso, apresenta como marcadores sociais o pertencimento à classe

trabalhadora, a baixa instrução escolar e a dependência química, desde menino. É inegável que todas essas situações tenham contribuído para o fato deste viver nas ruas há 10 anos. Suas maiores angústias, como pudemos perceber, estavam relacionadas ao sentimento de fracasso por não ter conseguido manter sua família unida e não ter sido um “bom provedor” ou chefe de família. Demonstrou estar chateado quando contou sobre a morte do amigo, da qual se culpa por ter acontecido.

Entrevistar uma pessoa em situação de rua é se deparar com situações, dilemas e histórias impactantes. Por isso, voltamos a defender a importância de se preparar para possíveis adversidades, pois, essas pessoas ao revirem seus sentimentos podem tornar-se vulneráveis por seu próprio subconsciente, pois tornam vivas memórias delicadas e indesejadas.

A segunda entrevista apresentada neste trabalho na realidade foi a terceira a ser realizada. Ela aconteceu em 12/01/2018, também no Centro POP, com a assistente social Maria Lucimar Pereira, a coordenadora do órgão. Na entrevista, a coordenadora afirmou ser um desafio ter aceito essa tarefa de estar à frente da política pública para o segmento população em situação de rua, mas, que aceitou por compreender que o Centro POP precisa, de fato, cumprir o seu papel.

Eu faço parte de um grupo de pessoas que está questionando muito essa questão de, cadê as políticas públicas para essa população? Qual que é o papel da assistência para essa população? E também o desejo era que o Centro POP cumprisse de fato o que é o papel dele, que é o espaço de referência para a população em situação de rua. Mas, não pode ser o único espaço, o Centro POP é um dos espaços. (Relato colhido em 12/01/2018).

Logo no início, percebemos que a entrevistada compreende que precisa existir uma rede de serviços, que o Centro POP não pode ser o único espaço que atenda a população em situação de rua. Ela mostra estar ciente de que essas pessoas não necessitam apenas de acompanhamento social, mas de serviços de saúde, segurança, educação, trabalho, esporte, entre outros. Maria Lucimar apresenta uma demanda e na realidade, um problema, que é a dificuldade em convencer os outros órgãos de que eles também têm responsabilidade sobre a população em situação de rua.

O Decreto nº 1.385 de 2014, assinado pelo então prefeito do município de Londrina, instituiu o Comitê Intersetorial e a Política Municipal para a

população em situação de rua. O que acontece é que o Comitê não se reúne regularmente e ainda não se comprometeu em desenvolver propostas para essa população.

O que nós temos ao longo desse período, de 2014 para cá, que até por exigência do Ministério Público, alguns planos de trabalho para essa população, então fomos chamados naquela época, foi uma época muito difícil, eu participei também dessa discussão, porque foram chamadas as políticas que foram mencionadas na política nacional. Então todos os representantes dessas políticas aqui no município foram chamados para primeiro serem informados que eles tinham responsabilidade com essa população e no segundo momento propor um plano de atendimento a essa população. Mas esse processo foi muito cansativo porque as pessoas que representavam as gestões dessas políticas, não se viam como responsáveis. Então assim, eles chegavam nas reuniões, eles traziam alguma demanda pra gente dessa população e muitas dessas demandas eram a política que eles estavam representando que tinham que dar conta. (Relato colhido em 12/01/2018).

Em diversos momentos durante a entrevista a coordenadora apresentou preocupação com o desenvolvimento das tarefas do Comitê, preocupação tanto por eles não buscarem construir planos ou ações como também quando buscam fazê-lo e entendem que “ajudaram”, ao invés de terem cumprido com a sua responsabilidade.

Agora recentemente a educação indicou uma pessoa para ficar aqui, uma professora para desenvolver algumas ações na área de artes. Mas, ainda eu percebo que tirando a saúde que tem já uma preocupação de nós temos que elaborar uma política pública e que a saúde tem responsabilidade nessa política, eu ainda acho uma imaturidade desse comitê. Muito assim “ah, eu passei uma professora, está bom demais”. (Relato colhido em 12/01/2018).

Maria Lucimar aponta que o papel da política pública não é exclusivamente o de contribuir para que a pessoa supere a situação de rua, mas que deve garantir para quem optou por ficar na rua e que não esteja buscando ajuda para dela sair, condições para ser atendida e viver dignamente, mesmo nas precárias condições das ruas.

Outro desafio é deixar claro e até publicizar também que a população de rua, que nós nunca vamos acabar com ela, primeiro, ela sempre existiu né? Sempre existiu essa população. Segundo que, por diversos fatores as pessoas estão cada vez mais indo para as ruas e essa população não vai acabar por vários motivos, um deles é que não tem estrutura, não tem apoio das políticas públicas para tratar daquelas situações que provocaram a ida para a rua e segundo que

a rua pode ser uma opção também. E que o nosso papel enquanto política pública é atender a demanda para que aquela pessoa viva com dignidade na rua, mas respeitando seu desejo de se organizar na rua, são pessoas que, não tem espaço para elas na sociedade e elas acharam esse espaço, então estão ocupando. (Relato colhido em 12/01/2018).

Diferente do que vimos nas monografias que abordaram a população em situação de rua de Londrina no fim da década de 1990, o entendimento da coordenadora é que essa população não precisa de ajuda do município, mas da implementação e execução de serviços que correspondam aos direitos dessa população. A coordenadora aponta que o maior desafio hoje é a articulação do Comitê e a construção de uma Política Municipal, assim como, a desmistificação do senso comum que permeia entre os representantes de outros serviços que fazem parte do Comitê.

É muito comum falas dos órgãos de segurança “tem que ter uma abordagem policial para essas pessoas saírem dessa condição”. Eu sempre dou um exemplo da cracolândia em São Paulo, que o que aconteceu foi um esparramo de gente, nós tivemos situações de esparramo, né? Que as pessoas saem dali para ocupar um outro lugar, mas, que elas vão permanecer em situação de rua. Então hoje, o maior desafio nosso é a construção da política municipal, e para construir a política municipal os gestores têm que se responsabilizar por ela. (Relato colhido em 12/01/2018).

Entre os avanços obtidos sobre o relacionamento do Centro POP com outros serviços, a assistente social afirma que o amadurecimento dessas relações não se deu no Comitê, mas na busca da conscientização dos demais serviços, o que ela chama “processo de educação permanente” (Relato colhido em 12/01/2018). A capacitação dos profissionais que atuam na rede de serviços destinados às pessoas em situação de rua está prevista tanto no Decreto que institui a Política Nacional, quando no Decreto que institui o Comitê e a Política Municipal.

A entrevistada aponta que entre os serviços que conseguiram enxergar um avanço no que diz respeito a sensibilização da abordagem, a responsabilização pela política estão a saúde, através principalmente do CAPS AD, o Consultório na Rua, e o SAMU, também o de segurança através da Guarda Municipal. Ela traz o exemplo de que o SAMU se recusava a atender pessoas em situação de rua se não tivesse alguém da abordagem social junto e que após um processo de sensibilização isso não acontece mais. Afirmou também que antes,

quando ligavam para o SAMU, logo perguntavam se a pessoa estava sob efeito de drogas, demonstrando desinteresse em atender. Mas que hoje, quando perguntam sobre a droga é para saber quais são os sintomas que estão sentindo. A coordenadora enxerga que o atendimento deste serviço à população foi humanizado. (Relato colhido em 12/01/2018).

Outro avanço considerado por Maria Lucimar é a relação com a Guarda Municipal, inclusive porque devido aos problemas que as pessoas em situação de rua tem entre elas no Centro POP, foi requisitado a prestação de serviços. Então, ela conta duas situações em que percebeu que a relação com este serviço também está avançando, pois o olhar mesmo que lentamente, está mudando.

Mas aconteceu agora, semana passada aconteceram duas situações que para a gente foi uma surpresa em relação ao serviço de segurança, vieram aqui na semana passada uma pessoa da Guarda Municipal e uma pessoa da Polícia Militar, porque o comitê tinha definido que uma das políticas municipais é que a Guarda e a Polícia iam fazer abordagem nas praças e perguntar quem precisava do serviço do Centro POP e quem quisesse eles trariam para cá. Quando eu assumi, já tinham falado isso, eu falei “não vai dar certo, não vai dar”. Na minha cabeça eles iam aceitar por medo, e essas duas pessoas que vieram aqui, vieram perguntar o que que eu achava dessa prática. Eu falei “sou contra, porque esse trabalho de ir na praça e saber quem é, de qual a situação, qual a desproteção que está acontecendo, que eles estão sendo vítimas, qual que é o processo de vida, esse papel é nosso, não é de vocês”. E eles disseram “nós viemos conversar com você porque nós também somos contra”. E ontem eles vieram aqui, dois deles, preocupados com uma gestante que estava num mocó, pedindo para a gente fazer abordagem, inclusive falar com o Consultório na Rua, porque ela estava muito debilitada porque estava grávida. Então a gente achou isso muito interessante, porque eles não vieram falar “olha, está lá, ela tem que ser tirada de lá”. Eles falaram “ela precisa de cuidados”. Então a gente pensa, “ufa, né? Tem salvação esse mundo ainda”. (Relato colhido em 12/01/2018).

Apesar de considerar o avanço obtido em relação a política de segurança e o Centro POP, a assistente social mostra se preocupar e buscar assegurar os vínculos construídos com as pessoas que recebem atendimento, pois entende que a construção desse vínculo também é um processo e por isso é incisiva em algumas situações.

A condição para eu assumir a coordenação foi: eu quero governabilidade. Então quando colocam uma situação que não dá, eu falo isso não dá, nós não vamos fazer e aí vão ter que me

aguentar. Por exemplo, “Ah, precisa fazer uma abordagem agora com o serviço municipal e com a polícia”. Nós dissemos, “Não nós não vamos fazer abordagem junto com a polícia, nós temos motivos em série para dizer o porquê que nós não vamos né? Isso pode fragilizar os vínculos que nós construímos”. Então nós não vamos. (Relato colhido em 12/01/2018).

Ainda sobre a segurança, a entrevistada explicou a relação da Guarda Municipal com as pessoas atendidas pelo serviço no Centro POP, segundo ela é difícil estabelecer um vínculo com os guardas porque a escala é de 12 horas, então não é o mesmo que fica todos os dias. Mas, diz que quando foi requerido para a Guarda Municipal a prestação de serviços no Centro POP, a preocupação foi em ter pessoas que possuam o perfil para trabalhar com a população em situação de rua.

Porque não pode ser qualquer pessoa, e aí tinha muito revezamento, agora a gente conseguiu uma equipe que está aqui. O XXXXX que está aí é uma pessoa muito fácil de lidar, apesar de que ele discorda de um monte de coisas que a gente faz, por exemplo, nós autorizamos eles dormirem lá fora. Ele não aceita, porque ele foi preparado para manter a ordem, e as pessoas dormirem no lugar para ele não é ordem. Então direto a gente tem que chama-lo, contextualizá-lo e falar “Olha, aqui é o lugar que ele tem que vir, é o lugar onde ele se sente seguro para dormir, ele não vai passar a noite aqui. E pessoas que dormem, a hora que eles vem para o atendimento, é muito melhor, porque ele está sempre irritado, perturbado”. Então direto a gente tem que fazer isso e ele insiste que fica muito feio o espaço, eu falo assim “Olha, onde tem pessoas em situação de rua é feio. As pessoas estão feias, estão magras, com aspecto cadavérico, despenteadas, com roupa suja. Não é um lugar para ser bonito, mas é para isso que nós estamos aqui”. E assim, a gente tem muito medo dele sair, porque ele se flexibilizou muito, muito. (Relato colhido em 12/01/2018).

Abordaremos agora tópicos da entrevista que dialogam com a instituição, implementação e execução da política para pessoas em situação de rua, especialmente sobre os serviços disponíveis no município de Londrina. Começando pelo acolhimento, Maria Lucimar falou das Instituições que prestam o serviço, que já foram apresentadas no segundo capítulo e fala também da recente implantação da República, que assim como os convênios com as casas de acolhimento, está prevista entre os serviços de Alta Complexidade da Tipificação Nacional dos Serviços Assistenciais. (Relato colhido em 12/01/2018).

Algo que nos chamou atenção foi que, questionada sobre os convênios com as instituições de acolhimento e a viabilidade de um “abrigo” público,

a coordenadora disse que reviu seu conceito sobre a necessidade do acolhimento ser público. Ela explicou que no serviço público o regime de contratação é o concurso e que ele não mede a identificação do trabalhador com o público do serviço. Já as instituições conveniadas possuem condições de contratar pessoas que se identifiquem, que gostem e inclusive que queiram trabalhar com essa população.

Sobre a República, considero importante dizer que ainda não está regulamentada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, mas que está em funcionamento desde o ano de 2017. Trata-se de uma casa do município, que também paga as contas de água e luz e que tem 10 vagas. Quem escolhe as pessoas que vão para a República são as assistentes sociais que fazem o acompanhamento. Segundo Maria Lucimar essa primeira República teve a intenção de acolher pessoas que estão em processo de superação, não fazem uso abusivo de álcool e drogas e que precisam de autonomia para gerirem suas vidas. (Relato colhido em 12/01/2018).

Para se manterem na República, todos recebem o BMTR – Benefício Municipal de Transferência de Renda, no valor de R\$250,00. Esse benefício é recebido por 40 pessoas em situação de rua. A coordenadora afirmou que quase todas as pessoas que estão em situação de rua recebem o Bolsa Família, programa de transferência de renda do Governo Federal, no valor de R\$90,00 e que também, 30 pessoas recebem o valor de R\$72,00 que é o cupom alimentação, que é um benefício municipal, antes como cupom, hoje como transferência de renda, visando a autonomia das pessoas. (Relato colhido em 12/01/2018).

Questionada sobre as políticas de transferência de renda do Governo do Estado, a coordenadora afirmou que este entende como benefício apenas a tarifa social da água e luz, o que não condiz com a realidade das pessoas em situação de rua, que não tem onde morar e quando alugam um quarto em pensão não podem transferir a conta para o seu nome.

Do estado não tem nada. É um desafio para os municípios, o estado ele tem os benefícios eventuais né, que são passagem, alimentação, auxílio funeral, auxílio natalidade e o estado não se responsabiliza. Hoje o que tem de benefício do estado é a tarifa da água e da luz, que eles entendem como uma transferência de renda, porque a pessoa não paga, mas a gente questiona muito. Porque transferência

de renda é transferência de dinheiro, né? Passar dinheiro para a pessoa fazer administração. Mesmo aqueles que vão para o pensionato, eles não conseguem usufruir desse benefício porque tem a exigência de estar no nome deles, e também a exigência da quantidade de consumo. Se tem 6 pessoas morando, porque as vezes é um cavalete só de água, é um poste só de luz, mas divide-se o valor entre todos e daí extrapola-se aquela referência máxima de consumo. (Relato colhido em 12/01/2018).

Segundo a entrevistada, há a intenção da implantação de pelo menos mais duas Repúblicas no ano de 2018, acredita que a modalidade de acolhimento República é interessante para exercitar a autonomia do indivíduo, que passa a precisar gerenciar o dinheiro, as relações e as obrigações.

A gente também não tem muita referência desse trabalho, nas normativas estão postas as referências, inclusive as referências da normativa é prioritariamente jovens. A gente tem a perspectiva de implantar mais duas repúblicas, uma delas para jovens, jovens que estão saindo da institucionalização. É um serviço que nós precisamos manter a proposta de que não tenha cara de instituição, mas uma participação. (Relato colhido em 12/01/2018).

Maria Lucimar aponta a importância de ter diferentes modalidades de acolhimento para atender os diferentes perfis que buscam os serviços. Diferente do que foi apresentado na 1ª entrevista, que quando o entrevistado chegou a rua teve negado o acolhimento por não ter o “perfil de rua”, a coordenadora aponta que essa diversidade de perfis necessita de acolhimentos especializados e direcionados para os diferentes públicos.

O que a gente percebe é que existe uma diversidade de perfis nas ruas. Eu atendi um rapaz aqui que não tem característica nenhuma de rua, nenhuma. Ele veio do Piauí e em busca de melhores condições de vida, ficou sabendo que no sul as coisas estavam melhores, faz sete dias que está na rua, não faz uso de nenhuma substância psicoativa e ele não tem perfil para abrigo. Então a gente tem que ter outras possibilidades de encaminhamento, para poder atender essa diversidade. (Relato colhido em 12/01/2018).

A assistente social também apresentou uma recente parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho Emprego e Renda, que dispôs vagas para que o Centro POP encaminhasse pessoas para cursos profissionalizantes. A coordenadora disse que não é qualquer pessoa que se encaixa, devido ao grau de escolaridade e até mesmo da relação com a rua e as drogas.

A gente tem uma parceria com o trabalho, saiu alguns cursos pela Secretaria do Trabalho com o PRONATEC, onde nós encaminhamos bastante pessoas, com perfil. Nós tínhamos uma quantidade de vagas, a gente tinha bastante e nem chegou a preencher. Foi final do ano, começou em novembro e vai terminar em fevereiro. Eram vagas assim, como foram vários cursos, de auxiliar de eletricista, auxiliar de mecânico, tinham bastante cursos, então a gente tinha bastante vagas. E a gente precisava identificar pessoas que tinham perfil, a exigência da escolaridade, que era 8ª série, que não tivesse comprometido com a dependência química ao ponto de não conseguir participar e o desejo também de fazer esse curso. (Relato colhido em 12/01/2018).

No dia em que a entrevista foi realizada, no período da tarde foi realizada a primeira oficina sobre o mercado de Trabalho no Centro POP. Maria Lucimar reconhece a importância de essas pessoas possuírem uma ocupação.

A psicóloga e uma pedagoga que está trabalhando no CREAS, que está com uma quantidade de horas destinada para essa atividade. Foi a partir de uma demanda que nós identificamos no ano passado, como eu estava dizendo, a gente tem pessoas que são institucionalizadas desde criança, saíram do abrigo e foram para o abrigo de adulto e revezam hoje entre rua e acolhimento. Temos outro perfil de pessoas que estão há um tempo na rua, mas que tem uma referência de trabalho, tiveram uma rotina de trabalho, pessoas que estão alguns anos sem trabalhar e a maioria por conta de dependência química se afastou da família, fragilizou os vínculos e estão em situação de rua. E tem aqueles que estão chegando na rua agora, e a gente tem como prioridade essas pessoas que estão chegando, para não se instalarem definitivamente. (Relato colhido em 12/01/2018).

O Serviço Especializado de Abordagem Social, conhecido como “Sinal Verde” é um dos serviços para a população em situação de rua no município de Londrina, a coordenadora aponta que existem três formas do Sinal Verde abordar uma pessoa em situação de rua. Pode ser através da solicitação da própria pessoa, o pedido pela comunidade e o encaminhamento da rede de serviços. Para Maria Lucimar, o problema está quando é requisitada a abordagem por parte da sociedade, pois, quando acontece, o que é entendido como resolver o problema é tirar a pessoa daquele lugar. (Relato colhido em 12/01/2018).

Esse segundo caso, quando a sociedade solicita, ela quer que resolva o problema e resolver o problema para ela é tirar a pessoa da rua. É inadmissível para algumas pessoas, nós irmos até lá, conversarmos com a pessoa e a gente sair e a pessoa ficar. (Relato colhido em 12/01/2018).

O Consultório na Rua é apontado pela coordenadora como um divisor de águas para o cuidado com essa população. Pois, além de fazer o acompanhamento, encaminhamento e as sessões de terapia coletiva, busca estabelecer um vínculo dessa população com o serviço de saúde, pois este vínculo quando existe é muito frágil.

O trabalho do Consultório na Rua é o cuidado em saúde, o cuidado clínico em saúde, e também criar uma dinâmica para que essas pessoas vão até o serviço de saúde. São pessoas que não tem esse cuidado, que não conseguem se cuidar e precisam as vezes até de questões elementares de cuidado em saúde, mas não tem o vínculo com a Unidade Básica de Saúde. Então o primeiro momento eles fazem esse trabalho na rua, mas o trabalho maior é que eles construam junto com o Consultório essa autonomia de procurar os serviços públicos. (Relato colhido em 12/01/2018).

O serviço oferecido pelo CAPS AD, como já abordado no segundo capítulo, não é exclusivo para a população em situação de rua, mas é muito importante para essas pessoas. Segundo Maria Lucimar as pessoas atendidas por este serviço estão tendo dificuldade com o acompanhamento, não porque não consigam se deslocar até o espaço, mas porque as pessoas não se identificam com o lugar em que foi instalado.

O CAPS mudou de endereço, antes era do lado da barragem, na Fundação Tamarozí, usava um espaço de uma instituição privada e ali as pessoas em situação de rua se localizam muito com o local, porque o Igapó é um espaço de permanência, então eles só atravessavam a rua e iam. [...] Na mudança lá para o Gavetti as pessoas resistem muito para ir, eles não conseguiram se identificar com esse espaço. [...] Mas, muitas vezes, a gente oferecendo passe ou oferecendo para levar, ainda tem resistência. O que é o nosso sonho de consumo é que tenha também uma descentralização do CAPS, que venha atender nos espaços de rua. Está prevista a construção aqui do lado, nossa, vai ser maravilhoso, né? O espaço está sendo usado como estacionamento, já está previsto, o município já destinou a área para a construção do CAPS AD. Já faz uns três anos que está destinado para isso, mas não tem recurso para a construção. (Relato colhido em 12/01/2018).

A perspectiva apresentada pela assistente social é a de que a política pública precisa ter responsabilidade com a população em situação de rua, que o Estado precisa assumir essa responsabilidade, entende que se a família não consegue dar conta do indivíduo, que o Estado e a sociedade têm que se responsabilizar por ele. Diz também que não interessa quantas vezes são

necessárias, mas que se for preciso atender a mesma pessoa mil vezes, que ela tem que ser atendida, que quem trabalha nessa área não tem o direito de desistir, de cansar.

Na entrevista percebemos que Maria Lucimar faz defesa aos direitos da população em situação de rua e curiosos, questionamos o que pensa sobre a faixa exposta na rodoviária do município, principalmente porque foi colocada pela administração. A coordenadora acredita que a Rodoviária é um espaço de identificação da população em situação de rua e que aquela faixa exprime o pensamento do senso comum, que é desconsiderar que as pessoas não estão na rua por causa da esmola, mas porque existem diversos fatores que levaram ela para aquela situação e que fazem com que ela ali permaneça.

É complexo, existe um mito que as pessoas estão na rua por causa daquilo que eles ganham, e tem gente que defende isso e não é verdade. As pessoas vão ficar na rua, se eles não tiverem esmolas e não tiverem comida, eles vão arrumar uma estratégia para ter. [...] Então a gente precisa desmistificar isso, a rodoviária ela é um espaço cultural e histórico da população em situação de rua, sempre foi um espaço de referência para essas pessoas se sentirem protegidas, é normal ter essa referência. Por outro lado, as pessoas que tem comércio, que trabalham na rodoviária se sentem ameaçadas, por conta das abordagens agressivas, por conta de eles ocuparem um espaço muito grande na rodoviária, né? Por conta do uso inadequado dos banheiros, já teve, infinitas vezes de roubo de torneiras. Então na verdade a gente tem que achar um meio termo, não dá para eles usarem esse espaço à vontade, porque esse à vontade deles prejudica o direito do outro, mas também é deles. (Relato colhido em 12/01/2018).

Compreendemos que a entrevista com a assistente social nos surpreendeu, principalmente porque esperávamos que suas avaliações fossem de encontro com os avanços obtidos pelas Leis, resoluções e portarias abordadas no segundo capítulo. As observações da entrevistada foram muito críticas à política, apesar de ocupar o cargo de coordenadora do Centro POP. Ela apontou a importância da Política Nacional, das conquistas garantidas através dessa política, mas expressou também sua preocupação sobre a dificuldade em garantir a efetivação do que está garantido no papel. Acreditamos que além dos avanços obtidos pelas normativas e regulamentações que reconhecem a população em situação de rua e propõe políticas para essa população, é também um avanço que a coordenadora da política para a população em situação de rua esteja disposta a

reivindicar a garantia destes direitos na prática.

A terceira e última entrevista aqui apresentada foi realizada no dia 06/01/2018 com a servidora municipal que atua no Centro POP e Ms. em Ciências Sociais Clarice Junges, que no bacharelado estudou meninos em situação de rua. A ideia é apresentar a visão de uma cientista social acerca do trabalho desenvolvido com essa população, diferente da entrevista com a assistente social Maria Lucimar, que é apesar de bastante crítica, uma entrevista que se baseou mais no âmbito institucional. Clarice conta que quando ingressou no serviço público, em 1995, era recém-formada em Ciências Sociais e começou a trabalhar como educadora social, trabalhava com crianças e adolescentes em casa abrigo e abordagem social. Ao longo de sua carreira trabalhou em algumas áreas com as quais pôde contribuir como socióloga. (Relato colhido em 06/01/2018).

A entrevistada lembra que há uns anos aceitou o convite para assumir a Secretaria de Gestão Especial, que está alocada na Secretaria Municipal de Assistência Social e é responsável pelo Centro POP. Reparamos que assim como a outra entrevistada, procurou autonomia para aceitar o desafio.

Para mim era um trabalho que me atraía muito, que assim, só que eu deixei claro assim que fizeram o convite, falei “Gente, eu aceito, mas tem uma coisa, esse trabalho é um trabalho muito controverso, que sofre pressões políticas muito fortes, pra arrancar a população da rua a qualquer preço e eu não vou me dispor a fazer isso, eu não vou me dispor a pressionar a equipe a fazer isso. Eu fico até quando for respeitado os princípios éticos da condução do trabalho, da equipe e tudo mais”. (Relato colhido em 06/01/2018).

Segundo Clarice, naquele momento procuravam um lugar para funcionamento do Centro POP que precisava de melhor estrutura, com espaço para banho e convivência. Encontraram dificuldade para achar um lugar em que pudesse funcionar o órgão porque a vizinhança, quando sabia que se tratava de atendimento para pessoas em situação de rua pressionava o poder público, conta que em duas ocasiões, em que já estava certo o imóvel precisaram voltar atrás devido a este problema. Após esse episódio voltou a trabalhar em outras áreas e recentemente começou a trabalhar com população em situação de rua novamente, desde novembro de 2017, quando pediu para ser remanejada para o Centro POP. Então, conta das experiências e das análises que vêm fazendo sobre a política para essa população.

A cientista social entende que os serviços disponibilizados para essa população não dão conta da amplitude das necessidades, que existem barreiras na execução do serviço, na prática. Segundo Clarice o que ela tem gostado muito de fazer e se sentido útil é ouvir as angústias dessas pessoas.

Eu sou fascinada com essa coisa de ir pra rua abordar as pessoas, de conversar, a pessoa facilmente ela se abre, ela conta a vida inteira dela, então mesmo que você não tenha tudo o que a pessoa precisa, mas ser uma presença, ser uma pessoa que não está ali pra julgar, ser uma pessoa que está disposta a acolher é uma coisa muito rara na vida dessas pessoas, não é tão simples assim. Porque a maioria das pessoas com que elas se deparam não tem esse sentimento por elas, muito pelo contrário, tem um sentimento de repulsa, quando elas percebem no teu olhar, nossa isso pra elas faz toda a diferença no dia delas. Um olhar acolhedor, de uma pessoa que não tem nojo, que não tem medo, que não tem ódio. É impressionante, isso pode mudar, isso faz toda a diferença, isso pode mudar o destino, o rumo da vida de uma pessoa. (Relato colhido em 06/01/2018).

Entende que apesar de acreditar que a atenção, que é um gesto singelo, pode ajudar a mudar a vida do indivíduo, que essas pessoas também podem sofrer frustrações ao se depararem com obstáculos, especialmente quando estão buscando a superação.

Aquele menino que foi comigo e com a Eliana na UEL, foi o que ele chamou de “dia de princeso”, porque foi assistir uma palestra. É um empurrão, mas se você empurra ele e ele bate de cara com a parede, só encontra outra parede, outra parede fica bem difícil. Então tem que ter toda uma estrutura. E não digo que a rede que existe hoje não proporcione a esses que, é a questão da resiliência né, acho que os que mais conseguem aproveitar esses momentos mágicos, esses que já tem uma capacidade de se fortalecer um pouco mais, que tem o poder de valorizar um pouco mais as coisas positivas, esses conseguem ir um pouco mais longe né. Mas é muito difícil. (Relato colhido em 06/01/2018).

A entrevistada abordou a importância de ter uma política de incentivo ao emprego, por compreender que é uma estratégia para a superação da situação de rua, mas afirma que só garantir o emprego não é suficiente, que é necessária uma rede de políticas que atue para efetivar os direitos dessa população. Mais uma vez vemos na fala da entrevistada como o preconceito é presente na vida das pessoas em situação de rua, pois, segundo ela, não há vontade de empregar essas pessoas.

Tem que ter opções para aquilo que eles necessariamente precisam porque todas as políticas públicas tem que trabalhar conjuntamente. Existe um comitê para formular políticas para a população em situação de rua que envolve as políticas do trabalho, de saúde.. Trabalho por exemplo é uma das políticas que meu, quem que quer dar trabalho para essa população? Se não está casado com a saúde? A maioria deles tem dependência química. Eu penso que, deveria ter algum projeto de incentivo municipal que passe pela câmara, que incentivasse as empresas para abrir vagas de trabalho. A gente tem discutido isso, mas o pessoal acha que o trabalho formal para eles, com essas características, seria melhor pensar em cooperativas, um trabalho mais, tipo supervisionado, acompanhado. (Relato colhido em 06/01/2018).

Também comentou sobre os desafios do atendimento com uma população que apresenta muitas demandas e que é necessário estar disposto a compreender essas pessoas, que segundo Clarice, ficam de mau humor e até mesmo agressivos. É preciso pois, proporcionar um atendimento baseado na empatia.

A maioria das pessoas que nos procuram ali pra atendimento, elas estão num estado infernal de existência. Elas estão muito mal, elas estão em estado de abandono. Aí você agride todo mundo, você tá mal humorado, sabe? Quando entre elas você encontra uma pessoa que fala um “bom diaaa” gostoso assim é uma luz na escuridão né? Porque a maioria tá mal. Então você não pode entender como uma coisa pessoal sabe? Eles serem agressivos, você tem que aprender a não se apegar a isso. Embora não seja fácil. (Relato colhido em 06/01/2018).

Sobre as barreiras que encontra na execução da política, conta um fato até bastante chocante de um jovem que estava ganhando mais dinheiro no fim do ano, que segundo ela é um período em que as pessoas buscam fazer mais caridade. Que este jovem estava transtornado e procurou ajuda porque estava gastando todo o dinheiro com droga e já não conseguia mais dormir. Clarice lembra que quebrando o protocolo chamou-o para conversar sem que precisasse pegar uma senha. Pois, acredita que tem coisas que precisam ser feitas no exato momento, especialmente se considerar que essas pessoas são imediatistas, que não tem paciência para a espera e etc. A entrevistada conta que quando o rapaz saiu, arrumou uma confusão na recepção com a ex companheira dele que estava no local. Clarice disse que depois descobriu que ele estava buscando um motivo para ser preso, porque entendia que só na prisão deixaria de usar a droga. (Relato

colhido em 06/01/2018).

Mas aí depois alguém me disse assim “ele comentou ontem que ele ia caçar um motivo para ser preso porque era uma maneira dele conseguir sair do crack”. E aí a gente ficou pensando assim, puta que pariu né. O cara ter que ser preso para não morrer de tanto usar o crack, e nós não conseguimos atingir, não conseguimos fazer algo diferente disso né. Porque você vê, a estrutura de repente, um mecanismo, sabe, uma coisa de tirar para uma clínica, seja lá o que for... Toda a burocracia para isso talvez, o cara já conhece, não quer e tal. Sei lá, tem o tempo das coisas. O tempo dele também. (Relato colhido em 06/01/2018).

Clarice afirma gostar muito de trabalhar com essa população e que sente que pode contribuir, que ir ao trabalho é algo que vale a pena, porque de alguma forma você pode fazer a diferença na vida de alguém. Contudo, mesmo gostando do que faz, sentimos um conflito na entrevistada, porque essa mostra acreditar mais no que pode oferecer pessoalmente, do que em relação aos serviços, que reconhece serem importantes, mas que segundo ela estão a serviço da sociedade e não dessa população.

Eu estava falando para os colegas essa semana em uma reunião, a gente trabalha com a população em situação de rua dentro da questão do Estado, na sociedade capitalista, de quem é o Estado na sociedade capitalista. A gente é, o Centro POP, o trabalho com a população de rua. A gente é o epicentro da farsa né, se o Estado não é de fato para todos, para o bem estar de todos, o trabalho com a população em situação de rua então ele é só um disfarce mesmo, ele tá mais pra proteger a sociedade, pra que essas pessoas não ameacem a sociedade do que pensando propriamente nessa população. É mais uma forma de mantê-las sob controle. [...] Mas sabe, é assim tão pequeno, tudo tão pequeno diante da necessidade que é tão maior, tão maior. Para garantir a vida dessas pessoas, são vidas desperdiçadas literalmente mesmo, são vidas que estão indo para o ralo, são vidas que não interessam para a sociedade mesmo, num sentido amplo assim sabe. Assim o que a gente é nesse atendimento, é um atendimento muito bonito, sabe, assim que a gente, indivíduo para indivíduo, sem pensar na estrutura do Estado. Sem pensar nessa coisa grande que está por trás. Se pensar no trabalho de formiguinha ali dentro, no dia a dia sabe, é lindo, é muito lindo, sabe? É fantástico, maravilhoso, é emocionante, você ver que são pessoas se relacionando, sabe? Mas, tirando essa parte, o que a gente efetivamente pode garantir a eles é muito pequeno, muito pequeno diante da necessidade real, por isso que a gente é uma farsa, a gente é uma farsa. Eu digo para os meus colegas, nós estamos no epicentro da farsa, sabe, não adianta a gente se matar aqui que a gente não vai fazer grande diferença, não vai. A gente é a gotinha, só a gotinha de um oceano. Uma gotinha linda. (Relato colhido em 06/01/2018).

A terceira entrevista aconteceu logo que terminamos de escrever o segundo capítulo, momento em que, ao ter analisado tantas normativas, ficamos deslumbrados com as regulamentações. Quando foi realizada a entrevista com a socióloga Clarice Junges, percebemos a disparidade entre o que tivemos contato e a execução dessas normativas, o que de fato acontece na prática. A entrevistada apresentou uma visão descontente e frustrada devido aos limites da política e dos serviços ofertados para a população em situação de rua. Apesar de reconhecer que aconteceram avanços significativos para essa população desde que ingressou na prefeitura, Clarice aponta que o que torna o trabalho gratificante para ela é o contato com as pessoas, a possibilidade de interferir na vida dos sujeitos através de uma conversa, da atenção e da empatia.

Nas entrevistas três temas nos chamaram atenção, a autonomia do indivíduo, o respeito às regras e o controle do uso de drogas. Antes de ter realizado a entrevista, não esperávamos que a assistente social abordaria a importância da autonomia, assim como não esperávamos que o entrevistado em situação de rua apontasse a importância das regras. Aliás, as entrevistas foram muito importantes para a realização deste trabalho porque além de confirmarem as leituras realizadas, nos proporcionaram análises e observações para as quais não tínhamos despertado.

A autonomia aparece na primeira e na segunda entrevistas apresentadas neste tópico e o curioso é que elas têm a mesma perspectiva, tanto na fala do homem em situação de rua entrevistado, quanto da coordenadora do Centro POP. A ideia nas duas entrevistas, é de que a pessoa precisa de autonomia para administrar a sua vida, não apenas para deixar de estar à sombra do serviço, mas porque é importante sentir que alguém está confiando e acreditando na pessoa que está em situação de rua.

Entrevista 1: Tem aqueles que falavam “Vai trabalhar rapaz, olha seu tamanho”. Até que um dia eu aprendi, eu ficava nervoso, já xinguei no começo. Aprendi a falar “Então me dá um emprego, me dá que eu mostro pro senhor que sou capaz”. Minha questão é a seguinte, confia em mim. Por mais que você se decepcione mais pra frente, mas confia. Não ficar falando “Ah, faz assim”. Meu, não vai funcionar. (Relato colhido em 22/12/2017).

Entrevista 2: A gente tenta aqui trabalhar a questão da autonomia da vida da pessoa, autonomia de repente de alugar um quatinho, fazer uns bicos ou então, mais futuramente ser encaminhado para o

mercado de trabalho. Mas que ele tenha essa condição de fazer a administração da própria vida, mas para gente chegar nesse estágio, a gente precisa de acompanhamento. Acompanhamento aqui, tanto psicológico como social, e também da disponibilidade da rede, principalmente da rede de saúde mental, por causa do trabalho. (Relato colhido em 12/01/2017).

Quanto às regras, nas três entrevistas pudemos perceber que é uma característica da pessoa em situação de rua não cumpri-las, mas o curioso, é que todos os entrevistados entendem que a regra já não se fazia presente na vida dessas pessoas antes mesmo de chegarem à situação de rua. O que pode ser um fator para a chegada e a permanência nas ruas.

Entrevista 1: Trabalhando com psicólogos e essas coisas, eu comecei a entender umas coisas que hoje eu enxergo né. Tipo assim, como que você trata seu filho, é gritando, é impondo ou educando e mostrando? Então começa por aí. A gente vem de uma família que não tem essa experiência de tratar dessa forma né, de poder tratar adequadamente a criança. A gente somos pobres, né. Então a gente é tratado a ferro e fogo. [...] Ah, a gente é bicho solto. Primeiro que a gente chegou na rua porque a gente é bicho solto, somos pessoas desregradas. Então a gente não gosta de regras, eu vim parar na rua porque eu me desregrei. Eu deixei de cumprir horários, compromissos, né tudo em função da droga é claro, mas aí eu me habituei e virou um ciclo, vicioso é claro. Mas eu me adaptei e não consigo viver diferente. [...] A regra é importante. Assim, eu não vou colocar a culpa na minha mãe. Aliás, eu vou colocar sim, porque eu era uma criança né meu. Quando a minha vó morreu eu acho que eu já vim da rua de lá, eu não parava em casa meu. Eu já tava entregue ao mundo desde lá. Tá entendendo? Então eu fico pensando, se tivessem me regrado desde aquela época eu não tava na situação que tô hoje. A regra é importante, mas a princípio você tem que saber aplicá-la. Porque uma regra que você não sabe aplicar não vai surtir efeito né. (Relato colhido em 22/12/2017).

Entrevista 2: Para algumas pessoas soa até ofensivo falar que essas pessoas têm direito, por exemplo, atendimento preferencial na saúde, quando você explica que para a pessoa sair da praça e ir para lá... Ela não tem tolerância de espera, mas um dia ela pode ter. Essas pessoas não têm regras, eles não tiveram na família, eles não têm na escola, no trabalho, nunca foi construído isso. A gente sempre dá o exemplo "Olha, pra você estar aqui, trabalhando das 7 às 7, você passou por um processo de formação, você não nasceu sabendo, né? Teve pessoas que te acordaram, insistiram, davam bronca né, exigiam que você fosse para a escola, assumisse alguma atividade. Foi construído isso. Grande parte das pessoas não tiveram esse processo". (Relato colhido em 12/01/2018).

Entrevista 3: Porque eles não tem paciência nenhuma, sabe? Assim, são pessoas que no fundo... Eu assistia muito palestras do Ivan Capelatto quando eu comecei a trabalhar com crianças lá no

passado, que ele dizia que pessoas que não tem limites na infância, não crescem, não se tornam pessoas adultas, essas pessoas que a gente atende. Elas não são pessoas verdadeiramente adultas nesse sentido de não respeitarem limites. Elas tem comportamento nesse sentido, bem infantil, porque elas não sabem esperar. Não digo assim também... Eu estou exagerando agora, eu estou falando de um tipo médio que prevalece, tem exceções, claro. (Relato colhido em 06/01/2018).

Sobre o controle do uso de drogas, foi possível ver nas entrevistas 1 e 2 que as pessoas em situação de rua tem problemas com as drogas não porque fazem uso, mas porque fazem uso abusivo e descontrolado. Tanto a pessoa em situação de rua entrevistada, quanto a coordenadora do Centro POP entendem que é preciso conseguir usar a droga moderadamente, mas que esse é um desafio para quem está na rua.

Entrevista 1: Eu fui parar na rua por causa da droga, por causa de eu ser um lixo de pessoa né, por causa do meu uso abusivo meu descontrole, porque assim né, eu aprendi que na sociedade em si, eu conheci médicos, advogados que fazem uso, né, mas só que eles não perderam o controle, que não foi o meu caso né, eu perdi o controle e vim parar na rua. (Relato colhido em 22/12/2017).

Entrevista 2: Quantas pessoas fazem uso de drogas aqui em Londrina? Se eu perguntar assim “tem mais gente usando drogas em espaços públicos ou em espaços privados?” Claro que são espaços privados, né? Mas o que a gente vê são essas pessoas que estão na rua. Então a gente pensa que toda a população que usa drogas é aquela, mas nós temos aí um grupo muito grande de pessoas que conseguem administrar, trabalham as relações familiares, as relações sociais e usam drogas. Nós temos muita gente que não vai conseguir sair dessa dependência, e a gente tem muita preocupação com essas pessoas que de repente entram na abstinência, porque a droga é um espaço muito importante na vida das pessoas e aí o que vai ser colocado no lugar? Porque com o processo de acompanhamento é possível, essa pessoa descobrir outros prazeres, desde uma comida, trabalho, esporte, um hobby. Mas isso é um processo, não é da noite para o dia que a pessoa vai falar “nossa, não vou usar mais droga porque vou virar um atleta”. É um processo de descoberta que muitas vezes é psicológico. (Relato colhido em 12/01/2018).

O fato de as pessoas em situação de rua conviverem com o uso abusivo de álcool e drogas nos faz refletir sobre a importância da política de redução de danos, que invés de proibir o uso, tem como estratégia o controle do vício através da rede de serviços, especialmente a área da saúde. Como disse Maria Lucimar, é necessário que exista acompanhamento e estrutura que deem respaldo para as pessoas que buscam controlar o vício.

Mesmo sem ter sido planejado, compreendemos que a ordem em que foram realizadas as entrevistas possibilitou a compreensão de forma interessante. Pois, se tivesse ocorrido depois, as percepções da entrevista realizada com o homem em situação de rua provavelmente teriam sido outras. Sem conhecer os elementos do atendimento, foi possível que não fizéssemos comparação com aquilo que ele estava contando. A segunda entrevista apresentou-nos uma visão crítica acerca da implementação de políticas, o que nos preparou para a terceira. Acreditamos que se tivéssemos sido alertados pela própria assistente social de que a política não coincidia necessariamente com os avanços obtidos nas normativas, teríamos colhido impressões sociológicas totalmente diferentes daqueles que foram possíveis reunir nos textos anteriores.

A construção do trabalho foi curiosa até mesmo na disposição das entrevistas. O frio na barriga que sentimos horas antes da realização de todas as entrevistas nos mostraram a preocupação com a inexperiência, que com certeza, depois destes momentos de aprendizado, é ao menos um pouco menor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é resultado de um período intenso de pesquisa e reflexão, o que possibilitou a desmistificação de preconceitos, a desnaturalização de um fenômeno conhecido apenas sob o ângulo do senso comum e um processo de estranhamento social, que nos instigou a olhá-lo a partir de várias dimensões além da pesquisa bibliográfica, a exemplo da análise documental, da observação direta em uma Pré-Conferência e das três entrevistas realizadas com pessoas que ocupavam diferentes papéis dentro dessa problemática, recortada no município de Londrina.

Esse trabalho de pesquisa também nos propiciou o aprofundamento de um olhar sociológico mais apurado no que diz respeito às várias facetas das desigualdades sociais, permitindo-nos, inclusive, perceber na prática como elas se inter-relacionam na sociedade capitalista atual.

Apoiando-nos nas teorias acerca da exclusão social, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros, compreendemos que a população em situação de rua é resultado de um longo processo de perdas, de fragilização de vínculos familiares e sociais, de omissões do poder público federal, estadual e municipal, de violências, de ausência de direitos, de marginalização e de toda forma de desigualdade.

Apesar de compreendermos a explicação de José de Souza Martins quando mostra que dentro do sistema econômico capitalista ninguém está excluído, pois cada um ocupa um lugar político e econômico estratégico nas relações contraditórias de exploração de uma classe sobre a outra, entendemos que as pessoas em situação de rua são excluídas socialmente, culturalmente e politicamente das políticas públicas organizadas, inclusive, para as pessoas em situação de pobreza a vulnerabilidade social no Brasil.

É possível defender este argumento por reconhecermos, na prática de pesquisa, que esses sujeitos socioculturais não fazem parte do convívio social, apesar de estarem presentes nas cidades, próximos fisicamente de tantas pessoas, mas invisíveis politicamente aos olhos, tanto dessas pessoas comuns como aos olhos dos dirigentes da política institucional.

O trabalho aparece como categoria fundante nesse processo, pois, tanto é um elemento que, ligado a outros fatores pode levar a pessoa à situação de rua, como se acompanhado por uma rede de outros serviços, pode proporcionar a

superação dessa situação desigual. Pensamos o trabalho como um elemento central na vida do ser humano, que proporciona o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares. Por isso, a ausência do emprego formal acarreta uma série de outras ausências e de outras carências na vida de uma pessoa que encontra-se na rua, sem moradia fixa e digna.

Nossa pesquisa nos permitiu perceber que a população em situação de rua de Londrina exerce uma série de ocupações para manter sua sobrevivência, porém o trabalho informal aparece em suas vidas nas condições mais precárias que se possa imaginar, de modo que, mesmo sendo um trabalho digno, não propicia situações de dignidade para essas pessoas, ao passo que não consegue tornar possível sua saída das ruas.

O desemprego também aparece como um dos fatores que mais proporciona a fragilização dos vínculos sociais, contribuindo com o sentimento de fracasso pessoal, com a desvalorização da identidade do indivíduo, acirrando um processo de baixa autoestima. Portanto, o trabalho se faz importante não apenas para a sobrevivência, mas para a identidade, a socialização, a sociabilidade e a cidadania desses sujeitos sociais.

Se a flexibilização do trabalho, o aumento dos postos informais e a terceirização já provocam tantas consequências negativas para um trabalhador que possui casa própria, é inegável o acirramento da vulnerabilidade social para aqueles que estão privados dos direitos mais básicos que uma pessoa precisa reunir para viver com um mínimo de dignidade. Ser trabalhador informal, flexível, terceirizado, multifuncional e morar nas ruas nas piores condições de insegurança, de fome, de violência, de incertezas, de todo tipo de privação, enfim, é reunir todas as variáveis da exclusão em um só indivíduo.

Então, possuir um emprego, em condições precárias, não basta para garantir o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares, e muito menos para conseguir superar a condição de viver nas ruas. É necessário que o trabalho garanta a segurança econômica do indivíduo e da família, e que tal segurança, juntamente com outros serviços e outras políticas, lhe propicie autonomia para sair das ruas, com poder de decisão e empoderamento político. É preciso que suas lutas e seus movimentos sociais sejam encarados com relevância pelo poder público, que suas demandas sejam ouvidas com respeito. É preciso que essas pessoas sejam tratadas com dignidade. Dignidade no sentido de serem vistas e ouvidas como

cidadãs, como trabalhadoras, mesmo vivendo nas piores condições de informalidade, e como seres humanos. Aliás, o direito a um trabalho digno, em condições dignas, para todas as pessoas, é um dos fatores responsáveis para que o indivíduo não chegue na situação de rua.

Revisitar o histórico das políticas apresentadas às pessoas que vivem em situação de miserabilidade no Brasil, nos fez perceber a invisibilidade que recai sobre a população em situação de rua. Sua presença, ainda tão desvalorizada pelo poder público, foi tardiamente reconhecida pelas leis e serviços sociais e assistenciais. Elas continuam invisíveis do ponto de vista político, pois encontram imensa dificuldade para tornarem-se pauta dos governos federais, estaduais e municipais. O pouco do que se tem no que tange ao exercício de seus direitos foi duramente conquistado pelos movimentos sociais dessa população.

Descobrimos que apenas em 2004 a população em situação de rua apareceu como público alvo de Políticas da Assistência Social no Brasil. E, apesar de terem conquistado poucos avanços do ponto de vista técnico e político, em função do descaso demonstrado pela maioria dos governos, essas conquistas correm riscos de serem perdidas no contexto político atual. Hoje essas pessoas e seus movimentos sociais deparam-se com muitas dificuldades para alcançar a implementação e a execução do que ficou garantido no papel.

Deste modo, vale a pena destacar novamente que todas as conquistas que resultaram na inclusão da população em situação de rua como público alvo dos serviços sociais é resultado do Movimento Nacional da População de Rua, que devido o descaso e a violência sofrida, organizou-se e cobrou dos responsáveis políticos o atendimento dos seus direitos.

Também entendemos que a garantia desses direitos foi possível porque as reivindicações aconteceram durante o governo popular do ex-presidente Lula, que contava com o apoio e o clamor dos movimentos sociais para a construção de políticas públicas e programas de inclusão social. Contexto político este que infelizmente perdemos no Brasil. O que se tem atualmente é uma série de reformas aprovadas e em vias de aprovação para diminuir direitos sociais e políticos fundamentais, alcançados com muitas lutas pela classe trabalhadora. São perdas históricas, a exemplo da Reforma Trabalhista, da Reforma do Ensino Médio, da Lei da Terceirização e da Reforma da Previdência que caminham lado a lado com a criminalização dos movimentos sociais.

Analisando os documentos, à luz das observações diretas realizadas por ocasião da Pré-Conferência e das entrevistas, entendemos que existe um grande desafio para a execução de políticas públicas para a população em situação de rua. Pois, as leis, as normas, os decretos e os demais documentos servem sim para respaldar o exercício dos direitos dessa população, mas não garantem que aquilo que está no papel seja colocado em prática. O leitor dessa monografia poderia pensar: “isso ocorre igualmente com todas as populações vulneráveis economicamente no Brasil”. Mas, podemos acrescentar que para essa população, tais exclusões são triplicáveis. Dizemos isso porque elas são vítimas de todos os tipos de violências, preconceitos, discriminações, inseguranças e privações que qualquer outro indivíduo, em situação de vulnerabilidade social, poderia vivenciar. Estar “no olho da rua” e depois “estar na rua”, sem poder de escolha, é estar hoje em uma das piores condições sociais em que um ser humano pode se encontrar. Não é só estar à margem, é estar esquecido, invisível, apagado das agendas políticas nacionais.

Por isso, se faz tão necessária a organização de redes de serviços exigidas pelos Movimentos Sociais. Até para poder se organizar politicamente em movimentos sociais, é necessário o acesso às condições mínimas de existência, de visibilidade e de dignidade. Sem contar a relevância da vontade política dos representantes institucionais para que as pessoas em situação de rua sejam de fato atendidas e possam exercer os poucos direitos expressos em tão poucos documentos. Vê-se projetos municipais sobre os mais variados temas por parte de vereadores. Raramente vê-se projetos que tratem dessa população. Quando se lembram deles é na tentativa de “limpá-los” dos centros das cidades, onde são percebidos e tratados como lixos humanos.

A entrevista realizada com o homem em situação de rua confirmou muitas das leituras realizadas e várias das impressões que tínhamos, principalmente o fato de compreender que a trajetória de vida das pessoas em situação de rua apresenta muitos problemas e dificuldades que vão além do que outras pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade vivenciam. Do mesmo modo que o detalhamento das informações e os conhecimentos trazidos pelos entrevistados nos fez apreender dimensões e variáveis que não havíamos nem pensando em perguntar-lhes. Não esperávamos, por exemplo, tantas afirmações e defesas sobre a importância das regras, pois as “denúncias” feitas na Pré-Conferência, entre os

que se manifestaram sobre o tema, foram muito genéricas.

Nessa primeira entrevista pudemos confirmar a hipótese desta monografia de que a ausência do direito ao trabalho é um condicionante importante para a chegada dessas pessoas às ruas, apesar de muitas pessoas apontarem o uso de droga como o principal fator. Nosso entrevistado, em situação de rua, mostra as intrínsecas interfaces entre esses dois condicionantes, quando nos relata como o uso abusivo de álcool e de drogas foi crucial para que sua vida profissional se perdesse, o que por sua vez contribuiu com a fragilização dos vínculos familiares e levou-o até a situação de rua.

Entendemos que os fatores que levam as pessoas à situação de rua se sobrepõem e se complexificam a cada situação. São muitas variáveis, que quando combinadas, podem resultar neste fenômeno. E, no nosso caso, só tivemos a oportunidade de ouvir uma única pessoa em situação de rua, e ainda um homem. Mesmo que as leituras, a Pré-Conferência e as duas outras entrevistas com dirigentes do poder institucional municipal tenham nos alargado a visão acerca do problema, esse recorte é ainda muito tímido para comprovar as principais razões que levam as pessoas à essa situação em Londrina.

É importante que não nos enganemos. Às vezes, pelas lacunas do instrumento de pesquisa ou até por descrédito sobre o uso dos resultados das pesquisas, um indivíduo aponta um único fator em um Censo, como único motivador para aquela situação de rua. No entanto, a situação de rua é um complexo resultado de distintas adversidades que se apresentam na trajetória de um sujeito social. Por isso, deve ser analisada com muita cautela e mais responsabilidade.

Os questionamentos feitos e as informações possibilitadas por Clarice e Lucimar nos abriram os olhos, nos permitindo estranhar melhor essas realidades, aprofundando nossas impressões sociológicas. Porque, com base apenas na análise dos documentos, estávamos, de certo modo, até encantados com os avanços políticos e sociais obtidos pelos movimentos das pessoas em situação de rua. Porém, as entrevistas com as servidoras municipais nos mostraram que não bastam apenas as legislações, indicando-nos, principalmente, que o vácuo entre as leis e a realidade prática é muito mais profundo.

Elas nos mostraram que é preciso ter estrutura física, recursos humanos bem preparados, envolvimento de várias equipes, grupos multidisciplinares, responsabilidades compartilhadas, entrosamento entre os

serviços, mas, especialmente, vontade política para entender, respeitar e fazer valer na prática o exercício dos direitos das pessoas em situação de rua.

Elas nos possibilitaram compreender que esses direitos não são garantidos via ações pontuais de caridade, em atividades isoladas empreendidas pelas Instituições filantrópicas e/ou religiosas e muito menos por serviços de cunho puramente assistencial. Tais frentes são importantes, mas que não são suficientes para garantir direitos, cidadania e dignidade de fato. Essas atividades atuam no sentido de ajudar, de incentivar o exercício da cidadania, porém não resolvem o problema, que é antes de tudo, um problema de políticas públicas.

Então, podemos concluir, com absoluta certeza, que nossas impressões sociológicas seriam bem mais limitadas se pautássemos apenas na análise de documentos e na revisão bibliográfica sobre o tema. Por mais que persistam “limitações” em nosso trabalho, como a quantidade reduzida de entrevistas, é fato afirmar que sem elas e sem a observação direta na Pré-Conferência não teríamos alcançado problematizações relevantes como as que conseguimos reunir ao longo desses três capítulos.

Nessa monografia, apontamos as políticas de emprego como fundamentais para viabilizar a saída das ruas, por compreendermos que elas contribuem com a valorização sociocultural e política do indivíduo, com a ampliação de sua autoestima e com a recuperação/fortalecimento dos vínculos familiares tão fragilizados por tantas carências econômicas que o ambiente da rua propicia. Porém, defendemos que de forma isolada essa política de emprego não teria grande serventia, pois para voltarem à rotina do trabalho se faz necessário acompanhamento/execução de outras tantas políticas, especialmente as políticas de saúde, de assistência social, de educação, de segurança, de lazer e de esporte. Pois, assim atenderiam o indivíduo e seus familiares em sua completude.

Assim como dito nas entrevistas, só a política de assistência social não basta. A existência de políticas de outras áreas, atuando de forma isolada também não. Essas políticas, programas, projetos e serviços precisam ser articulados se queremos ter uma avaliação positiva nos dados que traduzam a redução das desigualdades que persistem em se ampliar para essa população.

Entendemos que para possibilitar a saída das pessoas da situação de rua se faz necessário o combate às diversas formas de pobreza, através de políticas públicas que permitam que essas pessoas tenham perspectivas de

transformação individual e social, que lhes proporcionem autonomia, dignidade, recuperação da autoestima, mas acima de tudo, esperança.

Concluimos que o trabalho, como categoria social fundante, tem centralidade na vida do indivíduo. Apreendemos que a pessoa em situação de rua, ao contrário do que é difundido pelo senso comum, trabalha e trabalha demais. Não podem ser caracterizadas socialmente como pessoas preguiçosas. O trabalho faz parte da rotina desses indivíduos, de forma bem mais extensiva do que prevíamos antes da pesquisa.

O fenômeno população em situação de rua é um problema social e um problema sociológico. Precisa ser mais analisado pelas Ciências Sociais. Mesmo que as pessoas em situação de rua não deixem de existir nessa condição, dada a essência de exclusão que demarca o sistema econômico capitalista, as políticas públicas que garantam o exercício da dignidade nas ruas deve melhor. A preocupação do poder público e também dos cientistas sociais com a superação da situação de rua, com atenção também às suas famílias, não pode simplesmente inexistir. Como nos ensinou Guerreiro Ramos, precisamos “arregaçar as mangas” e irmos para além da compreensão dos fenômenos sociais.

Defendemos que as Ciências Sociais, enquanto campo científico privilegiado na compreensão dos fenômenos sociais, deve se responsabilizar em estudar tal fenômeno para que este deixe de ser invisível também na academia, entendendo que a produção de pesquisas científicas sobre o tema possibilita a atenção maior das políticas públicas. Mas, tal compromisso não deve se dar apenas na produção de pesquisas. É necessário que este campo busque atuar com a população em situação de rua através de parcerias concretas com as Universidades, com Projetos de Ensino/Pesquisa/Extensão. Uma infinidade de ações relevantes pode ser desenvolvida e acompanhada pelos discentes e docentes de cursos de licenciatura e de bacharelado de uma universidade pública, de preferência em parceria com as demandas e expectativas do Movimento Nacional da População de Rua. Antes de oferecer conhecimento teórico-metodológico, é necessário que tais profissionais, formados ou em formação, se dediquem a apreender e valorizar os conhecimentos e os diversos saberes que esses sujeitos socioculturais e seus movimentos sociais já reuniram em suas complexas trajetórias de vida e de luta pela sobrevivência nesse país tão injusto e desigual. Do contrário, as universidades também se prestarão aos serviços apenas assistencialistas e filantrópicos já

desenvolvidos.

As Ciências Sociais precisam ter compromisso com a valorização das diversidades e das diferenças de todos os povos; com a denúncia dos preconceitos, das violências, das discriminações, das injustiças e das desigualdades que, infelizmente, persistem contra todas as populações marginalizadas; com a educação pública, emancipatória e de qualidade, que precisa firmar compromissos científicos e político-sociais com a população em situação de rua, que além de marginalizada, sofre tantos estigmas e o efeito perverso de tantas invisibilidades, inclusive com a invisibilidade do meio acadêmico. Que nossas impressões sociológicas contribuam para impressionar novos trabalhos nessa área!

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. (Cord.) P. Bourdieu. Petrópolis. Vozes, 2003.

CAPELO, M. R. C.. AS DESIGUALDADES E SUAS MULTIPLAS FORMAS DE EXPRESSÃO. In: LIMA, Angela Maria de Souza; ARAÚJO, Angelica Lyra de; SILVA, Ileizi L. F.; REZENDE, Maria J. de.. (Org.). In: **DESIGUALDADE, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: IMPLICAÇÕES E PROVOCAÇÕES**. 1ed.Londrina: EDUEL - Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013, v. 1, p. 17-45.

CASTEL, R. **A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da Vulnerabilidade a “desfiliação”**. Cadernos CRH, n ° 26 e 27, 1997.

CASTEL, R. **A Discriminação Negativa: Cidadãos ou Autóctones?** Petrópolis, RJ, Vozes: 2011

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, 2002, Volume 10, nº 1 Páginas 171-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>

CRUZ NETO, O.. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: Maria Cecília de Souza Minayo. (Org.). **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, METODO E CRIATIVIDADE**. Petrópolis: VOZES, 1994, v., p. 51-66.

DAMATTA, Roberto. **O Ofício de Etnólogo; ou, como ter 'Anthropological Blues**. Cadernos de Antropologia e Imagem (UERJ), v. 1, 1978.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERRAZ, Sonia. M. T.; BENAYON, Julia S.; ACIOLY, L. L.; ROSADAS Luis G.; CORREA, Paula R.. **Arquitetura da Violência: A Arquitetura Antimendigo como Eureka da Regeneração Urbana**. Movimento Revista de Educação, v. 1, p. 111-142, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREITAS, Lorena; LUNA, Lara. **A família desorganizada e a reprodução da “ralé estrutural” no Brasil**. In: SOUZA, Jessé de (Org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GUBERT, Soimar. **População de rua: os excluídos sociais.** Londrina, 1999, 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina.

JUNGES, Clarice; EUGENIO, Rosalice Santiago. **Educação de meninos e meninas de rua em Londrina.** Mediações - Revista de Ciências Sociais - Capa > v. 6, n. 1 (2001), ver em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9153>

JUNGES, Clarice. **A cidade-mãe e sua prole: estudo das representações de educadores e meninos de rua de Londrina.** Londrina, 1994, 147 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Londrina.

JUNGES, Clarice. **As corporações transnacionais e sua prática de responsabilidade social: um estudo de caso em Londrina Paraná, de 2006 a 2008.** Londrina, 2008, 224 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Londrina.

LIMA, Maria Lucas de. **População de rua: enfrentamento da questão no âmbito municipal.** Londrina, 1995, 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina.

MACIEL, Fabrício. **Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica.** In: SOUZA, Jessé de (Org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 285-322.

MARTINS, J. S. **A Sociedade Vista do Abismo.** Novos Estudos Sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais. RJ, Vozes, 2002.

MARTINS, J. S **Exclusão Social e a nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução Reginaldo Sant'Anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Livro 1, v. 1 e 2.

MELLO, Patrícia Barbosa de. **O processo de implantação e implementação da política nacional para a população em situação de rua no município de Londrina: palco de disputa e tensão.** Londrina, 2013, 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina.

NEVES, D. P.. **Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre.** Antropolítica (UFF), v. 29, p. 99-130, 2010.

OLIVEIRA, Luciano de Freitas. **CIRCULAÇÃO E FIXAÇÃO: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população.** São Carlos, 2012, 148 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos.

PAULA, Maria Magnólia de. **População jovem de rua: investigando as causas que os levam a morar e sobreviver nas ruas.** Londrina, 1999, 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1195.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, direitos humanos e migrações internacionais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo-SP, v. 19, p. 149-163, 2004.

REZENDE, Maria José. **Guerreiro Ramos e a sociologia em "mangas de camisa": uma proposta de intervenção nos processos de mudança social.** Cadernos CERU (USP), v. 17, p. 33-51, 2006.

RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Org.). **Novas faces da vida nas ruas.** São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Nara Damião. **O movimento nacional da população de rua/núcleo Londrina: uma trajetória de luta.** Londrina, 2012, 116 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina.

SILVA, Maria L. L. da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Jessé de. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

TOSCAN, Francielle. **A invisibilidade da população de rua na política de assistência social.** Londrina, 2003, 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de Rua: quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: Hucitec, 1992.

Weber, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZALUAR, A. **Cultura, educação popular escola pública. Integração Perversa: Pobreza e Trafico de Drogas.** Alba Zaluar (org.). Rio de Janeiro: FGV. 2004.

ZALUAR, A. **Exclusão e Políticas Públicas: Dilemas Teóricos e Alternativas Políticas.** Rev. bras. C. Soc., São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/>.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto de 25 de outubro de 2006. **Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn11024.htm Acesso em: 05 de agosto de 2017.

BRASIL, Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm Acesso em: 05 de agosto de 2017.

BRASIL, Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010. **Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7179.htm Acesso em 09 de janeiro de 2018.

BRASIL, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional Antidrogas. **II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005.** São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotropicas: UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.cebrid.com.br/wp-content/uploads/2014/10/II-Levantamento-Domiciliar-sobre-o-Uso-de-Drogas-Psicotr%C3%B3picas-no-Brasil.pdf>> Acesso em 09 de janeiro de 2018.

BRASIL. Lei nº 3.688, 03 de outubro de 1941. **Lei das Contravenções Penais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm> Acesso em: 07 de janeiro de 2017.

BRASIL. Lei 8.742, 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm Acesso em: 05 de agosto de 2017.

BRASIL. Lei 11.258, 30 de dezembro de 2005. **Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11258.htm Acesso em: 05 de agosto de 2017.

BRASIL. Lei nº 11.983, 16 de julho de 2009. **Revoga o art. 60 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei de Contravenções Penais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11983.htm> Acesso em: 07 de janeiro de 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: um direito humano.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf> Acesso em 11 de janeiro de 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **PLANO OPERATIVO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES EM SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 2012-2015.** Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/PLano_Operativo_para_Implementa%C3%A7%C3%A3o_de_A%C3%A7%C3%B5es_em_Sa%C3%BAde_da_Pop_em_situa%C3%A7%C3%A3o_de_Rua_2012-2015.pdf> Acesso em 11 de janeiro de 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/inclusao_pessoas_rua_Cadunico.pdf> Acesso em 11 de janeiro de 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS Nº 07 de 22 de novembro de 2010. **Orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2010/io_conjunta07%20_senarc.pdf> Acesso em 08 de janeiro de 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Meta Instituto de Pesquisa Opinião. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** 2008. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20Nacional%20sobre%](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20a%20Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua.pdf)>

20a%20População%20em%20Situação%20de%20Rua.pdf> Acesso em 09 de dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual Programa Restaurante Popular.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_logico_restaurante_popular.pdf> Acesso em 11 de janeiro de 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em 04 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua.** Brasília, 2006. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/017-1.pdf>> Acesso em agosto de 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília: DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf> Acesso em: 05 de agosto de 2017.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.** Brasília, 2008. Disponível em <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf> acessado em 05 de agosto de 2017.

BRASIL. Portaria nº 122, 25 de janeiro de 2011. **Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html> Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

BRASIL. Portaria nº 381, de 12 de dezembro de 2006. Estabelece critérios e procedimentos relativos ao repasse de recursos financeiros aos Municípios, destinados à expansão dos serviços sócio-assistenciais co-financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no exercício de 2006. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF n. 240, 12 de dezembro de 2006. Seção I, p. 1677-7042. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/legislacao-1/portarias/2001/381-expansao.pdf Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

BRASIL. Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF n. 249, 29 de dezembro de 2010. Seção I, p. 1677-7042. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2010/MDS%20Portaria%20no%20843%20de%2028%20de%20dezembro%20de%202010%20-Creas%20e%20Creas%20Pop-%20-%20Parte%20I.pdf> Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

BRASIL. Portaria nº 2.488, 21 de outubro de 2011. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da**

Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html> Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

BRASIL. Portaria nº 3.305, 24 de dezembro de 2009. **Institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua.** Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt3305_24_12_2009.html> Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

BRASIL. Resolução nº 2, 27 de fevereiro de 2013. **Define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2013/res0002_27_02_2013.html> Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF n. 225, 11 de novembro de 2009. Seção I, p. 1677-7042. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_cnas_no109_-_11_11_2009_-_tipificacao_de_servicos.pdf> Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Direitos Humanos.** Brasília, 2010. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>> acessado em 04 de agosto de 2017.

BRASIL, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Relatório Brasileiro sobre Drogas.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/dr_drogadicao/dr_outros_drogadicao/plano_enfrentamento/pevb_levantamentos/relatorio%20uso%20drogas%20no%20brasil_senad.pdf> Acesso em 09 de janeiro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais.** Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/impressa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>> Acesso em 09 de dezembro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua 2016: 10% da população com maiores rendimentos concentra quase metade da renda.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18376-pnad-continua-2016-10-da-populacao-com-maiores-rendimentos-concentra-quase-metade-da-renda.html>>. Acesso em 09 de dezembro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: Uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> Acesso em 10 de dezembro de 2017.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Assistência Social. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/>

Pesquisa/estimativa_pessoas_em_situacao_de_rua_2003.pdf> Acesso em 08 de agosto de 2017.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo.** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%2015%20-%20OUT%2015.pdf> Acesso em 09 de dezembro de 2017.

PARANÁ, Ministério Público. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – Londrina.** Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Londrina_pesquisa_sobre_moradores_em_situacao_de_rua.pdf> Acesso em 09 de dezembro de 2017.

SITES CONSULTADOS

BRASIL, CÂMARA FEDERAL. **O SUAS e a implementação em território nacional da Política Nacional para População em Situação de Rua.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/audiencias-publicas/audiencias-publicas-anteriores/audiencia-2013/audiencia-28.11/apresentacao-1> Acesso em 25 de dezembro de 2017.

CYNARA MENEZES, Socialista Morena. **Jeitinho direitista de governar: ACM Neto, do DEM, planta cactos antimendigos em Salvador.** 04 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.socialistamorena.com.br/jeitinho-direitista-de-governar/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

FLÁVIA ALBULQUERQUE, Agência de Notícias EBC. **Ato em São Paulo lembra 11 anos da massacre de moradores de rua na Praça da Sé.** 19 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/ato-em-sao-paulo-lembra-11-anos-da-massacre-de-moradores-de-rua-na-praca-da-se>> Acesso em 11 de janeiro de 2018.

GELEDES Instituto da Mulher Negra. **Arquitetura hostil: as cidades contra seres humanos.** 12 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/arquitetura-hostil-as-cidades-contraseres-humanos/>> Acesso em 14 de janeiro de 2018.

GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. **Tragédia de índio Galdino, queimado vivo em Brasília, completa 15 anos.** 25 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tragedia-de-indio-galdino-queimado-vivo-em-brasilia-completa-15-anos/>> Acesso em 13 de janeiro de 2018.

GIOVANI LETTIERE, UOL Notícias. **Além de “chuveirinho”, Rio tem holofotes, pedras e grades ‘antimendigo’.** 09 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/09/alem-de-chuveirinho-rio-tem-holofotes-pedras-e-grades-antimendigo.htm>>. Acesso em 14 de janeiro de 2018.

LONDRINA. **Kireeff institui Política Municipal à População em Situação de Rua.** 03 de novembro de 2014. Disponível em: <http://cmtuld.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20734:kireeff-institui-politica-municipal-a-populacao-em-situacao-de-rua&catid=108:destaques> Acesso em 21 de dezembro de 2017.

LONDRINA. **Município Inaugura nova sede do Centro POP.** Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23762%3Amunicipio-inaugura-nova-sede-do-centro-pop&catid=108%3Adestaques&Itemid=178> Acesso em 21 de dezembro de 2017.

MACEIÓ, Secretaria Municipal de Assistência Social. **Casa de Passagem Familiar atende famílias em situação de rua.** 29 de agosto de 2017. <<http://www.maceio.al.gov.br/2017/08/casa-de-passagem-familiar-atende-familias-em-situacao-de-rua>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **LONDRINA - GT Racismo coordenado pelo MP-PR completa um ano.** Disponível em: <<https://mp-pr.jusbrasil.com.br/noticias/100397283/londrina-gt-racismo-coordenado-pelo-mp-pr-completa-um-ano>> Acesso em 12 de janeiro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/>>. Acesso em 04 de dezembro de 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Carta de Brasília.** 01 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>>. Acesso em 13 de janeiro de 2018.

PORTAL ABERTA. **PESQUISAS SOBRE O CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL.** Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201704/20170424-094329-001.pdf>> Acesso em 13 de janeiro de 2018.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. **Condenado por atear fogo em Índio no DF tem posse na Polícia Civil barrada.** 16 de julho de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/07/condenado-por-atear-fogo-em-indio-no-df-tem-posse-na-policia-civil-barrada.html>> Acesso em 28 de dezembro de 2017.

PORTO ALEGRE. **Novo Albergue Municipal oferece serviço pioneiro no país.** 29 de junho de 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidadao/default.php?p_noticia=187626>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2015 RESULTADOS.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf> Acesso em 05 de janeiro de 2018.

ANEXOS

Carta: pedido de autorização para realização de entrevistas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

Londrina, 05 de janeiro de 2018.

AOS CUIDADOS DE

Prezada Sra Nádia Oliveira de Moura
Secretária Municipal da Assistência Social de Londrina

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTAS

Eu, Victória Pedro Corrêa, registro de Matrícula nº 201300280507, estudante regular do 8º período do Curso de Graduação em Ciências Sociais (Bacharelado) da Universidade Estadual de Londrina, venho por meio desta solicitar autorização para a realização de entrevistas com a Coordenadora Sra. Maria Lucimar Pereira do "Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua" e com a servidora municipal Sra. Ms. Clarice Junges.

Tais entrevistas são de extrema importância para a estruturação do trabalho de conclusão do bacharelado (monografia), que tem como tema provisório "Políticas públicas voltadas à população em situação de rua em Londrina" e que vem sendo orientado pela Profa. Dra. Ângela Maria de Sousa Lima, do Departamento de Ciências Sociais da UEL.

Desde já, comprometo-me a utilizar as informações obtidas nas entrevistas unicamente para fins de pesquisa científica na monografia, com ética e responsabilidade, divulgando os nomes das entrevistadas na monografia apenas perante a autorização das mesmas. Comprometo-me também a socializar o resultado final do trabalho com toda a comunidade (interna e externa), assim que defendido em banca aberta na primeira semana de fevereiro de 2018.

Portanto, antecipo meus agradecimentos pela compreensão e participação na referida pesquisa. Atenciosamente,



Victória Pedro Corrêa

Contato: fone 996081307 – pc.victoria@gmail.com



Ciente: Profa. Dra. Ângela M^ª Sousa Lima

Contato: fone 999954123 – angellamaria@uel.br